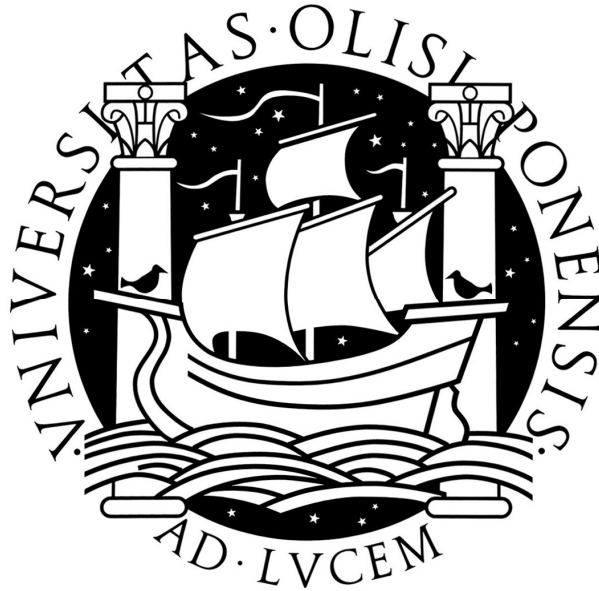


**Universidade de Lisboa**

**Instituto de Educação**



**Relatório de Estágio**

**“As dinâmicas de Estudo Acompanhado  
num ATL (atendimento de tempos livres)”**

Margarida Franco Henriques Mergulhão

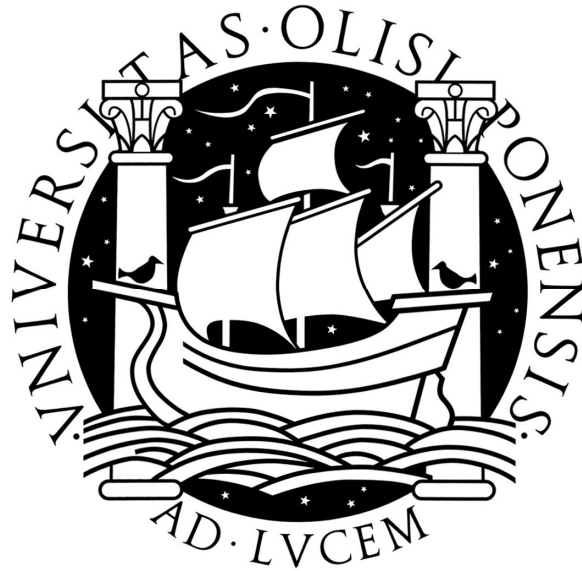
Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Ciências da Educação

Área de especialização em Teoria e Desenvolvimento Curricular

Outubro de 2010

**Universidade de Lisboa**

**Instituto de Educação**



**Relatório de Estágio**

## **“As dinâmicas de Estudo Acompanhado num ATL (atendimento de tempos livres)”**

**Margarida Franco Henriques Mergulhão**

Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Ciências da Educação

Área de especialização em Teoria e Desenvolvimento Curricular

**Orientadora:** Professora Dra. Fernanda Veiga Gomes

Outubro de 2010

***"Educar a inteligência é dilatar o horizonte dos seus desejos  
e das suas necessidades."***

(James Russell Lowell)

***"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela,  
tão pouco, a sociedade muda."***

(Paulo Freire)

## Resumo

Actualmente, a escola vive uma crescente preocupação com a promoção de uma aprendizagem para a autonomia. Neste sentido, o desenvolvimento de áreas curriculares não disciplinares torna-se uma ferramenta indispensável para colmatar esta inquietação. O Estudo Acompanhado (EA) constitui uma dessas áreas, que é efectivamente uma oportunidade para aprender a aprender, incrementando as competências auto-regulatórias dos alunos. É nesta perspectiva que o Atendimento de Tempos Livres (ATL) intervém como um pilar importante na educação dos alunos, para que estes estejam metacognitiva, motivacional e comportamentalmente activos e envolvidos na sua aprendizagem.

**Palavras Chave:** Estudo Acompanhado; Auto-aprendizagem; Dinâmicas de grupo.

## Abstract

Nowadays, school faces a growing concern about improving students' autonomy, so that they acquire the ability to study and learn by themselves. Consequently, cross-curricular areas have become an indispensable tool for developing this kind of competences. Guided Study is one of such areas where students have the opportunity to learn how to learn and develop their self-regulatory skills. Therefore, Academy stands as an important pillar on students' education, allowing them to become metacognitively, motivationally, and behaviourally active and involved in their own education.

**Keywords:** Guided Study; Self Learning; Group Dynamics.



# Índice

Resumo/Abstract.....	2
Índice.....	3
Índice de Figuras.....	5
Índice de Tabelas.....	6
Introdução.....	7
1. Organização do Estágio.....	9
1.1. Caracterização Geral da Organização.....	9
1.2. A Organização do ATL.....	17
1.3. A Orientadora do Estágio.....	18
1.4. Compromisso de Trabalho ao Longo do Ano.....	18
2. Quadro Teórico.....	19
2.1. O ATL e as suas Funções.....	19
2.2. O Estudo Acompanhado.....	20
2.3. O Aprender a Aprender.....	23
2.4. A Aprendizagem Colaborativa e a Auto-Aprendizagem.....	24
2.5. Legislação.....	25
3. O Projecto de Estágio.....	27
3.1. Apresentação do Projecto no ATL.....	27
3.2. Objectivos Gerais do Estágio.....	28
3.3. Áreas de Intervenção/Acções.....	29
3.4. As Actividades Programadas no ATL.....	30
3.3. Organograma/Calendarização das Actividades.....	30
4. Discussão das Actividades Realizadas.....	41
4.1. A Necessidade de Adaptação/Reestruturação do Projecto.....	41
4.2. Acção A: Participação nas dinâmicas do Estudo Acompanhado.....	41

4.3. Acção B: Participação e colaboração em Ateliers.....	44
4.4. Acção C: Participação nas actividades monitorizadas de formação cívica..	49
4.5. Acção D: Participação e colaboração na dinamização de jogos diversos....	50
4.6. Acção E: Participação e colaboração nas actividades exteriores.....	54
Considerações Finais.....	59
Bibliografia.....	63
Anexos.....	66
▪ Anexo A – Legislação	
○ Lei de Bases do Sistema Educativo 46-86 de 14 de Outubro	
○ Despacho Normativo nº 96-89 de 21 de Outubro de 1989	
○ Decreto-Lei nº 6-2001 de 18 de Janeiro	
▪ Anexo B – Regulamento Interno da Academia	
▪ Anexo C – Exemplos de Planificações Semanais	
▪ Anexo D – Exemplos de Actividades de Formação Cívica	

## **Índice de Figuras**

Figura 1: Número de crianças que frequentam a instituição, tendo em conta o ciclo escolar.....	12
Figura 2: Visualização dos espaços da Academia Morangos-Telheiras.....	13
Figura 3: Organograma de funcionários da Academia Morangos-Telheiras.....	17
Figura 4: Registo fotográfico de dinâmicas de Estudo Acompanhado.....	44
Figura 5: Registo fotográfico de actividades de culinária.....	46
Figura 6: Registo fotográfico de actividades de artes plásticas.....	47
Figura 7: Registo fotográfico de actividades de expressão dramática.....	49
Figura 8: Registo fotográfico de actividades de destreza física/jogos tradicionais.....	53
Figura 9: Registo fotográfico de actividades de golfe.....	56

## **Índice de Tabelas**

Tabela I: Número de crianças que frequentam a instituição, tendo em conta a idade e o respectivo ano escolar.....	11
Tabela II: Áreas de intervenção e Acções/Actividades executadas no ATL.....	29

## Introdução

A introdução de novas áreas curriculares ditas não disciplinares, assume particular relevo na reorganização curricular do Ensino Básico. Deste modo, sendo o *Estudo Acompanhado* (EA) particularmente importante, porque se constitui como um espaço para aprender a aprender. Tendo em consideração o Decreto-lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro, o Estudo Acompanhado visa “*a aquisição de competências que permitam a apropriação pelos alunos de métodos de estudo e de trabalho e proporcionem o desenvolvimento de atitudes e de capacidades que favoreçam uma cada vez maior autonomia na realização das aprendizagens*”.

Na *Academia Morangos – Telheiras* (instituição frequentada por 54 crianças, com idades entre os 6 e os 12 anos), onde decorreu o meu estágio, funciona um ATL (Atendimento de Tempos Livres) cujas actividades se direccionam, não só para a ocupação de tempos livres, como também se organizam tempos para que as crianças possam estudar e realizar os trabalhos escolares, de acordo com a metodologia do Estudo Acompanhado. O estágio teve a duração de 9 meses, tendo início em Outubro de 2009 até Junho de 2010. Durante o estágio exerci funções no ATL, de supervisão do Estudo Acompanhado (apoio pedagógico) e de programação e desenvolvimento das actividades organizadas para os tempos livres. Tive como orientadora na Academia, a Animadora Sócio-cultural, Joana Resende, e como coordenadora no Instituto de Educação a Professora Doutora Fernanda Veiga Gomes.

O estágio que realizei teve como finalidade, o contacto com um contexto de exercício da profissão, o que veio a favorecer a minha iniciação à prática profissional e a minha integração no meio profissional. O estágio permitiu-me conhecer, acompanhar, executar, analisar e avaliar as práticas de Estudo Acompanhado e as actividades de tempos livres desenvolvidas num ATL.

Este relatório começa por uma caracterização geral da instituição onde se desenvolveu o estágio. Seguidamente, apresento um quadro teórico sobre a área de intervenção de um ATL, sobre o quadro conceptual do Estudo Acompanhado, e ainda algumas considerações sobre o Aprender a Aprender, a Aprendizagem Colaborativa e a Auto-Aprendizagem. O projecto de estágio, bem como a respectiva calendarização é apresentado de seguida, onde se referem as actividades, os objectivos, os intervenientes/recursos e a avaliação das acções a realizar. Posteriormente, é feito um

descritivo detalhado de cada actividade planeada e realizada. As considerações finais visam reflectir sobre o que foi efectuado ao longo do estágio e sobre o trabalho por mim desenvolvido como técnica de Ciências da Educação.

# 1. Organização do Estágio

## 1.1. Caracterização Geral da Organização

### O Grupo

O Grupo Morangos é um ambicioso e único projecto na área da educação e serviços para crianças, sendo hoje uma marca reconhecida no mercado pela qualidade e atractividade para os seus alunos, pais, colaboradores e franchisados.

O grupo Morangos teve a sua origem no ano de 1997 em Matosinhos. As responsáveis Alexandrina Augusto e Susana Nobre, ambas com formação na área da educação, lideraram o desenvolvimento do projecto. Numa fase inicial, desenvolveu-se na vertente de Academias (6 aos 14 anos) e posteriormente foi alargado a Creches (0-3 anos) e a Jardins de Infância (3-6 anos). Mais tarde, o projecto direccionou-se para os parques de diversão (2-12 anos) e para os Morangos Store.

A Morangos é uma empresa do grupo *Onebiz*, líder nacional no franchising de serviços. Após um profundo estudo e desenvolvimento do conceito, know-how e metodologias, a expansão do franchising da marca iniciou-se em 2002, no conceito de academia. As valências de creches e infantários foram lançadas no mercado no final de 2005. Em 2006, abriram os primeiros Parque Temáticos e no final de 2007 o novo conceito, Morangos Store. Nos próximos anos a Morangos irá ainda desenvolver espaços ao nível de colégios.

A empresa desenvolveu através de projectos intensamente estudados por professores e educadores, uma metodologia própria de educação integrada e apoio escolar. Esta disponibiliza ainda, manuais de diferentes áreas da educação infantil e ensino escolar. Nas academias, o grupo Morangos utiliza ainda as novas tecnologias e os meios audiovisuais como instrumentos de ensino e aprendizagem.

### **As Academias Morangos®**

As Academias Morangos® proporcionam um ambiente estimulante e criativo ao nível intelectual, social, emocional e físico, através de espaços especialmente pensados para crianças e jovens entre os 6 e 14 anos. Estes espaços encontram-se dotados das mais rigorosas normas de segurança e adequadas soluções de conforto.

As Academias desenvolvem actividades como Inglês, Informática, Artes Plásticas, Dança, Música, Desporto, Teatro, entre outras. Promovem, através das salas de estudo, o acompanhamento da aprendizagem das crianças e jovens.

Além destas actividades, promovem-se também, aos fins-de-semana, Festas de Aniversário Infantis. Este serviço foi criado a pensar no divertimento das crianças num espaço à sua medida, proporcionando toda a animação, entretenimento e segurança, para descanso dos pais.

A Academia disponibiliza ainda Programas de Férias e presta o serviço de Aulas Particulares ao Domicílio, sendo uma oportunidade para que os alunos obtenham ainda melhores notas, com o apoio de professores e monitores especializados.

### **A Instituição**

O bilhete de identidade que em seguida se apresenta resulta da recolha de dados que caracterizam a Academia Morangos-Telheiras. Esta caracterização é breve e concisa, focando apenas os pontos principais da instituição, no modo como a Academia foi criada, como funciona e como está ordenada e organizada.

- ♦ **Nome:** Academia Morangos-Telheiras.
- ♦ **Morada:** Telheiras, Rua Manuel Rodrigues da Silva nº 9 R/C – 1600 Lisboa
- ♦ **Organização:** Academia (ATL – Atendimento de tempos livres)
- ♦ **Actividade principal:** A Academia Morangos-Telheiras é uma organização que promove apoio pedagógico e actividades de tempos livres a crianças dos 6 aos 14 anos.

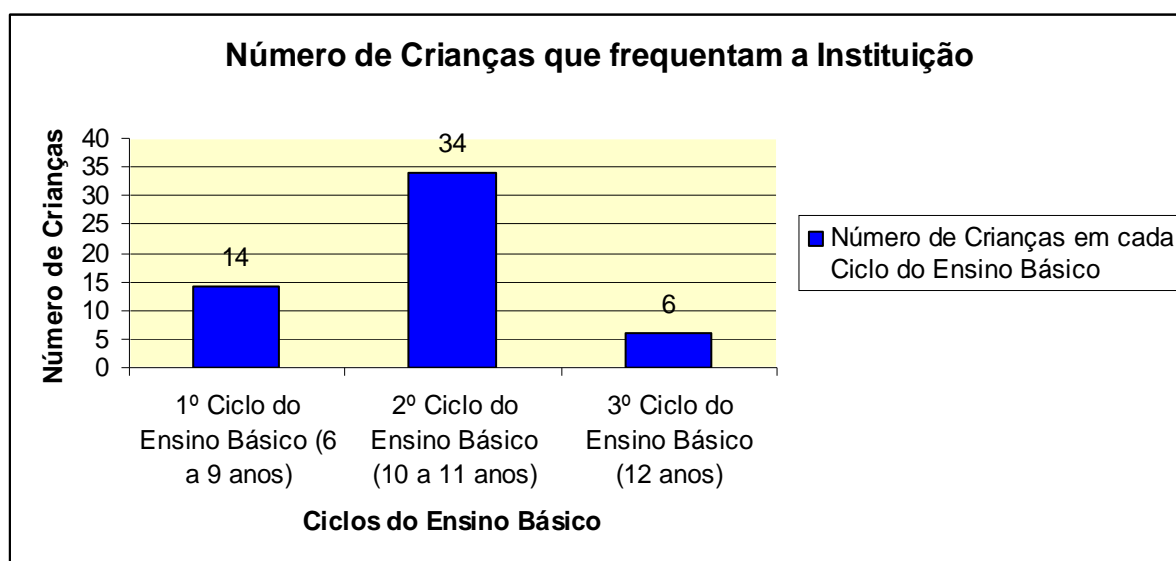


- ♦ **Pessoal no serviço:** 2 membros de direcção; 1 directora de equipamento/coordenadora pedagógica; 1 animadora sócio-cultural/directora técnica; 1 técnica superior de educação; 2 auxiliares e 1 auxiliar de apoio geral.

O estabelecimento tem uma direcção principal composta por dois membros, dispõe de uma directora de equipamento/coordenadora pedagógica que conta com o apoio de uma animadora sócio-cultural/directora técnica, de uma técnica superior de educação, de duas auxiliares e de uma auxiliar de apoio geral. A animadora sócio-cultural e a técnica superior de educação têm funções pedagógicas, como por exemplo, programar e desenvolver actividades e prestar apoio pedagógico. As duas auxiliares executam funções de transporte de crianças e asseguram a abertura e o fecho da instituição. Relativamente à auxiliar de apoio geral desempenha funções de limpeza e manutenção. A Academia Morangos-Telheiras é frequentada por 54 crianças de classe média-alta.

<u>Idades</u>	<u>Ano Escolar</u>	<u>Número de Crianças</u>
6 anos	1º Ano do 1º Ciclo do Ensino Básico	6
7 anos	2º Ano do 1º Ciclo do Ensino Básico	2
8 anos	3º Ano do 1º Ciclo do Ensino Básico	4
9 anos	4º Ano do 1º Ciclo do Ensino Básico	2
10 anos	5º Ano do 2º Ciclo do Ensino Básico	20
11 anos	6º Ano do 2º Ciclo do Ensino Básico	14
12 anos	7º Ano do 3º Ciclo do Ensino Básico	6
<b>Número total de Crianças: 54</b>		

**Tabela I:** Número de crianças que frequentam a instituição, tendo em conta a idade e o respectivo ano escolar.



**Figura 1:** Número de crianças que frequentam a instituição, tendo em conta o ciclo escolar.

- ♦ **Utentes do serviço:** 54 crianças, com idades entre os 6 e os 12 anos.

Em horário normal esta instituição está aberta das 8h às 19:30h. No que diz respeito aos níveis de segurança da instituição, verificou-se que todo o edifício obedece às normas de segurança consagradas na lei em vigor.

- ♦ **Os Espaços:** Com base na observação directa, pode-se afirmar que o espaço se encontra num bom estado de conservação.

Os espaços da Academia Morangos-Telheiras representam a possibilidade que se dá a cada família de responder às necessidades dos seus filhos, tendo como base o apoio pedagógico, na realização das tarefas académicas e consolidação de conhecimentos escolares nestes espaços.



**Figura 2:** Visualização dos espaços da Academia Morangos-Telheiras.

### **Funcionamento, actuação e objectivos**

O Grupo Morangos é um projecto inovador que disponibiliza serviços de educação infantil e ensino escolar, maximizando o desenvolvimento e sucesso educativo das crianças. É um espaço personalizado que se caracteriza por uma metodologia própria e diferenciada, utilizando as tecnologias mais avançadas e os meios audiovisuais, com a orientação de uma equipa técnica multidisciplinar. A Morangos disponibiliza um acompanhamento constante do percurso e desenvolvimento da criança, tendo em conta os seus resultados escolares e o bem-estar psicológico, criando assim um espaço de articulação e comunicação contínua com os pais.

Assim, a Academia Morangos-Telheiras tem como objectivos principais: possibilitar uma intervenção psicológica para as crianças que frequentam a instituição, impulsionando a sua estabilidade emocional, familiar e educacional; promover o acompanhamento, apoio técnico/psicológico e o encaminhamento em crianças que possam apresentar dificuldades de aprendizagem ou de desenvolvimento; promover a qualidade da comunicação nos relacionamentos familiares.

Neste sentido, a instituição cria condições para o sucesso escolar de cada um dos seus alunos, pelo apoio individualizado e adaptado ao ritmo de cada criança. Através de Manuais Morangos® e profissionais adequados, cada criança é incentivada a consolidar

os conhecimentos académicos adquiridos aplicando-os à realidade que as rodeia e encorajando o uso das tecnologias de informação e comunicação (desenvolvimento de novas competências utilizando o computador e a Internet, que são ferramentas imprescindíveis para o futuro).

A Academia Morangos-Telheiras promove junto dos seus alunos a aquisição de competências de estudo, promovendo a autonomia e auto-regulação do aluno ao longo do processo de construção da sua aprendizagem. Desta forma, é promovido o acompanhamento dos estudos da criança, nomeadamente na realização dos trabalhos de casa e apoio nas disciplinas em que esta revele mais dificuldade. Esse acompanhamento é ministrado por educadores, criando condições para a promoção do sucesso escolar de todos os alunos.

A intervenção ao nível das capacidades sensoriais e psicomotoras da criança, criando um espaço onde tem lugar a técnica, o prazer e a criatividade através do desenho, pintura e artes plásticas são uma constante preocupação para esta instituição.

Os profissionais que trabalham nesta organização ambicionam ensinar a criança a utilizar os gestos, os movimentos faciais e corporais como forma de expressão de sentimentos, aumentando a sua capacidade de interagir com os outros. Igualmente, a educação artística é essencial para o crescimento intelectual, social físico e emocional das crianças e jovens. A actividade dramática é uma prática de grupo que se desenvolve a partir dos conhecimentos, experiências e vivências individuais que os alunos detêm e que pode propiciar a aquisição e compreensão de novas aprendizagens através da exploração de conteúdos dramáticos e, por isso, é também valorizada nesta academia.

Contudo, a actividade física e o incentivo ao desporto são objectivos fundamentais para esta organização, uma vez que permitem o desenvolvimento saudável de todas as crianças/jovens. Assim sendo, duas vezes por semana, alguns alunos deslocam-se a um ginásio local para realizarem desporto tal como a natação.

Além destas actividades, a Academia promove aos fins-de-semana Festas de Aniversário Infantis. Este serviço foi criado a pensar no divertimento das crianças num espaço à sua medida, proporcionando toda a animação, entretenimento e segurança, para descanso dos pais.

A instituição disponibiliza ainda Programas de Férias, titulados por Alvará nº 550/2009, do Instituto Português da Juventude e Transporte Regular de acordo com a

Lei 13/2007 de 17 de Abril e Serviço de Alimentação para os seus alunos. Assim, a Academia tem preparadas inúmeras actividades temáticas e programas de tempos livres e férias, que procuram estimular a criatividade das crianças. Nestas actividades, desenvolvem-se acções lúdicas, nomeadamente: actividades plásticas, jogos, contos, teatro, culinária e até visitas de estudo.

### **A Organização Funcional**

#### **Direcção**

Na Academia Morangos de Telheiras a direcção corresponde ao topo da pirâmide hierárquica e é constituída por dois elementos. Estes têm responsabilidade directa na coordenação e gestão do equipamento. Todo o trabalho respeitante à organização é realizado cooperativamente e ambos os membros da direcção têm responsabilidade sobre ele.

#### **Direcção de Equipamento/Coordenação Pedagógica**

A coordenadora pedagógica responsabiliza-se pela coordenação do trabalho de cada dia e assegura todos os cuidados de saúde e segurança. Quando existe algum problema de funcionamento, é a coordenadora pedagógica e de equipamento que auxilia na resolução desses mesmos problemas. Muitas vezes, também é ela que assegura a comunicação com a família e atesta o transporte de algumas crianças.

#### **Técnica Superior de Educação (estagiária)**

Tendo em consideração uma hierarquia funcional, podemos verificar que “abaixo” da coordenadora de equipamento está a técnica superior de educação. Esta desempenha inúmeras funções, nomeadamente:

- É a responsável máxima pela sala de estudo e pela sala de computadores;
- Sustenta um grande trabalho teórico que lhe ajuda no planeamento das actividades e das respostas individuais de cada criança;
- Gere o grupo e comunica com as famílias sobre o quotidiano das crianças;
- Pode participar no seu processo de admissão e influenciar alterações.

É ainda importante referir que, enquanto estagiária, enquadrei-me nestas funções e desenvolvi todas as tarefas para as quais fui solicitada.

### **Animadora Sócio-cultural/Directora Técnica**

No mesmo “patamar” que a Técnica Superior de Educação encontra-se a Animadora Sócio-cultural. Esta é também directora técnica da Academia, desempenhando diversas funções, nomeadamente:

- É a responsável máxima pela sala de artes plásticas e pela sala de computadores;
- Sustenta um grande trabalho prático que lhe ajuda no planeamento das actividades e das respostas individuais de cada criança;
- Gere o grupo e comunicam com as famílias sobre o quotidiano das crianças;
- Pode participar no seu processo de admissão e influenciar alterações;
- Funções do foro administrativo: Receber o correio; receber e confirmar as encomendas; receber as mensalidades; pagar aos fornecedores; atender o telefone; recepção do equipamento; gerir o arquivo.

### **Auxiliares**

As auxiliares têm a responsabilidade de assegurar o transporte das crianças para casa, para a escola, para a natação e/ou para outra actividade extracurricular, a conservação e arrumação do material, bem como a participação nos passeios, “visitas” e actividades de férias.

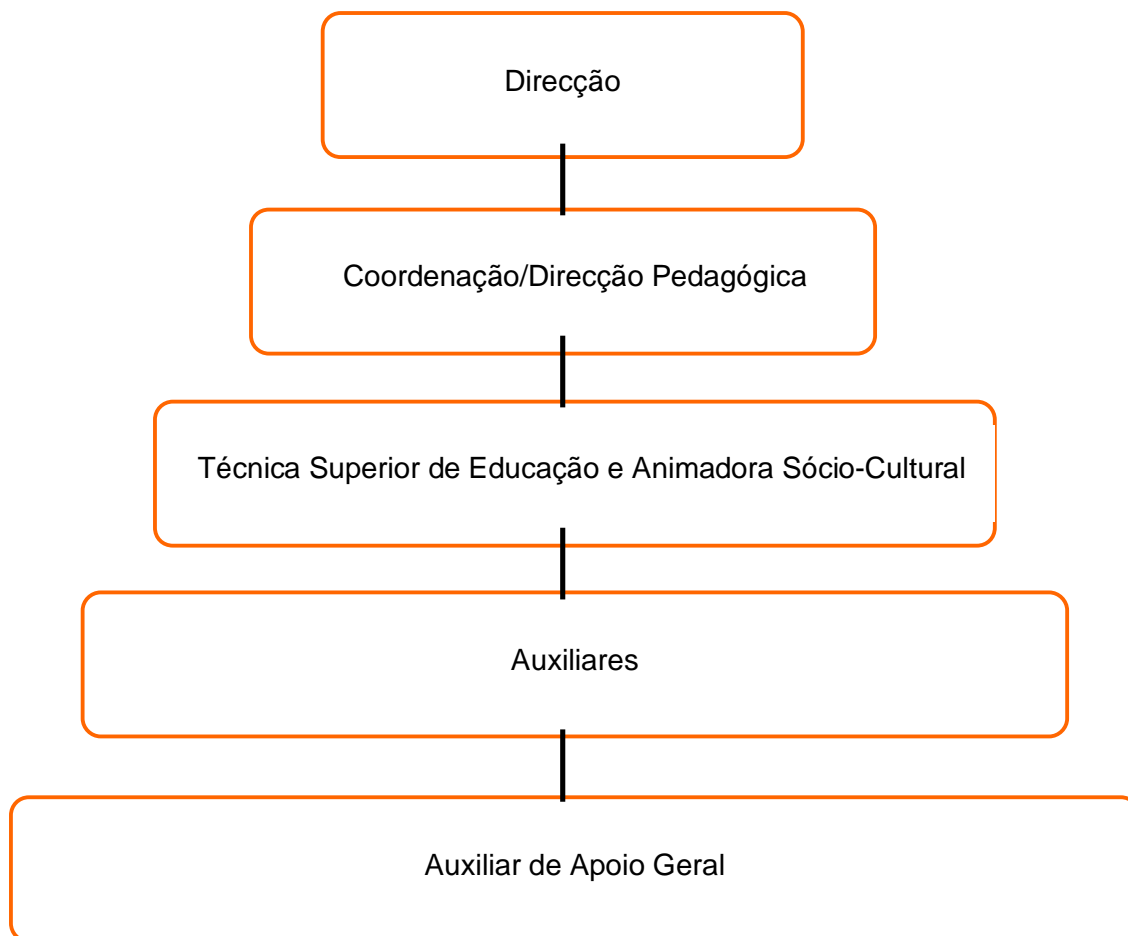
Estas auxiliares colaboram com a técnica superior de educação e com a animadora sócio-cultural nas diferentes fases da rotina diária das crianças, tais como: alimentação e vigilância.

Assim, tendo em consideração uma hierarquia funcional, podemos verificar que num patamar inferior à técnica superior de educação e à animadora encontram-se estas auxiliares.

### **Auxiliar de Apoio Geral**

Na base da hierarquia funcional, encontra-se a auxiliar de apoio geral. A auxiliar desempenha uma série de actividades “pequenas”, mas mesmo assim muito importantes, sendo elas:

- ◆ Apoio nas actividades;
- Apoio nas rotinas, na higiene, na alimentação.



**Figura 3:** Organograma de funcionários da Academia Morangos-Telheiras.

### **1.2. A Organização do ATL**

Depois de apresentar a instituição, considero relevante esclarecer como esta se organiza. Semanalmente é elaborada uma planificação das actividades a realizar nessa semana. No final de cada semana é executada uma breve avaliação de todas as actividades realizadas. Estas programações são realizadas pela técnica superior de educação e pela animadora sócio-cultural.

Contudo, de três em três meses, a técnica superior de educação, a animadora sócio-cultural e um elemento da direcção reúnem-se para avaliar os aspectos positivos e negativos das actividades desenvolvidas, para verificar e analisar o sucesso/insucesso dos alunos, concebendo um balanço geral de todas as acções que foram produzidas nesse espaço de tempo.

Todavia, existe uma comunicação contínua e constante com os pais dos alunos onde são referidas as actividades desenvolvidas, os progressos/recuos a nível pedagógico detectados, bem como todos os acontecimentos ocorridos na Academia.

### **1.3. A Orientadora do Estágio**

A orientadora que me acompanha na instituição é licenciada em Animação Sócio-cultural e trabalha na Academia há cerca de 4 anos. Esta teve um papel fundamental no desenvolvimento do estágio, pois foi ela que me ajudou e guiou durante o decorrer do projecto na instituição.

Através de observações, posso constatar que a orientadora é uma profissional extremamente empenhada e organizada, responsável e dedicada a todas as tarefas, o que se traduz no excelente método de trabalho que implementa e que realiza. O acompanhamento da sua parte para com o meu desempenho foi, sem dúvida, sempre muito directivo, mas também de grande cooperação e cuidado.

### **1.4. Compromisso de Trabalho ao Longo do Ano**

Com uma primeira visita à instituição, ficou acordado de modo informal, com um membro da direcção, que poderia realizar o estágio sem problema naquele local. Contudo, só um mês depois me foi proposto um estágio profissional, o qual aceitei. Deste modo, iniciei o estágio no mês de Outubro de 2009 e terminei no mês de Junho de 2010.

Ao longo dos meses de estágio, comprometi-me a desenvolver um trabalho sólido e responsável, tentando conhecer, acompanhar, executar, analisar e avaliar as práticas de Estudo Acompanhado desenvolvidas na Academia Morangos – Telheiras, bem como, a participar em todas as actividades para as quais fui solicitada.



## 2. Quadro Teórico

### 2.1. O ATL e as suas Funções

O ATL é um estabelecimento de ensino que acolhe um número igual ou superior a cinco crianças em simultâneo (definição adaptada do Despacho Normativo nº 96/89 de 21 de Outubro de 1989). Estes centros de actividades de tempos livres devem proporcionar às crianças experiências que contribuam para o seu crescimento enquanto pessoa, satisfazendo as suas necessidades de ordem física, afectiva, intelectual e social.

No que respeita à ocupação dos tempos livres das crianças, em idade escolar, o tempo livre deve: *“contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis, mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres”* (LBSE no DL nº 46/86 de 14 de Outubro; artigo 3º). Ora, esta utilização dos tempos livres das crianças, prevista na LBSE, assim como noutros documentos emanados pela Segurança Social, leva a que os adultos educadores/as, predeterminem o que estas devem fazer, quer no âmbito do espaço curricular escolar, quer no extracurricular escolar, quer ainda nos espaços não escolares como os ATL.

O ATL pretende educar e promover o desenvolvimento intelectual, psicológico, físico e afectivo de todas as crianças, tendo em vista a sua integração social. Assim, este tende a ser um local onde se aprende a brincar, a partilhar e a respeitar. Aspectos estes que parecem muito simples, mas por vezes muito complicados, quando o grupo é muito heterogéneo. Deste modo, o ATL é um espaço harmonioso, onde se encontra fraternização e aprendizagem.

Apesar da instrução ser obrigatória, laica e gratuita desde há vários anos, não parece ser ainda suficiente, pelo que tem sido considerado normal aproveitar o tempo de descanso das crianças para “aperfeiçoar” essa instrução considerada insuficiente e mal distribuída.

Neste sentido, e dado hoje a escolaridade obrigatória não se confinar ao Primeiro Ciclo do Ensino Básico, e a entrada no mundo do trabalho ter sido adiada essencialmente por causa do aumento da escolarização e das mutações do mercado de

trabalho (dando origem ao “prolongamento da adolescência” de que tanto se fala), parece haver um campo enorme por trabalhar, no qual incluímos as ocupações das crianças para além da escola, ou seja, no seu tempo livre. Ouvir as crianças pode ser um contributo importante para o trabalho que com elas desenvolvemos, uma vez que os seus contributos são da maior relevância para a compreensão dessa fase da vida, da qual os adultos já se afastaram e da qual tem uma visão muito estereotipada. Hoje, a maior parte dos educadores estão disto conscientes; o que muitas vezes desconhecem é o que é necessário fazer para corrigir essa desatenção. Tal significa prestar atenção ao que realmente está em causa, algo que vamos perdendo à medida que vamos ficando adultos. Não chega saber o que é a educação, o tempo livre e as actividades que podem ser desenvolvidas com as crianças. É necessário compreender o processo e o significado das aprendizagens do ponto de vista delas.

Muitas vezes as crianças não sentem pertencer nem ao mundo dos adultos nem das crianças, são adultos para umas coisas e crianças para outras. É necessário analisar e definir as diferenças entre os grupos de crianças dos diferentes pontos de vista cultural, social, familiar, tendo em conta sistematicamente as suas condições de existência. É pelo facto da escolaridade obrigatória se ter prolongado e assim todos terem acesso à escola que somos levados a obscurecer esta realidade. *“É por meio de um formidável abuso de linguagem que se subsume no mesmo conceito universos sociais que praticamente nada têm em comum”*, como refere Bourdieu (2003: 153).

## **2.2. O Estudo Acompanhado**

No mundo actual é, cada vez mais, solicitado ao indivíduo que seja capaz de enfrentar e de se adaptar a novas situações, diversificadas na sua natureza e cada vez mais exigentes em termos de resposta.

Muito se tem falado do apelo da escola neste contexto. Actualmente, já não interessa uma escola que se limita a transmitir conhecimentos de um modo estático, mas, sim, uma escola dinâmica e inovadora onde o aluno é confrontado com situações problemáticas diversas e é estimulado a dar-lhes resposta através da pesquisa, do confronto de ideias, da reflexão e da criatividade. Para que tal seja possível, a escola deve criar as condições necessárias a uma gradual autonomização do aluno no desenvolvimento das suas capacidades.

A criação do Estudo Acompanhado, como Área Curricular Não Disciplinar, pretende ser um espaço onde o aluno possa desenvolver essas capacidades, apoiado por professores e também por colegas, com os quais muito podem aprender. É na interacção com os outros que a aprendizagem adquire sentido e se realiza de um modo mais efectivo.

Ao educador é pedido que seja um orientador da aprendizagem do aluno, ajudando-o a organizar o seu estudo, a adquirir métodos de trabalho, a investigar, no fundo, a aprender a aprender.

Neste contexto é evidente que não podemos entender o Estudo Acompanhado como um espaço exclusivo para a realização de trabalhos de casa. Isso desvirtuaria o sentido desta área que se pretende abrangente e transdisciplinar. O que se pretende, no entanto, é desenvolver nos alunos as capacidades necessárias para que possam continuar a sua aprendizagem ao longo da vida.

Deste modo, o Estudo Acompanhado visa ajudar os alunos a promover a aquisição de competências que permitam a apropriação de métodos de estudo, de organização e de trabalho, assim como o desenvolvimento de atitudes e capacidades que favoreçam uma crescente autonomia no desenvolvimento das suas próprias capacidades.

No Estudo Acompanhado os alunos deveriam aprender a:

- Organizar contextos favoráveis ao estudo;
- Exercitar a concentração;
- Treinar diferentes técnicas de estudo;
- Analisar de que forma cada um aprende melhor.

Em suma, no âmbito do Estudo Acompanhado, pretende-se que as crianças desenvolvam progressivamente, ao longo da escolaridade básica, duas competências essenciais de:

- Planeamento e de organização do estudo;
- Domínio de métodos e técnicas de estudo.

Assim, o Estudo Acompanhado constrói-se segundo vários fundamentos como a necessidade de ensinar os alunos a aprender a aprender, a necessidades de se elaborarem contextos educativos preocupados em estimular aprendizagens significativas, a necessidade de se avaliar o processo de ensino-aprendizagem, a necessidade de formar um projecto de escolaridade básica socialmente aceitável e ainda a necessidade de

mobilizar recursos, de diferenciar estratégias e de dar a todos os alunos, independentemente do seu meio cultural, as condições indispensáveis que lhes possibilitem, não só frequentar a escola como, também, serem bem sucedidos nela. Podemos igualmente aferir que, para além do carácter não disciplinar, o Estudo Acompanhado assume características transversais e integradoras. Não se trata de uma nova disciplina, com outra matéria ou outros métodos, mas sim de uma área que implica uma abordagem pedagógica centrada nos alunos. Apoiada na orientação dos professores que procuram desenvolver competências transversais das diversas disciplinas do currículo, através da integração contextualizada de saberes, o Estudo Acompanhado procura desenvolver a autonomia na aprendizagem. Importa reconhecer que esta abordagem é quase inteiramente oposta às práticas mais usuais de ensino/aprendizagem de âmbito disciplinar e exige dos professores competências profissionais acrescidas. Como afirma Abrantes (2002:11), as competências a adquirir *“são transversais no sentido em que atravessam todas as disciplinas e áreas do currículo; são integradoras porque se constituem como espaços de integração de saberes diversos”*.

Por esta razão, o Estudo Acompanhado deve centrar os seus objectivos na progressão e participação do aluno no desenvolvimento de competências transversais. Assim, a aprendizagem espontânea – realizada de maneira autónoma pelo aluno – é estimulada, em detrimento dos processos de apropriação do conhecimento resultantes de actividades de ensino, atribuindo-se um valor maior àquilo que o aluno aprende sozinho em relação às apropriações efectivadas a partir da transmissão por outras pessoas. Na mesma linha valorativa, a apropriação do conhecimento sistematizado perde espaço para a aquisição de métodos de construção do saber.

Associado às teorias que levaram a cabo a implementação do Estudo Acompanhado, surge o conceito de metacognição. As capacidades metacognitivas relacionam-se com os conhecimentos que o(a) estudante possui acerca dos seus processos de pensamento, como descreve e toma consciência dos seus próprios pensamentos, como auto-regula e auto-controla aquilo que está por fazer e como conduz as acções durante a resolução de problemas.

Correspondentemente, este conceito tem origem na psicologia, especificamente em estudos sobre como os sujeitos, em situações como a resolução de problemas, são capazes de monitorar, avaliar e modificar as suas estratégias de encontrar as respostas e de descrever como fazem as coisas e sobre como aprendem.

Para o ensino e para a aprendizagem, o conceito de metacognição tem-se tornado especialmente útil, tanto para os alunos que se saem extremamente bem, como para os alunos com dificuldades. Deste modo, este conceito chama a atenção para vários pontos importantes, como o facto de as dificuldades de aprendizagem poderem estar mais relacionadas com um problema de auto-estima e de motivação do que com a competência intelectual dos alunos. Nesta perspectiva, quanto mais o aluno tem consciência da especificidade dos meios, das estratégias que utiliza e das condições que precisa para realizar determinada tarefa, mais a aprendizagem se revela significativa. Assim, surge a emergência de uma disciplina como o Estudo Acompanhado para ajudar os alunos a apreender e definir esses mesmos meios, estratégias e condições, adaptando-os às suas necessidades pessoais.

### **2.3. O Aprender a Aprender**

Muitas dificuldades de aprendizagem são explicáveis, actualmente, pela ausência ou uso inapropriado de estratégias de estudo e pela não existência de hábitos favoráveis de aprendizagem. De facto, muitas crianças e jovens com fraco rendimento escolar apresentam uma atitude negativa face ao estudo, uma grande desmotivação escolar, um tempo de estudo insuficiente e hábitos pouco adequados.

Todos os comportamentos de um indivíduo remetem para três dimensões psíquicas do nosso ser - a cognitiva, a afectiva e a volitiva. Podemos por isso dizer que a acção de aprender corresponde a uma dimensão cognitiva: um saber relativo à maneira de aprender, a uma dimensão volitiva: uma vontade de aprender, e a uma dimensão afectiva: um gosto por aprender. Aprender, supõe assim um saber aprender, um gostar de aprender e uma vontade de aprender. A ausência de uma ou outra destas dimensões acarreta consigo a ausência de aprendizagem ou pelo menos uma aprendizagem menos conseguida.

A aprendizagem depende das estratégias de aprendizagem, ou seja, do plano de aprendizagem formulado para atingir determinado efeito. Desta forma, o “aprender a aprender” ganha um significado fundamental, sendo, um verdadeiro símbolo das posições pedagógicas mais inovadoras, progressistas e, portanto, sintonizadas com o que seriam as necessidades dos indivíduos e da sociedade do século XXI. Segundo Coll (1994:136), citado por Duarte (2001): *Numa perspectiva construtivista, a finalidade*

*última da intervenção pedagógica é contribuir para que o aluno desenvolva a capacidade de realizar aprendizagens significativas por si mesmo numa ampla gama de situações e circunstâncias, que o aluno “aprenda a aprender”.*

Assim, a educação escolar deve desenvolver no indivíduo a capacidade e a iniciativa de buscar por si mesmo novos conhecimentos, a autonomia intelectual, a liberdade de pensamento e de expressão.

Em síntese, pretende-se que as instituições de ensino considerem o aluno como um participante activo na construção de seu saber e não como um mero ouvinte do conteúdo repassado; que avaliem o que o estudante já sabe; que valorizem o questionamento investigativo numa perspectiva interdisciplinar, em que o educador/professor seja um condutor do aprender a aprender e em que o livro seja concebido como instrumento auxiliar e não como o detentor das informações correctas.

#### **2.4. A Aprendizagem Colaborativa e a Auto-Aprendizagem**

Actualmente, a cooperação é vista como uma relação de entre-ajuda entre indivíduos, no sentido de alcançar objectivos comuns, utilizando métodos mais ou menos consensuais. A cooperação opõe-se, de certa forma, à competição. O desejo de competir com outros do mesmo grupo no sentido de obter um estatuto mais elevado é, por vezes, considerado como catalizador da acção cooperativa.

Para um educador obter a cooperação dos alunos numa determinada tarefa significa planear actividades, ter os materiais prontos, fazer exigências comportamentais e académicas adequadas aos alunos, dar sinais claros aos alunos sobre as aprendizagens, realizar transições com tranquilidade e prever problemas. O educador deve ainda seleccionar e organizar as actividades de grupo, de modo a manter o ritmo e o interesse dos alunos.

Segundo Morton Deutch, depois de muitos estudos realizados, podemos verificar que *“quanto mais cooperativas forem as tarefas em grupo, mais positivo será o ambiente geral em sala de aula”*. Assim, a interdependência e a cooperação necessárias para se atingir uma meta elevada são essenciais. Só através da interacção, a vários níveis, se podem desenvolver competências de interacção e de inter-ajuda, bem como a aquisição das competências sociais e relacionais.

Qualquer situação em que os alunos estejam a trabalhar para um objectivo comum muito ordenado, esse objectivo, independentemente das competências individuais, ajudará a reduzir as respostas competitivas e a favorecer as colaborativas.

Neste sentido, a expressão “*aprendizagem colaborativa*” descreve uma situação na qual se espera que ocorram formas particulares de interacção entre as pessoas, capazes de desencadear mecanismos de aprendizagem, mas sem que haja garantia de que as interacções esperadas ocorram. Portanto, deve ser assumida, como uma preocupação normal, o desenvolvimento de vias que incrementem a possibilidade da ocorrência dos vários tipos de interacção pretendidos.

Na aprendizagem colaborativa cada individuo é responsável pela sua aprendizagem e pela dos restantes elementos do grupo, desenvolvendo técnicas e métodos de aprendizagem e, ainda, permitindo o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Assim, a aprendizagem é centrada no aluno e este tem um papel investigativo e proactivo na construção do seu conhecimento.

Para que o desenvolvimento das competências colaborativas ocorram é necessário colocar as pessoas em situação que as levem a interagir entre si e a implicarem-se em projectos orientados para a melhoria - dialogando e afinando visões comuns com base em relações de abertura e respeito mútuo e empreendendo processos de auto-avaliação e auto-revisão (Hopkins, 1990; Halsall, 1998). Mas também é necessário poder contar com estruturas de apoio e de suporte, comprometidas com práticas reflexivas e de investigação, bem como com o apoio de elementos externos à própria escola (Putnam e Borko, 1997; Day, 1999).

## **2.5. Legislação**

Para a realização deste projecto de estágio foi necessário recorrer à legislação nacional, tal como à Lei de Bases do Sistema Educativo 46-86 de 14 de Outubro, ao Despacho Normativo nº 96-89 de 21 de Outubro de 1989 e ao Decreto-lei nº 6-2001 de 18 de Janeiro do Ensino Básico.

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/1986), de 14 de Outubro, estabelece o quadro geral do sistema educativo. Neste sentido, o sistema educativo é o “*conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o*

*desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade”.*

O Despacho Normativo nº 96-89, de 21 de Outubro de 1989, visa regulamentar as condições de instalação e funcionamento dos centros de actividades de tempos livres com fins lucrativos. Assim, consideram-se centros de actividades de tempos livres os estabelecimentos que acolham um número igual ou superior a cinco crianças em simultâneo. Este Despacho certifica ainda que, os objectivos específicos dos centros de actividades de tempos livres são os seguintes: *“proporcionar às crianças experiências que concorram para o seu crescimento como pessoa, satisfazendo as suas necessidades de ordem física, intelectual, afectiva e social; criar um ambiente propício ao desenvolvimento da personalidade de cada criança, de forma a ser capaz de se situar e expressar num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um; favorecer a inter-relação família-escola/comunidade-estabelecimento, em ordem a uma valorização, aproveitamento e recuperação de todos os recursos do meio”.*

O Decreto-lei nº 6-2001, de 18 de Janeiro, estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional. Os princípios orientadores definidos neste diploma aplicam-se às demais ofertas formativas relativas ao ensino básico, no âmbito do sistema educativo.

O estudo de toda esta documentação permitiu reforçar normas e princípios pouco consolidados e que possibilitaram fundamentar rigorosamente o quadro teórico e as análises efectuadas ao longo do estágio.



## **3. O Projecto de Estágio**

### **3.1. Apresentação do Projecto no ATL**

Na primeira reunião que tive com a coordenadora de estágio da Faculdade foram definidos os objectivos do estágio, bem como os critérios de avaliação.

Perante os pontos acordados nesta primeira reunião, para encontrar uma instituição para fazer o meu estágio, comecei por enviar alguns e-mails com o meu currículo e uma carta de motivação para diversas organizações. Pouco tempo depois, recebi um telefonema da Academia Morangos, de Telheiras para marcarem uma entrevista comigo, uma vez que tinham gostado do meu currículo.

Na entrevista, conheci o espaço da Academia e respondi a algumas questões que me foram colocadas. Seguidamente, falei com a directora da instituição expondo o que pretendia com o estágio da Faculdade e quais os objectivos que tinha de cumprir. Após a conversa, a directora aceitou de imediato o meu estágio e eu fiquei bastante motivada com as tarefas que iria desempenhar. Ao transmitir esta situação à coordenadora de estágio, tudo ficou esclarecido e de acordo com as normas pude iniciar o estágio.

No primeiro dia na organização, a directora nomeou para minha orientadora de estágio a animadora sócio-cultural, Joana Resende, sendo ela a supervisora e coordenadora do trabalho que desenvolvi. Alguma dúvida que tinha e indicações importantes era ela que me concedia, que me dava atenção e, que me criticava.

Durante a realização do estágio, desempenhei e estive envolvida em diversas actividades. Deste modo, no decorrer do mesmo, pensei, planifiquei e executei actividades; e prestei apoio pedagógico às crianças da instituição.

Eu escolhi desenvolver o meu estágio neste contexto educativo, porque as crianças desta faixa etária (dos 6 anos 12 anos) são um verdadeiro estímulo e desafio para mim. É neste período que as crianças começam a conhecer a realidade e todos os problemas e dificuldades que podem encontrar, formando assim a sua personalidade e as suas defesas para enfrentar a sociedade que os rodeia. A qualidade da formação e da educação em pessoas jovens pode interferir muito na vida do ser humano. É fundamental que os centros de apoio, como os ATL, despertem a curiosidade absoluta

das crianças, proporcionando todas as experiências possíveis do conhecimento e que discutam com as crianças e os jovens os valores para que se formem seres humano adaptados e respeitadores da sociedade e, preparados para o futuro.

### **3.2. Objectivos Gerais do Estágio**

Para o conjunto das actividades, junto dos alunos do ATL, em que ficou estabelecida a minha participação foram definidos os seguintes objectivos gerais:

- Colaborar na gestão e coordenação do ATL;
- Participar na elaboração de materiais de auxílio às actividades realizadas no ATL;
- Participar no apoio pedagógico aos alunos do ATL;
- Estabelecer a ligação entre a escola e o ATL;
- Colaborar na planificação das actividades do ATL;
- Desenvolver actividades que complementem os tempos livres dos alunos do ATL;
- Criar dinâmicas de grupo;
- Estimular a capacidade de trabalhar em equipa;
- Desenvolver o trabalho individual/autónomo;
- Estimular o “aprender a aprender”;
- Possibilitar uma ligação entre o currículo das diferentes disciplinas;
- Desenvolver o sentido de organização e responsabilidade;
- Fomentar o espírito crítico;
- Estimular a criatividade e a imaginação;
- Promover a cooperação e a coesão grupal;
- Estimular o relacionamento interpessoal;
- Promover quadros de convívio e lazer.

É ainda importante referir que, estes objectivos gerais foram definidos de acordo com o acompanhamento e as necessidades dos alunos.

### 3.3. Áreas de Intervenção/Acções

São as seguintes áreas de intervenção que me proponho a realizar durante o estágio. A área de intervenção I – Organização, gestão e coordenação do ATL – é composta pelas seguintes acções/actividades: reuniões, planificações, elaboração e correcção de fichas de trabalho/formativas, conhecimento de legislação e resposta à problemática dos ATL.

A área de intervenção II – Actividades com os alunos – é constituída por acções/actividades de participação em dinâmicas de Estudo Acompanhado, participação e colaboração em ateliers, participação em actividades monitorizadas de formação cívica, participação e colaboração na dinamização de jogos diversos e, por fim, participação e colaboração em actividades exteriores.

<u>Áreas de Intervenção</u>	<u>Acções/Actividades</u>
<b>I</b> Organização, Gestão e Coordenação do ATL	- Reuniões
	- Planificações
	- Elaboração e correcção de fichas de trabalho/formativas
	- Conhecer a legislação
	- Responder à problemática dos ATL
<b>II</b> Actividades com os Alunos	- <b><u>Accção A:</u></b> Participação nas dinâmicas do Estudo Acompanhado
	- <b><u>Accção B:</u></b> Participação e colaboração em Ateliers
	- <b><u>Accção C:</u></b> Participação nas actividades monitorizadas de formação cívica
	- <b><u>Accção D:</u></b> Participação e colaboração na dinamização de jogos diversos
	- <b><u>Accção E:</u></b> Participação e colaboração nas actividades exteriores

**Tabela II:** Áreas de Intervenção e Acções/Actividades executadas no ATL.

### **3.4. As Actividades Programadas no ATL**

Todas as actividades programadas foram aceites pelos membros da direcção da instituição e pela orientadora que me acompanhava. Estas relacionam-se com as dinâmicas de Estudo Acompanhado, com a cooperação em atelier, com a formação cívica, com jogos diversos e com actividades no exterior. As actividades pensadas e planificadas foram de encontro às necessidades dos alunos e da instituição, pois só assim é possível desenvolver um trabalho de qualidade e adequado ao público-alvo.

Semanalmente foram organizadas actividades, para a qual é feita, pela directora da Academia, uma planificação. Porém, este planeamento semanal tende a respeitar a planificação anual elaborada por mim. Ao longo do projecto, foram ainda realizadas reuniões de três em três meses, com o fim de avaliar os aspectos positivos e negativos das actividades/acções desenvolvidas, de levantar e debater possíveis problemas ou dificuldades e de discutir todo o funcionamento das actividades para prevalecer um ambiente agradável de trabalho e proporcionar uma satisfação geral da equipa. Para mim, enquanto estagiária, estas reuniões foram essenciais, visto que pude receber um feedback mais preciso do trabalho que estive a desenvolver, e receber informações úteis para melhorar ainda mais o meu desempenho e evoluir enquanto profissional.

Muitas das actividades programadas decorrem em simultâneo, como é o caso do estudo e dos ateliers. Cada criança logo que chega a academia começa por realizar automaticamente os trabalhos de casa e dedica uma parte do seu tempo ao estudo das diversas disciplinas ou ao estudo e preparação para os testes escolares. Assim, que eu, responsável máxima por todas as dinâmicas de Estudo Acompanhado, considerava que a criança já estava “preparada” para ir brincar e que tinha realizado todas as tarefas por mim impostas, esta fazia as actividades de lazer que a instituição oferece, daí existirem actividades calendarizadas no mesmo instante.

### **3.5. Organograma/Calendarização das Actividades**

Seguidamente, apresenta-se o organograma e a calendarização das actividades a realizar na instituição. As actividades estão centradas nos alunos, pois a sua programação foi elaborada tendo em conta as necessidades do público-alvo e dos seus interesses. Assim, é possível diminuir a distância entre o que se propõe e se planifica, e o que realmente acontece.

O organograma está organizado de acordo com as cinco acções programadas. No entanto, as actividades que se apresentam são planificadas semana a semana, de modo a contemplar as várias acções propostas. Considero pertinente referir que no organograma que se apresenta, as actividades aparecem de forma sequencial, mas estas não decorreram assim. Uma vez que existem actividades em simultâneo, como o estudo e os ateliers, foi necessário recorrer a este tipo de calendarização das actividades e das respectivas tarefas.

Em cada actividade considero os seus objectivos específicos e as tarefas a realizar, bem como os intervenientes e os recursos a utilizar, os dados de avaliação a recolher e as datas previstas de realização de cada actividade. No entanto, a programação das actividades foi alterada ou ajustada ao longo do estágio.

**Accção A: Participação nas dinâmicas do Estudo Acompanhado**

<b>Actividades</b>	<b>Objectivos específicos</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Intervenientes e Recursos</b>	<b>Avaliações</b>	<b>Datas</b>
<b>- Preparação para os testes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver a capacidade de concentração;</li> <li>- Criar método de estudo nas crianças;</li> <li>- Acompanhar os grupos de alunos do 1º, 2º e 3º Ciclos.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Realização dos T.P.C.;</li> <li>2. Realização de fichas de recuperação;</li> <li>3. Realização de fichas de enriquecimento.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças que frequentam a Academia</li> <li>- Animadora Sócio-cultural</li> <li>- Técnica Superior de Educação</li> <li>- Fichas de trabalho</li> <li>- Livros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Verificar o sucesso/insucesso dos alunos nos testes;</li> <li>- Observar o decorrer das actividades;</li> <li>- Auxiliar e conduzir o grupo de alunos;</li> <li>- Avaliar o grau de motivação dos intervenientes nas actividades;</li> <li>- Avaliar se os recursos utilizados foram ou não os mais adequados;</li> <li>- Avaliar os pontos positivos da actividade;</li> <li>- Avaliar as dificuldades sentidas.</li> </ul>	Todos os dias da semana de Outubro de 2009 a Junho de 2010
<b>- Estudo das diversas disciplinas leccionadas em contexto Escolar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver o gosto pelas diversas áreas curriculares;</li> <li>- Desenvolver a capacidade de concentração;</li> <li>- Criar método de estudo nas crianças;</li> <li>- Acompanhar os grupos de alunos do 1º, 2º e 3º Ciclos.</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Realização dos T.P.C.;</li> <li>2. Realização de fichas de recuperação;</li> <li>3. Realização de fichas de enriquecimento;</li> <li>4. Elaboração de resumos;</li> <li>5. Organização dos cadernos diários.</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças que frequentam a Academia</li> <li>- Animadora Sócio-cultural</li> <li>- Técnica Superior de Educação</li> <li>- 1 Auxiliar</li> <li>- Fichas de trabalho</li> <li>- Livros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Verificar os progressos/retrocessos dos alunos;</li> <li>- Observar o decorrer das actividades;</li> <li>- Auxiliar e conduzir o grupo de alunos;</li> <li>- Avaliar o grau de motivação dos intervenientes nas actividades;</li> <li>- Avaliar se os recursos utilizados foram ou não os mais adequados;</li> <li>- Avaliar os pontos positivos da actividade;</li> <li>- Avaliar as dificuldades sentidas.</li> </ul>	Todos os dias da semana de Outubro de 2009 a Junho de 2010

**Accção B: Participação e colaboração em Ateliers**

<b>Actividades</b>	<b>Objectivos específicos</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Intervenientes e Recursos</b>	<b>Avaliações</b>	<b>Datas</b>
<b>- Culinária</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar o contacto com diferentes materiais/alimentos;</li> <li>- Possibilitar o uso, de forma lúdica, das unidades de medida e de peso;</li> <li>- Percepcionar as quantidades e os volumes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Confeção de Pão;</li> <li>- Confeção de Pizzas;</li> <li>- Confeção de alguns doces/sobremesas;</li> <li>- Confeção de bombons.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças que frequentam a Academia</li> <li>- Animadora Sócio-cultural</li> <li>- Técnica Superior de Educação</li> <li>- Auxiliar de Apoio Geral</li> <li>- Materiais necessários à execução das actividades planeadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o grau de motivação dos intervenientes nas actividades;</li> <li>- Avaliar se os recursos utilizados foram ou não os mais adequados;</li> <li>- Avaliar os pontos positivos da actividade;</li> <li>- Avaliar o grau de satisfação dos intervenientes;</li> <li>- Avaliar as dificuldades sentidas.</li> </ul>	1 vez de 15 em 15 dias de Dezembro de 2009 a Junho de 2010
<b>- Artes Plásticas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar a manipulação de diferentes materiais;</li> <li>- Dar a conhecer novas técnicas de pintura;</li> <li>- Estimular a imaginação e a criatividade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de caricaturas e auto-retratos;</li> <li>- Recriação de quadros de pintores famosos;</li> <li>- Realização de pinturas com materiais diversos;</li> <li>- Realização de pinturas/maquetas com materiais recicláveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças que frequentam a Academia</li> <li>- Animadora Sócio-cultural</li> <li>- Técnica Superior de Educação</li> <li>- 1 Auxiliar</li> <li>- Auxiliar de Apoio Geral</li> <li>- Materiais necessários à execução das actividades planeadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o grau de motivação dos intervenientes nas actividades;</li> <li>- Avaliar se os recursos utilizados foram ou não os mais adequados;</li> <li>- Avaliar os pontos positivos da actividade;</li> <li>- Avaliar o grau de satisfação dos intervenientes;</li> <li>- Avaliar as dificuldades sentidas.</li> </ul>	4 vezes por mês de Outubro de 2009 a Agosto de 2010

<b>- Expressão Dramática</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar o auto-conhecimento;</li> <li>- Desenvolver a concentração e a atenção;</li> <li>- Trabalhar a comunicação verbal e não verbal;</li> <li>- Estimular a imaginação e a criatividade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Jogos de mímica;</li> <li>- Peças de teatro;</li> <li>- Teatros com fantoches.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças que frequentam a Academia</li> <li>- Animadora Sócio-cultural</li> <li>- Técnica Superior de Educação</li> <li>- 1 Auxiliar</li> <li>- Materiais necessários à execução das actividades planeadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o grau de motivação dos intervenientes nas actividades;</li> <li>- Avaliar se os recursos utilizados foram ou não os mais adequados;</li> <li>- Avaliar os pontos positivos da actividade;</li> <li>- Avaliar o grau de satisfação dos intervenientes;</li> <li>- Avaliar as dificuldades sentidas.</li> </ul>	2 vezes por mês de Janeiro de 2010 a Agosto de 2010
------------------------------	--	--	--	---	---



**Accção C: Participação nas actividades monitorizadas de formação cívica**

<b>Actividades</b>	<b>Objectivos específicos</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Intervenientes e Recursos</b>	<b>Avaliações</b>	<b>Datas</b>
<b>- Debate sobre temáticas da actualidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover o debate;</li> <li>- Desenvolver a concentração;</li> <li>- Promover a reflexão sobre diferentes temáticas da actualidade;</li> <li>- Proporcionar a partilha de opiniões sobre temáticas da actualidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visualização de PowerPoint's;</li> <li>- Visualização de filmes;</li> <li>- Debates temáticos;</li> <li>- Partilha de experiências e casos práticos/reais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças que frequentam a Academia</li> <li>- Animadora Sócio-cultural</li> <li>- Técnica Superior de Educação</li> <li>- 1 Auxiliar</li> <li>- Computador</li> <li>- Projector</li> <li>- Outros materiais necessários à execução das actividades planeadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o grau de motivação dos intervenientes nas actividades;</li> <li>- Avaliar se os recursos utilizados foram ou não os mais adequados;</li> <li>- Avaliar os pontos positivos da actividade;</li> <li>- Avaliar as dificuldades sentidas;</li> <li>- Avaliar o grau de satisfação dos intervenientes;</li> <li>- Avaliar o nível de interacção dos intervenientes no debate.</li> </ul>	1 vez de 15 em 15 dias de Dezembro de 2009 a Junho de 2010

**Accção D: Participação e colaboração na dinamização de jogos diversos**

<b>Actividades</b>	<b>Objectivos específicos</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Intervenientes e Recursos</b>	<b>Avaliações</b>	<b>Datas</b>
<b>- Jogos de Tabuleiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver a destreza mental;</li> <li>- Fomentar a competição saudável;</li> <li>- Desenvolver o pensamento lógico-matemático;</li> <li>- Desenvolver a rapidez de raciocínio;</li> <li>- Desenvolver a concentração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Monopólio”;</li> <li>- “Quem é Quem”;</li> <li>- “Micado”;</li> <li>- “Party and Company”;</li> <li>- “Xadrez”;</li> <li>- “Scrabble”;</li> <li>- “Dominó”;</li> <li>- “Stop”;</li> <li>- Puzzles diversos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças que frequentam a Academia</li> <li>- Animadora Sócio-cultural</li> <li>- Técnica Superior de Educação</li> <li>- 1 Auxiliar</li> <li>- Jogos de tabuleiro diversos</li> <li>- Outros materiais necessários à execução das actividades planeadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o grau de motivação dos intervenientes nas actividades;</li> <li>- Avaliar se os recursos utilizados foram ou não os mais adequados;</li> <li>- Avaliar o grau de satisfação dos intervenientes;</li> <li>- Avaliar os pontos positivos da actividade;</li> <li>- Avaliar as dificuldades sentidas.</li> </ul>	4 vezes por mês de Outubro de 2009 a Junho de 2010
<b>- Jogos lógico-matemáticos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver a destreza mental;</li> <li>- Fomentar a competição saudável;</li> <li>- Desenvolver o pensamento lógico-matemático;</li> <li>- Desenvolver a rapidez de raciocínio;</li> <li>- Desenvolver a concentração;</li> <li>- Proporcionar o ensino-aprendizagem da</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Bantuni”;</li> <li>- “Jogo do 24”;</li> <li>- “Supertmatik”;</li> <li>- Problemas semanais diversos;</li> <li>- Jogos numéricos diversos;</li> <li>- Jogos de lógica diversos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças que frequentam a Academia</li> <li>- Animadora Sócio-cultural</li> <li>- Técnica Superior de Educação</li> <li>- 1 Auxiliar</li> <li>- Materiais necessários à execução das actividades planeadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o grau de motivação dos intervenientes nas actividades;</li> <li>- Avaliar se os recursos utilizados foram ou não os mais adequados;</li> <li>- Avaliar os pontos positivos da actividade;</li> <li>- Avaliar as dificuldades sentidas;</li> <li>- Avaliar o grau de satisfação dos intervenientes;</li> <li>- Avaliar a rapidez de resposta das crianças intervenientes.</li> </ul>	4 vezes por mês de Outubro de 2009 a Junho de 2010

	matemática de forma lúdico-pedagógica.				
<b>- Jogos Tradicionais/Jogos de destreza física</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver a destreza física;</li> <li>- Fomentar a competição saudável;</li> <li>- Desenvolver a concentração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Jogo da malha;</li> <li>- Jogo do lenço;</li> <li>- Corrida de sacos;</li> <li>- Andas;</li> <li>- Salto à corda;</li> <li>- Corrida;</li> <li>- Futebol;</li> <li>- Badmington;</li> <li>- Hóquei;</li> <li>- Ping-Pong;</li> <li>- Jogo do mata;</li> <li>- Matraquilhos humanos;</li> <li>- Dodgeball.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças que frequentam a Academia</li> <li>- Animadora Sócio-cultural</li> <li>- Técnica Superior de Educação</li> <li>- 1 Auxiliar</li> <li>- Auxiliar de Apoio Geral</li> <li>- Materiais necessários à execução das actividades planeadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o grau de motivação dos intervenientes nas actividades;</li> <li>- Avaliar se os recursos utilizados foram ou não os mais adequados;</li> <li>- Avaliar o grau de satisfação dos intervenientes;</li> <li>- Avaliar os pontos positivos da actividade;</li> <li>- Avaliar o nível de destreza física das crianças intervenientes.</li> </ul>	4 vezes por mês de Outubro de 2009 a Agosto de 2010
<b>- Jogos Informáticos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver a destreza mental;</li> <li>- Fomentar a competição saudável;</li> <li>- Proporcionar o contacto com novas tecnologias de informação;</li> <li>- Desenvolver a rapidez de raciocínio;</li> <li>- Promover a cooperação;</li> <li>- Desenvolver a concentração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Mahjong”;</li> <li>- Jogos de Playstation;</li> <li>- “Freecell”;</li> <li>- “Solitário”;</li> <li>- “Pinball”;</li> <li>- “Copas”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças que frequentam a Academia</li> <li>- Animadora Sócio-cultural</li> <li>- Técnica Superior de Educação</li> <li>- 1 Auxiliar</li> <li>- Computador</li> <li>- Outros materiais necessários à execução das actividades planeadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o grau de motivação dos intervenientes nas actividades;</li> <li>- Avaliar se os recursos utilizados foram ou não os mais adequados;</li> <li>- Avaliar o grau de satisfação dos intervenientes;</li> <li>- Avaliar os pontos positivos da actividade.</li> </ul>	2 vezes por mês de Outubro de 2009 a Junho de 2010

**Accção E: Participação e colaboração nas actividades exteriores**

<b>Actividades</b>	<b>Objectivos específicos</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Intervenientes e Recursos</b>	<b>Avaliações</b>	<b>Datas</b>
<b>- Golfe</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver o gosto pela natureza;</li> <li>- Proporcionar novos ambientes de aprendizagem;</li> <li>- Dar a conhecer novas actividades desportivas;</li> <li>- Conhecer os benefícios da prática de golfe;</li> <li>- Estimular a capacidade de concentração;</li> <li>- Fomentar a competição saudável;</li> <li>- Proporcionar actividades lúdico-pedagógicas ao ar livre, conjugadas com a destreza física.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Primeiro contacto com o golfe;</li> <li>- Prática de iniciação ao golfe;</li> <li>- Actividades diversas de prática de golfe para juniores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças que frequentam a Academia</li> <li>- Coordenadora pedagógica</li> <li>- Animadora Sócio-cultural</li> <li>- Técnica Superior de Educação</li> <li>- 2 Auxiliares</li> <li>- Professor de Golfe</li> <li>- Materiais necessários à execução das actividades planeadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o grau de motivação dos intervenientes nas actividades;</li> <li>- Avaliar se os recursos utilizados foram ou não os mais adequados;</li> <li>- Avaliar os pontos positivos da actividade;</li> <li>- Avaliar a motivação do professor convidado;</li> <li>- Avaliar a interacção ente o professor convidado e as crianças intervenientes;</li> <li>- Avaliar o grau de satisfação dos intervenientes;</li> <li>- Avaliar o nível de destreza física das crianças intervenientes.</li> </ul>	1 dia em Junho de 2010
<b>- Visitas de Estudo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Despontar o gosto por diferentes formas de artes;</li> <li>- Proporcionar nos ambientes de aprendizagem;</li> <li>- Proporcionar novas actividades lúdico-pedagógicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visita a um programa de televisão;</li> <li>- Visita ao Museu da Electricidade;</li> <li>- Visita ao Museu do Mar;</li> <li>- Visita ao Museu da Marinha;</li> <li>- Visita ao Museu dos Coches;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças que frequentam a Academia</li> <li>- Coordenadora pedagógica</li> <li>- Animadora Sócio-cultural</li> <li>- Técnica Superior de Educação</li> <li>- 2 Auxiliares</li> <li>- Guia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o grau de motivação dos intervenientes nas actividades;</li> <li>- Avaliar se os recursos utilizados foram ou não os mais adequados;</li> <li>- Avaliar os pontos positivos da actividade;</li> <li>- Avaliar a motivação do guia;</li> <li>- Avaliar a interacção ente o guia do museu e as crianças intervenientes;</li> <li>- Avaliar o grau de satisfação dos</li> </ul>	1 dia em Dezembro de 2009 e 1 vez por semana durante os meses de Julho e Agosto de 2010

		- Visitas a parques e jardins.	- Materiais necessários à execução das actividades planeadas	intervenientes.	
<b>- Danças de Salão/Hip-Hop</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar nos ambientes de aprendizagem;</li> <li>- Fomentar a competição saudável;</li> <li>- Dar a conhecer novos estilos de dança;</li> <li>- Proporcionar actividades lúdico-pedagógicas, conjugadas com a destreza física.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Workshops de dança;</li> <li>- Workshops de Hip-Hop;</li> <li>- Workshops de danças de salão;</li> <li>- Jogos com música e danças.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças que frequentam a Academia</li> <li>- Coordenadora pedagógica</li> <li>- Animadora Sócio-cultural</li> <li>- Técnica Superior de Educação</li> <li>- 2 Auxiliares</li> <li>- Professora de Dança</li> <li>- Materiais necessários à execução das actividades planeadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o grau de motivação dos intervenientes nas actividades;</li> <li>- Avaliar se os recursos utilizados foram ou não os mais adequados;</li> <li>- Avaliar os pontos positivos da actividade;</li> <li>- Avaliar a motivação da professora convidada;</li> <li>- Avaliar a interacção ente a professora convidada e as crianças intervenientes;</li> <li>- Avaliar o grau de satisfação dos intervenientes;</li> <li>- Avaliar o nível de destreza física das crianças intervenientes.</li> </ul>	1 vez em Dezembro de 2009; 1 vez em Abril de 2010 e 2 vezes durante o mês de Agosto 2010
<b>- Actividades Radicais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar nos ambientes de aprendizagem;</li> <li>- Fomentar a competição saudável;</li> <li>- Proporcionar actividades lúdico-pedagógicas ao ar livre, conjugadas com a destreza física.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prática de surf;</li> <li>- Prática de slide;</li> <li>- Prática de escalada;</li> <li>- Prática de skate;</li> <li>- Prática de Street Surfing;</li> <li>- Canoagem;</li> <li>- Visita a um campo de férias com actividades radicais para um dia completo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças que frequentam a Academia</li> <li>- Coordenadora pedagógica</li> <li>- Animadora Sócio-cultural</li> <li>- Técnica Superior de Educação</li> <li>- 2 Auxiliares</li> <li>- Monitores convidados</li> <li>- Materiais necessários à execução das actividades planeadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o grau de motivação dos intervenientes nas actividades;</li> <li>- Avaliar se os recursos utilizados foram ou não os mais adequados;</li> <li>- Avaliar os pontos positivos da actividade;</li> <li>- Avaliar a motivação dos monitores convidados;</li> <li>- Avaliar a interacção ente os monitores convidados e as crianças intervenientes;</li> <li>- Avaliar o grau de satisfação dos intervenientes;</li> <li>- Avaliar o nível de destreza física das crianças intervenientes.</li> </ul>	3 dias durante o mês de Agosto de 2010

<b>- Praia/Piscina</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proporcionar nos ambientes de aprendizagem;</li> <li>- Proporcionar actividades lúdico-pedagógicas ao ar livre.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ida à praia de Carcavelos;</li> <li>- Ida à praia da Costa da Caparica;</li> <li>- Ida à piscina do Município de Carnide;</li> <li>- Jogos e actividades de praia e piscina.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crianças que frequentam a Academia</li> <li>- Coordenadora pedagógica</li> <li>- Animadora Sócio-cultural</li> <li>- Técnica Superior de Educação</li> <li>- 2 Auxiliares</li> <li>- Materiais necessários à execução das actividades planeadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o grau de motivação dos intervenientes nas actividades;</li> <li>- Avaliar se os recursos utilizados foram ou não os mais adequados;</li> <li>- Avaliar os pontos positivos da actividade;</li> <li>- Avaliar o grau de satisfação dos intervenientes.</li> </ul>	2 vezes por semana durante os meses de Julho e Agosto de 2010
------------------------	---	--	---	--	---

## **4. Discussão das Actividades Realizadas**

### **4.1. A Necessidade de Adaptação/Reestruturação do Projecto**

Como era de esperar, nem sempre foi possível realizar as actividades programadas nas datas previstas. Uma vez que as dinâmicas de Estudo Acompanhado são uma prioridade sobre todas as restantes acções, foi necessário proceder a uma adaptação/reestruturação do projecto. Algumas tarefas não se desenvolveram na data prevista ou com o tempo de duração esperado, previamente definido. Esta situação foi evidente em época de testes escolares. Estudar para as provas das diversas disciplinas, leccionadas em contexto escolar, ocupava grande parte do tempo, sobrando um período mais pequeno para as demais actividades.

Ao planificar as actividades, ambicionava-se que estas fossem ao encontro das necessidades e interesses dos alunos. Assim, pretendeu-se programar acções onde existisse uma articulação entre actividades previamente planeadas, actividades relacionadas com o currículo escolar e actividades sugeridas pelos próprios alunos.

Os materiais utilizados para as inúmeras tarefas foram sempre os adequados. No início de cada semana era feita a rectificação do material e, se algo era necessário, procedia-se à elaboração de um inventário do mesmo em falta e a directora da organização, no mesmo dia, ia comprar.

### **4.2. Acção A: Participação nas dinâmicas do Estudo Acompanhado**

Relativamente às actividades desenvolvidas na instituição de Telheiras, sem dúvida que a minha contribuição e participação foi mais envolvente e fundamental nas dinâmicas de Estudo Acompanhado. Como já referi anteriormente, a minha orientadora (directora técnica) colocou-me como responsável máxima por todas as dinâmicas de EA. Foi, sem dúvida, bastante gratificante, pois tive liberdade para tomar qualquer tipo de decisões e tive de dinamizar todas as actividades de acordo com o que me parecia mais apropriado para colmatar as necessidades daquelas crianças.

Uma das actividades prioritárias a cumprir foi preparar as crianças para os testes e estudar para as diversas disciplinas leccionadas em contexto escolar. Todos os dias da semana, desde Outubro de 2009 a Junho de 2010, estas actividades foram executadas,

tendo como principais tarefas o acompanhamento na elaboração de resumos, na organização dos cadernos diários, na realização de TPC'S, de fichas de recuperação, de enriquecimento, formativas e de diagnóstico. Estas tarefas foram essenciais para criar métodos de estudo e desenvolver a capacidade de concentração e organização das crianças que frequentam a Academia.

Este tipo de actividades constitui uma mais valia para desenvolver nas crianças competências de gestão do tempo, motivação e organização de tarefas; promover a confiança e o auto-conceito escolar; e identificar perfis de estudo adequados às diferentes disciplinas e às características de cada aluno.

Com o decorrer do estágio, foi interessante observar e analisar que, no início de cada semana, os educandos estavam sempre mais agitados, ou seja, bastante conversadores, mas com vontade de trabalhar e de resolver os exercícios propostos. Contudo, no final de cada semana, notava-se um certo cansaço e falta de vontade para realizar as tarefas indicadas. Considero esta situação normal, visto que, depois da escola, os miúdos quando vão para a Academia, torna-se difícil arranjar energias para trabalhar um pouco mais.

Através de observações, pude constatar também que, como técnica e método de estudo, as crianças que frequentam a Academia recorrem bastante à elaboração de mapas conceptuais. Tiram apontamentos, revêem a matéria, escrevem para aprender a estudar, elaboram representações gráficas da informação, fazem sublinhados (principalmente com canetas coloridas) e resumos da matéria. Todavia, muitos alunos, são um pouco desorganizados na forma como estudam, não seguindo uma interligação e sequência lógica de conceitos, estudando apenas de forma “solta” (sem articulação e relação entre saberes). Mas, com o planeamento do estudo, com estabelecimento de objectivos de estudo, com empenho e dedicação da minha parte e da parte das crianças, esta dificuldade foi contornada. Foi perceptível o gosto acrescido pelas diversas áreas curriculares e um ânimo em relação ao estudo, uma vez que, este (estudo) quando é organizado e coordenado auxilia no progresso e sucesso escolar.

Relativamente ao estudo das diversas disciplinas leccionadas em contexto escolar, é essencial referir que o estudo recaiu de forma diferente nos diferentes ciclos do Ensino Básico. No 1º Ciclo do Ensino Básico, o estudo das crianças foi mais rigoroso nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Estudo do Meio. Estas demonstraram maiores dificuldades na Língua Portuguesa do que nas restantes disciplinas, uma vez que a interpretação de textos e os exercícios de gramática



efectuados conferiam sempre grandes dúvidas. No 2º Ciclo do Ensino Básico, o estudo das crianças foi mais rígido nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Ciências da Natureza e História e Geografia de Portugal. Porém, as disciplinas que confrontam maiores dificuldades de organização e assimilação de conteúdos são o Inglês e a Língua Portuguesa. Comparativamente, as crianças do 3º Ciclo do Ensino Básico submeteram-se a um estudo mais vigoroso nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês, Ciências da Natureza, História, Geografia, Físico-Química, Francês e/ou Espanhol. Estas apresentaram menor compreensão e assimilação de conteúdos ao nível da Físico-Química e do Francês. Esta situação pode dever-se ao facto de ambas as disciplinas serem desconhecidas e introduzidas no 7º ano do 3º ciclo do Ensino Básico, daí ser inevitável um esforço redobrado e um trabalho mais eficaz por parte das crianças nestas duas áreas curriculares.

O facto de se tratar de um grupo muito diverso e de vários anos escolares, em algumas ocasiões, existiu uma dificuldade em responder a todas as necessidades do mesmo. Durante a época de testes, muitas são as dúvidas que surgem durante o estudo. Assim, para responder a esta dificuldade, elaborei grupos de estudo, ou seja, crianças do mesmo ano escolar e com dúvidas semelhantes realizavam tarefas em conjunto. Por diversas vezes, articulei a teoria seleccionada na escola com casos práticos, e ainda consegui realizar “concursos” de perguntas e respostas com as crianças. Assim, isto permitiu que estas assimilassem de melhor forma a matéria e superassem os seus obstáculos. Quando utilizava outras dinâmicas de aprendizagem, até mesmo mnemónicas, o nível de motivação e empenho dos intervenientes era visível, facilitando também o meu desempenho e entusiasmo em continuar a trabalhar para garantir um melhor apoio pedagógico a todas as crianças.

Quando se trata de estudar, considero que a capacidade de estimular a atenção da criança pode condicionar todo o sucesso da aprendizagem. Na verdade, é fundamental, incentivar um tempo pessoal de processamento de informação depois de cada nova aprendizagem, para que o material apreendido se solidifique.

Desta forma, pretendeu-se que o aluno estivesse implicado na escolha do seu trabalho, na selecção dos seus projectos, para ficar mais atento; possibilitou-se que a criança conhecesse o propósito da tarefa, para que a actividade fosse significativa e realizada com maior alento e atenção; e ainda, deixou-se que o discente propusesse os seus prazos para cumprir as tarefas, para implicá-lo no seu processo de ensino-aprendizagem e para ajudá-lo a ser enérgico e autónomo.

Mostrando como estas estratégias foram positivas, não esqueço o que um menino do 6º ano, do 2º ciclo do Ensino Básico, me disse: *“Obrigado Margarida! Em 5 minutos conseguiste com que eu compreendesse uma coisa que a minha professora não me conseguiu explicar em uma hora e meia”*. Neste sentido, foi notória, na maioria dos casos, uma evolução no sucesso escolar das crianças que frequentam a Academia. Contudo, verifiquei que, foi perceptível uma descida de desempenho nos testes do segundo período, sendo no terceiro período imediatamente recuperado.

Considero importante referir que os materiais utilizados nesta acção foram os adequados para o desenvolvimento de todas as tarefas propostas em todas as actividades. Muitos dos materiais foram elaborados por mim, tal como fichas de trabalho e actividades/jogos, relacionados com as matérias leccionadas em contexto escolar e com as necessidades das crianças.



**Figura 4:** Registo fotográfico de dinâmicas de Estudo Acompanhado.

#### **4.3. Acção B: Participação e colaboração em Ateliers**

A minha participação e colaboração nos ateliers realizados na Academia foi, sem dúvida, bastante interessante, uma vez que os alunos tiveram a oportunidade de aprender pela própria experiência, aumentando assim a sua capacidade de adquirir novos talentos e lidar com desafios. A manifestação criativa, através de diversos ateliers, como de culinária, artes plásticas e expressão dramática, pode estar associado à aprendizagem diversificada. Desta forma, a aprendizagem em atelier torna-se num local propício e rico, com materiais diversificados, onde se pode aprofundar e exercitar a mão e a mente, aperfeiçoar a visão, desenvolver a aplicação gráfica e pictórica, sensibilizar o sentido estético, realizar projectos, aprender a dominar técnicas e matérias de trabalho,

familiarizar-se com as semelhanças e diferenças das linguagens verbais e não-verbais. Aqui, os alunos passam a dar asas à sua criatividade, tendo a possibilidade de usar inúmeros materiais e técnicas para dar forma às suas ideias, ao mesmo tempo que experienciavam aprendizagens significativas.

As **actividades de culinária** efectuadas foram, sem dúvida, uma grande aposta. Todas as tarefas realizadas foram bem sucedidas e os objectivos foram cumpridos. Foi entusiasmante observar como as crianças aderiram tão bem a estas tarefas. Considero extremamente importante este tipo de actividades, uma vez que é possível aprender de forma lúdica, ou seja, conteúdos abordados nas diversas disciplinas curriculares eram interligados com tarefas efectuadas no dia-a-dia. A aplicação prática da teoria aprendida na escola é bastante estimulante para as crianças e *“tudo parece mais fácil”*, segundo elas. Os recursos utilizados foram também sempre os adequados, o que facilitou ao sucesso desta actividade. Nas actividades de culinária, a motivação e satisfação dos intervenientes foi sempre positiva e de grande entusiasmo, onde todos foram cooperantes e empenhados.







**Figura 5:** Registo fotográfico de actividades de culinária.

As **actividades de artes plásticas** executadas nem sempre correram da melhor forma. Por vezes, tarefas como a recriação de quadros de pintores famosos não foram bem sucedidas. Em algumas ocasiões, as crianças, tanto as mais novas como as mais velhas, sentiam grande dificuldade em iniciar esta tarefa, pois diziam constantemente: “*não sei o que fazer...não tenho imaginação...*”. Neste sentido, foi bastante difícil incentivar e inculcar uma certa autonomia para os trabalhos elaborados, bem como fomentar a imaginação e a criatividade. Geralmente, no começo das tarefas, as crianças não estavam muito motivadas, mas, com o empenho das educadoras, o nível de satisfação foi aumentando e no final os objectivos acabaram por ser alcançados. Contudo, apesar das dificuldades sentidas, o facto dos educandos manipularem materiais diferentes, conhecerem outras técnicas de pintura constituíram aspectos positivos para esta actividade.





**Figura 6:** Registo fotográfico de actividades de artes plásticas.

Tal como as actividades de culinária, as de **expressão dramática** correram igualmente bem. Neste tipo de actividades, não foi difícil estimular a imaginação e a criatividade, ao contrário das actividades de artes plásticas. Através de observações directas, penso que isto se deve ao facto de ser uma actividade mais dinâmica, em que o trabalho em equipa, a cooperação e a colaboração são fundamentais, tornando as tarefas muito mais apelativas e empolgantes. Deste modo, a satisfação e a motivação de todos os intervenientes foi perceptível.

Os jogos de mímica, as peças de teatro e os teatros com fantoches foram tarefas que permitiram alcançar os objectivos propostos. A meu ver, proporcionar o auto-conhecimento em crianças em idade pré-escolar é fulcral, pois permite que os participantes superem a vergonha, desenvolvam a auto-estima, valorizem a sua capacidade para lidar com suas limitações e com os seus reais recursos, e que adequem a percepção que o indivíduo desenvolve a respeito de si próprio.

Acredito, e com a observação feita no decorrer da actividade, que os jogos de mímica proporcionam às crianças momentos de concentração (ao tentar adivinhar o que o colega está a fazer) e pensamento rápido e imaginativo (por parte do “mímico” que deverá saber como passará a mensagem ao grupo e por parte dos participantes que devem esforçar-se para adivinhar a mímica).







*Figura 7:* Registo fotográfico de actividades de expressão dramática.

É ainda importante referir que os materiais utilizados nesta acção foram os adequados para o desenvolvimento de todas as tarefas propostas em todas as actividades.

#### **4.4. Acção C: Participação nas actividades monitorizadas de formação cívica**

Uma vez que vivemos numa sociedade em constante desenvolvimento e mutação, considero a monitorização de actividades de formação cívica uma mais valia para este projecto.

Neste sentido, o **debate sobre temáticas da actualidade**, como bullying, drogas, sexualidade, adolescência e meio ambiente, permitiram a partilha de opiniões e de experiências vivenciadas, muitas vezes em contexto escolar e não escolar, pelas crianças da Academia. O facto de abordar temas actuais, estes suscitam grande curiosidade e interesse em crianças desta faixa etária (dos 6 aos 12 anos).

A meu ver, o desenvolvimento do espírito crítico em crianças em idade escolar é essencial para formar cidadãos aptos para enfrentar os desafios futuros, para serem capazes de transmitir e partilhar as suas opiniões e ideias, e para defenderem os seus ideais de forma sólida e concisa. Neste tipo de actividades, pretende-se que o aluno tenha um papel activo na construção do conhecimento. Assim, o aluno explora os objectos de aprendizagem, sendo convidado a reflectir sobre os objectos de aprendizagem desconstruídos.

Uma das maiores dificuldades sentidas no decorrer desta actividade foi manter a organização do debate. Muitas eram as crianças e todas queriam participar, sendo algumas vezes difícil manter a ordem e controlar todas as interacções.

É bastante bom ver como a adesão a este tipo de tarefas é grande, pois o feedback dos intervenientes foi de satisfação, motivação e empenho. O gosto demonstrado por aprender mais sobre as temáticas abordadas, as constantes perguntas e a enorme interacção existente entre todos os intervenientes constituem pontos positivos a salientar desta tarefa.

Além disso, é ainda importante referir que, todos os recursos utilizados para a elaboração desta actividade foram os adequados às tarefas programadas.

#### **4.5. Acção D: Participação e colaboração na dinamização de jogos diversos**

A realização de jogos com crianças em idade escolar poderá ajudar a esclarecer algumas dúvidas que os educadores apresentam nas suas práticas educativas. Segundo Vygotsky (1989), citado por Santos, *“o lúdico influencia enormemente o desenvolvimento da criança. É através do jogo que a criança aprende a agir, a sua curiosidade é estimulada, adquire iniciativa e autoconfiança, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração”*.

Desta forma, a utilização de certos jogos e brincadeiras como facilitadores na aprendizagem são, sem dúvida, a solução para se obter resultados positivos no processo de ensino-aprendizagem das crianças. Mas, é importante que se tenham bem definidos os objectivos que queremos alcançar.

O jogo não é simplesmente um “passatempo” para distrair os alunos, antes pelo contrário, corresponde a uma profunda exigência do organismo e ocupa um lugar de extraordinária importância na educação escolar. Estimula o crescimento e o desenvolvimento, a coordenação muscular, as capacidades intelectuais, a iniciativa individual, favorecendo o aparecimento e o progresso da palavra. Estimula a observar e a conhecer as pessoas e as coisas do ambiente em que se vive.

Através do jogo o indivíduo pode brincar naturalmente, testar hipóteses, explorar toda a sua espontaneidade criativa. O jogar é essencial para que a criança manifeste a sua criatividade, utilizando as suas potencialidades de maneira integral.



Relativamente aos **jogos de tabuleiro**, aos **jogos lógico-matemáticos** e os **jogos informáticos** realizados na Academia, posso constatar que o nível de motivação e satisfação dos intervenientes nem sempre foi o melhor. No início de cada tarefa as crianças estão bastante entusiasmadas, mas, à medida que a actividade decorre, estas vão perdendo o interesse. Considero que esta situação se deve ao facto de estes jogos se tornarem um pouco repetitivos, ou seja, inicialmente existe um equilíbrio entre a parte lúdica e a componente de aprendizagem, mas, assim que uma das partes se “perde”, as crianças deixam de estar estimuladas na tarefa que estão a desempenhar. Uma outra explicação possível para este caso, prende-se com o facto de estas crianças levarem, muitas vezes, a competição ao extremo. Quando, num determinado jogo, um dos grupos está a perder, este despreza por completo a tarefa, dizendo: *“já estamos a perde não vale a pena continuar...”*. Quando estas situações acontecem, torna-se difícil contornar estes obstáculos. Contudo, nestes casos para garantir o sucesso das tarefas, tanto as educadoras como as auxiliares, funcionaram como “elo” para unir os alunos, despertando neles o espírito da cooperação, fazendo com que estes se ajudem mais, ao invés de competirem entre si. Desta forma, as dificuldades sentidas, converteram-se numa mais valia, pois outros valores como a cooperação e a colaboração foram apreendidos. A convivência entre as crianças necessita de mais respeito mútuo, harmonia e unidade, na procura por um objectivo maior, onde cada um faz a sua parte para o benefício de todos. Penso que, com estas actividades, estes valores foram transmitidos.

Todavia, há uma tarefa onde a dificuldade quanto à motivação e à satisfação dos intervenientes não foi sentida: os **jogos de playstation**. Este tipo de jogos são bastante aliciantes para as crianças, uma vez que usam uma linguagem muito própria e possibilitam uma forma muito particular de conhecer e interpretar o mundo, tornando quaisquer padrões de homogeneidade praticamente impossíveis de manter e até mesmo, actualmente, inexistentes. O dinamismo e a interactividade promovidas pelo uso dos meios tecnológicos, estimulam as crianças e tornam as aprendizagens mais divertidas.

Com esta análise, posso concluir que, as aspirações e as realidades individuais dos alunos daquela Academia, reflectem um acompanhamento das inovações tecnológicas, pelo que não será legítimo ignorar essa questão.

Tendo em consideração os **jogos tradicionais/jogos de destreza física** posso afirmar que esta actividade é geradora de prazer abrangendo todas as crianças da Academia. Em todas as tarefas realizadas, os discentes entregam-se plenamente e sem

reservas à acção que se desenvolve no próprio jogo. Verificou-se que as crianças voltavam-se normalmente para os que estavam mais próximos dos seus interesses, dos que as compreendiam, onde se “sentiam à vontade”. As crianças da Academia adoram actividade física, sendo bastante importante que estas experimentem, descubram e aperfeiçoem as suas habilidades motoras e sensoriais. Tudo isto trará grande impacto no desenvolvimento das capacidades coordenativas.

Todos os recursos utilizados para a elaboração destas actividades foram os adequados às tarefas programadas.







**Figura 8:** Registo fotográfico de actividades de destreza física/jogos tradicionais.

Em suma, para uma aprendizagem eficaz é preciso que o aluno construa o conhecimento, assimile os conteúdos. O jogo é um excelente recurso para facilitar a aprendizagem. Neste perspectiva, Araújo, citado por Silveira & Barone, afirma que: *“desde muito cedo o jogo na vida da criança é de fundamental importância, pois quando ela brinca, explora e manuseia tudo aquilo que está à sua volta, através de esforços físicos e/ou mentais e sem se sentir coagida pelo adulto, começa a ter*

*sentimentos de liberdade portanto, real valor e atenção às actividades vivenciadas naquele instante”* (1992, p.14). E acrescenta ainda: *“o ensino absorvido de maneira lúdica, passa a adquirir um aspecto significativo e afectivo no curso do desenvolvimento da inteligência da criança, já que ela se modifica de acto puramente transmissor a acto transformador em ludicidade, denotando-se portanto em jogo”* (1992, p.28).

#### **4.6. Acção E: Participação e colaboração nas actividades exteriores**

As actividades exteriores e ao ar livre proporcionam à criança uma possibilidade única de integração com o meio em que vive. Conhecer e reconhecer os diferentes espaços do lugar que habita, ajuda a criança a ter maior dimensão de si mesma e amplia o seu repertório de mundo. A saída e o contacto com a realidade exterior, nas suas múltiplas vertentes, é uma estratégia que contribui para a aprendizagem mais activa e significativa.

A **prática do golfe** incita à saúde e à educação através da diversão, estimula a importância de assumir atitudes positivas; ensina a tomar decisões com responsabilidade, considerando os possíveis riscos; ajuda a definir e estabelecer objectivos (tanto no campo de golfe como na vida); auxilia a capacidade de entendimento ético através do cumprimento de normas disciplinadoras; colabora no entendimento da punibilidade (direito/dever); instiga o auto-conhecimento; encoraja o respeito com a natureza; prepara na resistência física; aumenta a coordenação motora e a concentração.

A prática de golfe efectuada na Academia foi um enorme sucesso. A euforia e exaltação sentida pelas crianças foi notória. Os discentes estiveram muito empenhados nesta actividade, resultando num agradável ambiente de lazer e ao mesmo tempo de grande fortalecimento de relações inter-pessoais e entre-ajuda. A cooperação e a colaboração foram estratégias bem presentes entre as crianças intervenientes, os professores/monitores convidados e os professores/monitores que trabalham na Academia. É pertinente referir que os professores/monitores convidados elogiaram o grupo de alunos que executaram a actividade, permitindo uma motivação e uma interacção sublimada entre todos os intervenientes.

Os recursos utilizados na aula de golfe foram os mais adequados. Contudo, o material não era suficiente para todos os intervenientes. Logo, existiu a necessidade de



dividir o grupo em pequenas equipas para que a actividade decorresse de melhor forma. Perante esta situação, algumas crianças afirmavam diversas vezes: *“Mas quando é a nossa vez? Aquele grupo já está há mais tempo...”*. A dificuldade em travar a impaciência de algumas crianças esteve patente, uma vez que a vontade de participar na actividade era grande e, como o nível de destreza física era elevado, essa ansiedade tornava-se ainda mais evidente.







*Figura 9:* Registo fotográfico da actividade de golfe.

Para além do carácter motivador e de sociabilidade que lhe estão naturalmente inerentes, as visitas de estudo favorecem essencialmente a aquisição de conhecimentos, possibilitam o desenvolvimento de competências e de capacidades várias, promovem a interligação entre a teoria e a prática, e constituem um importante complemento de ligação entre a instituição de ensino e a realidade extra escolar.

Na Academia, foram programadas **visitas de estudo** para os meses de Julho e Agosto. Através de conversas informais com a directora técnica, chegámos à conclusão que, o contacto directo com o meio físico, social e cultural tem sempre um enorme interesse, porque permite desenvolver nos alunos um conjunto diferenciado de capacidades que importa valorizar e incrementar. Destaca-se a observação directa, a interpretação de fenómenos, a avaliação crítica. O facto de a visita se desenvolver fora do ambiente normal, constitui uma fonte acrescida de entusiasmo dos alunos perante a

aprendizagem. Tendo em conta os valores e atitudes, no nosso entender, as visitas de estudo contribuem para a formação de cidadãos intervenientes, autónomos e criativos. Proporcionam o enriquecimento cultural dos alunos, possibilitam a ligação à vida e à realidade natural e humana, criam e desenvolvem um espírito de responsabilidade, cooperação e solidariedade. É ainda aprofundado o relacionamento afectivo entre educadores e educandos, quer de educandos entre si.

A expressão corporal, através da dança e de outros exercícios ritmados, é uma experiência valiosa no sentido de corrigir tiques, maneirismos e agitação, observados, especialmente, em algumas crianças segregadas em instituições residenciais. Porém, a expressão corporal das crianças são mais estimuladas com a música. Utilizam novos recursos para adaptar o seu movimento corporal aos ritmos de diferentes obras, contribuindo desta forma à potenciação do controlo rítmico do seu corpo. Através da música e da dança, as crianças podem melhorar a sua coordenação e alterar uma serie de condutas.

As **danças de salão** e o **hip-hop** constituíram modalidades onde a interacção entre professores/monitores convidados e intervenientes foi de grande cumplicidade, onde ambas as partes estavam motivadas e empenhadas. Todavia, a professora de danças de salão apresentou alguns passos de dança mais complexos e as crianças mais novas não conseguiram acompanhar todo o ritmo da aula/demonstração.

Os jogos com música e as danças que foram efectuados sempre depois dos workshops, constituíram também tarefas que eram do agrado dos intervenientes. Através de observações directas, posso assegurar que todas as actividades que envolvam ritmo e movimento são cumpridas com enorme prazer pelas crianças.

Tal como nas anteriores actividades, os recursos usados foram os apropriados para que tudo decorresse como o esperado.

A **praia** e a **piscina** possibilitam o trabalho e o exercício dos músculos, a coordenação motora, e do sistema respiratório e circulatório. Igualmente, contribuiu no desenvolvimento da independência e da auto-confiança das crianças. Neste sentido, quando foi pensada e programada esta actividade, estes foram os aspectos principais a serem ponderados.

Na Academia, foram programados três dias de actividades radicais para o mês de Agosto. Através de conversas informais com a directora técnica, finalizámos que, as actividades radicais contribuem para um crescimento social, intelectual e físico

equilibrado e para a formação de carácter; estimulam o desenvolvimento das capacidades de autonomia, iniciativa, desembaraço, criatividade, raciocínio, responsabilidade, sociabilidade e de espírito de equipa; e permitem um maior contacto com a natureza, lugares e desportos, estimulando o respeito pelo mundo que nos rodeia. Estas actividades possibilitam ainda combater alguns medos e fobias que estão presentes nesta faixa etária. Por estes motivos, pareceu-nos interessante programar estes dias especiais para desempenhar estas tarefas.

Tanto as visitas de estudo, como as actividades radicais, como a praia/piscina foram actividades programadas, mas não executadas durante o tempo de estágio, daí não existir uma avaliação pormenorizada das tarefas efectuadas. Esta situação é válida também para duas sessões de danças de salão e de hip-hop durante o mês de Agosto, e para algumas actividades de artes plásticas e expressão dramática dos meses de Julho e Agosto.



## Considerações Finais

Cada vez mais, no mundo actual, é solicitado ao indivíduo que seja capaz de enfrentar e de se adaptar a novas situações, diversificadas na sua natureza e cada vez mais exigentes em termos de resposta.

Muito se tem falado do apelo da escola e de outros locais educativos neste contexto. Actualmente, já não interessa um ensino que se limite a transmitir conhecimentos de um modo estático, mas, sim, um ensino dinâmico e inovador onde o aluno é confrontado com situações problemáticas diversas e é estimulado a dar-lhes resposta através da pesquisa, do confronto de ideias, da reflexão e da criatividade.

É nesta sequência que a criação do Estudo Acompanhado, como área curricular não disciplinar, pretende ser um espaço onde o aluno possa desenvolver essas capacidades, apoiado por educadores e também por outros alunos, com os quais muito podem aprender. É na interacção com os outros que a aprendizagem adquire sentido e se realiza de um modo mais efectivo. Desta forma, o Estudo Acompanhado tem o objectivo de impulsionar a integração, por parte dos alunos, de métodos de estudo, de trabalho e de organização, bem como desenvolver atitudes e capacidades que favoreçam uma crescente autonomia na realização das suas próprias aprendizagens. O Estudo Acompanhado surge assim, como uma área em que os alunos aprendem a aprender.

Neste contexto é evidente que não podemos entender o Estudo Acompanhado como um espaço exclusivo para a realização de trabalhos de casa. Isso desvirtuaria o sentido desta área que se pretende abrangente e transdisciplinar. O que se ambiciona, no fundo, é desenvolver nos alunos as capacidades necessárias para que possam continuar a sua aprendizagem ao longo da vida. Tal como menciona Veiga Simão (2002), *“a área de estudo acompanhado não deve fazer referência exclusiva às técnicas e métodos de estudo, mas antes deve utilizar o termo aprendizagem para explicitar o interesse em abordar as actividades cognitivas, metacognitivas e motivacionais, tendo em conta a motivação estratégica do aluno”*. Assim, a nova área curricular não disciplinar tem como propósito *“ensinar o estudante a actuar estrategicamente ao longo do seu processo de aprendizagem”*.

Relativamente à organização da Academia Morangos de Telheiras, posso concluir que esta não possui um projecto educativo completo e bem estruturado (por

esse motivo, não é apresentado em anexo), onde deviam estar expressas as metas, as finalidades pedagógicas e os objectivos gerais a atingir, tendo em conta as estruturas físicas e humanas postas ao dispor da entidade. Porém, há bastante comunicação entre os membros da instituição, o que minimiza a lacuna existente relativamente a este documento normativo. Na organização onde realizei o estágio vive-se diariamente um óptimo ambiente de trabalho, onde o espírito de equipa prevalece, proporcionando também uma agradável e harmoniosa relação entre educandos e educadores. Inúmeras vezes ouvem-se trocas de palavras de afecto por parte das crianças para com os profissionais da Academia, como “*Gosto muito de ti*”, “*És muito simpática*”. Assim, estabelecem-se, relações de cooperação entre todos os membros da Academia, ao mesmo tempo que se criam relações interpessoais e empáticas com os seus utentes, dando prioridade aos seus interesses e ao seu bem-estar. O respeito e o empenho de ambas as partes são uma constante. Contudo, esta instituição, nem por um momento esquece a necessidade de oferecer uma boa preparação a todas as crianças. Está patente nesta Academia e nos seus funcionários a permanente preocupação com a qualidade da educação, que cada vez mais se mostra necessária nos dias de hoje.

A forma como todos os funcionários se dedicam à organização é fantástica e mesmo quando as coisas não correm tão bem, aprendi que nunca devemos desistir, devemos sim ter força para alcançar os próximos objectivos. Este aspecto incutido é imprescindível para um bom desempenho.

Considerando o estágio que realizei, posso assegurar que foi bastante benéfico para a minha formação enquanto Técnica Superior de Educação. Muitas foram as aprendizagens consumadas e, o facto de realizar diversas actividades, foi possível ampliar mais os meus conhecimentos e progredir enquanto profissional. Contudo, penso que a formação adquirida na Licenciatura em Ciências da Educação não foi suficiente e não me deu uma preparação sólida para trabalhar em ATL. Muitas das funções que desempenhei exigiram de mim grande esforço, trabalho de pesquisa e de auto-aprendizagem, para que as tarefas propostas fossem realizadas com sucesso. Porém, penso que consegui fazê-lo da melhor forma, contornando as dificuldades e os obstáculos com os quais me deparei.

Através de observações directas, posso declarar que as tarefas realizadas nas sessões de Estudo Acompanhado promoveram o autocontrolo das crianças e estas (tarefas) foram bastante valorizadas pelos alunos. Todavia, como Técnica de Ciências

da Educação, algumas questões se levantam: 1) Será que o docente comporta uma formação (inicial e contínua) adequada e competências ajustadas às novas dinâmicas de Estudo Acompanhado? 2) Será que com as dinâmicas de Estudo Acompanhado os alunos não correm o risco de encarar este espaço como único para dedicarem ao seu estudo individual? Será este tempo suficiente? 3) Com o apoio das práticas de Estudo Acompanhado em ATL, qual será o papel dos encarregados de educação na aprendizagem auto-regulatória dos seus educandos?

Durante esta etapa estive como responsável máxima por todas as dinâmicas de EA. Deste modo, pensei, planifiquei e executei actividades; e prestei apoio pedagógico às crianças da instituição. Esta liberdade que me foi atribuída para tomar qualquer tipo de decisões foi bastante positiva, pois pude desenvolver a minha autonomia; exercer nas crianças uma influência global; transmitir valores, informações, sentimentos, atitudes e capacidades; e pude desenvolver o *saber-comunicar pedagogicamente*, isto é, transmitir saberes com uma validade específica.

O meu principal objectivo neste estágio foi promover o acompanhamento do estudo das crianças, apoiando-as na realização dos trabalhos de casa e nas disciplinas em que demonstrem maiores dificuldades. O sucesso escolar dos alunos é uma preocupação da Academia e esse sucesso só se consegue se, para além do acompanhamento escolar, os ensinarmos a procurar e pesquisar. Neste sentido, tentei desenvolver o interesse pela actualização contínua dos conhecimentos, colocando todos os meios necessários ao alcance dos alunos (livros, jornais/revistas, computadores, internet, etc.). Ao longo do estágio foram prioridades auxiliar o aluno a apreender métodos de organização; a treinar a atenção e concentração; a exercitar a memória; a desenvolver o raciocínio; e a aprender a pesquisar. Procurei ainda promover nas crianças uma maior motivação para o estudo; promover uma boa organização do tempo de estudo; desenvolver estratégias de aprendizagem mais eficazes; e aumentar a capacidade de resposta a frustrações relacionadas com o desempenho académico.

Ao longo do estágio, foram ainda realizadas reuniões de três em três meses, com vista a avaliar os aspectos positivos e negativos das actividades/acções desenvolvidas, a levantar e debater possíveis problemas ou dificuldades e a discutir todo o funcionamento das actividades. Estas reuniões consistiram numa grande ajuda para que o meu desempenho melhorasse, podendo proporcionar às crianças aprendizagens eficazes e de progresso.

Julgo ser, também, muito importante reflectir quanto às dificuldades que fui encontrando ao longo deste percurso. Por vezes, foi bastante complicado motivar e concentrar as crianças para determinadas actividades. Todavia, quando estas situações ocorriam, foi necessário alterar as estratégias de ensino-aprendizagem de forma a “conquistar” novamente o público-alvo. A adaptação das estratégias e dos métodos a cada criança e a cada necessidade específica foram uma constante. Penso que é fundamental este tipo de práticas, pois os sucessos foram visíveis e estas dinâmicas de Estudo Acompanhado uma mais valia para grande parte das crianças que frequentam a Academia. Outra das coisas que não foi tão positiva, devido a questões burocráticas, foi o facto de não ser possível ter acesso a alguma documentação referente à organização. Desta forma, fiquei um pouco limitada aos esclarecimentos informais que me foram cedidos.

Em geral, este ATL constitui um espaço que proporciona a alegria e o bem-estar dos seus membros, sendo um lugar de encontro, de processos colectivos de aprendizagens, onde é possível trabalhar, ensinar, aprender e viver.

Na sociedade actual, o desafio principal da educação está focalizado na formação de pessoas que procuram o bem próprio e dos demais. Ou seja, donas de si próprias, com capacidade para conhecer, compreender, ser, fazer, melhorar e transformar o mundo com o seu potencial inteligente e criativo em cooperação com os outros durante toda a sua vida. Nesta perspectiva, o Estudo Acompanhado pode ser uma mais valia para o desenvolvimento de competências e atitudes essenciais para aprender a aprender e para lidar com a mudança.

A meu ver, o Homem é um ser humano em constante formação e são dinâmicas como as que se desenvolvem neste ATL que possibilitam o desenvolvimento de capacidades/competências para tal. Sinto que desenvolvi um trabalho relevante na Academia, com o qual me sinto realizada e motivada para continuar a trabalhar e para apostar ainda mais no universo profissional das Ciências da Educação.

## Bibliografia

- ❖ ABRANTES, P. (2002). Finalidades e natureza das novas áreas curriculares. *In Novas Áreas Curriculares*. Lisboa: Ministério da Educação. DEB.
- ❖ CARRILHO, F. (2004). *Métodos e técnicas de estudo*. Lisboa: Editorial Presença.
- ❖ CARVALHO, A. A. (s.d.). *Abordar a complexidade através da desconstrução e da reflexão: Implicações na estruturação de objectos de aprendizagem*. XV Colóquio AFIRSE – Complexidade: um novo paradigma para investigar e intervir em educação?. [documento electrónico]. (consultado em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7696/1/Abordar%20a%20complexidade%20-%20Carvalho%20%282008%29.pdf>).
- ❖ CAVALCANTE, Roseli Schultz Chiovitti (s.d.). *Colaboração entre pais e escola: educação abrangente* [documento electrónico]. (consultado em <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/pee/v2n2/v2n2a09.pdf>).
- ❖ COSME, A.; TRINDADE, R. (2001). *Área de Estudo Acompanhado: O essencial para Ensinar e Aprender*. Porto: Edições Asa.
- ❖ Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro - Novos currículos do ensino básico.
- ❖ Despacho n.º 9590/99 de 14 de Maio - Gestão flexível do currículo do Ensino Básico.
- ❖ DUARTE, N. (2001). *As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento*. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-40, Set./Dez.
- ❖ <http://knol.google.com/k/jacqueline-strassburger/auto-aprendizagem/3q4zvjehtks3/3#>
- ❖ <http://www.midiamix.com.br/eb/exe/texto.asp?id=477>
- ❖ <http://www.slideshare.net/Grupo5MCIE/google-docs-aprendizagem-colaborativa>
- ❖ <http://www.slideshare.net/sofiacavaco/aprendizagem-colaborativa-presentation>
- ❖ LIMA, M. (2009). *Das Pedagogias do Aprender a Aprender à Inovação da Aula Universitária: A Didáctica sob a Lógica do Mercado*. Revista Electrónica Arma da Crítica. Ano 1. Número 1.

- ❖ MARTINS, V. (2003). *Estudo Acompanhado – manual de sobrevivência para estudantes perdidos e para professores ansiosos*. Porto: Edições Asa.
- ❖ PACHECO, J. (1995). Análise Curricular da Avaliação. In José Pacheco e Miguel Zabalza (org.). *A Avaliação dos Alunos dos Ensinos Básico e Secundário*. Actas do I Colóquio sobre Questões Curriculares. Braga: Instituto de Educação e Psicologia - Universidade do Minho, pp. 39-49.
- ❖ PINTO, J. (s.d.). *A Avaliação Pedagógica numa Organização Curricular Centrada no Desenvolvimento de Competências*. Revista @do DEB nº 4 do DEB/ME - [www.deb.min-edu](http://www.deb.min-edu)
- ❖ PUTNAM, R. & BORKO, H. (1997). Teacher learning: implications of new views of cognition. In B. J. Biddle, T.L. Good, & I.F. Goodson (Eds.)
- ❖ ROSÁRIO, P.; TRIGO, J.; GUIMARÃES, C. (2003). *Estórias para Estudar, Estórias sobre o Estudar: Narrativas Auto-regulatórias na Sala de Aula*. Revista Portuguesa de Educação. Braga: Universidade do Minho. Ano/Vol. 16, número 002. pp. 117-133.
- ❖ SANTOS, E. (2006). *A utilização de jogos na Educação Matemática*. Bahia: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. [documento electrónico]. (consultado em [http://ccsantana.com/site/sites/default/files/manuel\\_monografia.pdf](http://ccsantana.com/site/sites/default/files/manuel_monografia.pdf)).
- ❖ SANTOS, E. (2007). *Processos de Liderança e Desenvolvimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico: um Estudo de Caso*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia - Universidade do Minho
- ❖ SILVA, A.; SÁ, I. (2007). *Saber Estudar e Estudar para Saber*. Porto: Porto Editora.
- ❖ SIMÃO, A. M. (2002). Estudo acompanhado: uma oportunidade para aprender a aprender. In *Novas Áreas Curriculares*. Lisboa: Ministério da Educação. DEB.
- ❖ SIMÃO, Ana Margarida Veiga; FREIRE, Isabel (2007). *A Gestão do Conflito no Processo Formativo*; Instituto do Emprego e Formação Profissional; págs. 33-36, 77-91.
- ❖ SIMÃO, M.; SILVA, A.; SÁ, I. (orgs.). (s.d.). *Auto-regulação da Aprendizagem: das Concepções às Práticas*. Lisboa: Editora da Unidade de I&D de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

❖ SOARES, J. (2010). *Ateliers de Exploração e Investigação para uma outra perspectiva das Actividades de Enriquecimento Curricular*. Aveiro: Universidade de Aveiro. [documento electrónico]. (consultado em [http://anae.biz/rae/wp-content/uploads/2010/05/Ateliers\\_de\\_Exploracao\\_e\\_Investigacao\\_par\\_a\\_uma\\_outra\\_perspectiva\\_das\\_AEC.pdf](http://anae.biz/rae/wp-content/uploads/2010/05/Ateliers_de_Exploracao_e_Investigacao_par_a_uma_outra_perspectiva_das_AEC.pdf)).

❖ VIEIRA, F.; PESSOA, J.; SILVA, A.; LIMA, C. (2004). Para a compreensão da Área de Estudo Acompanhado. In *Pedagogia para a autonomia: resistir e agir estrategicamente*. Braga: Universidade do Minho.

# Anexos



# Anexo A

## **Legislação**



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 112\$00

1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 3\$50; preço por linha de anúncio, 80\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamações de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas de «*Diário da República*» e de «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.

## IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «*Diário da República*» desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

### SUMÁRIO

#### Assembleia da República:

Lei n.º 46/86:

Lei de Bases do Sistema Educativo.

#### Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Portaria n.º 600/86:

Estabelece a constituição do mapa do pessoal assalariado da Embaixada de Portugal em Luanda, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1986.

#### Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação:

Decreto-Lei n.º 346/86:

Torna extensivo à glicose e ao xarope de glicose classificados na posição pautal 17.02, B, I, da Pauta dos Direitos de Importação o regime previsto no Decreto-Lei n.º 62/86, de 25 de Março.

#### Ministério da Educação e Cultura:

Portaria n.º 601/86:

Autoriza o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, através da sua Escola Superior de Educação, a conferir o grau de bacharel em Educação Pré-Escolar e o diploma do curso de professores do ensino básico nas variantes de Português e Francês, Português e Inglês, Matemática e Ciências da Natureza, Educação Visual, Educação Musical e Trabalhos Manuais e aprova os respectivos planos de estudos.

Portaria n.º 602/86:

Autoriza a Escola Superior de Educação de Vila Real a conferir os graus de bacharel em Educação Pré-Escolar e em Ensino Primário e aprova os respectivos planos de estudos.

#### Declarações:

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério no montante de 221 551 contos.  
De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério no montante de 359 013 contos.

Nota. — Foi publicado um suplemento ao *Diário da República*, n.º 165, de 21 de Julho de 1986, inserindo o seguinte:

#### Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação:

Portaria n.º 374-A/86:

Aplica a legislação comunitária relativa ao sector do tabaco em rama na campanha de 1986-1987.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 46/86

de 14 de Outubro

#### Lei de Bases do Sistema Educativo

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 164.º e da alínea e) do artigo 167.º da Constituição, o seguinte:

### LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO

#### CAPÍTULO I

#### Âmbito e princípios

##### Artigo 1.º

##### (Âmbito e definição)

1 — A presente lei estabelece o quadro geral do sistema educativo.

2 — O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.

3 — O sistema educativo desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas e de acções diversificadas, por iniciativa e sob responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas.

4 — O sistema educativo tem por âmbito geográfico a totalidade do território português — continente e regiões autónomas —, mas deve ter uma expressão

suficientemente flexível e diversificada, de modo a abranger a generalidade dos países e dos locais em que vivam comunidades de portugueses ou em que se verifique acentuado interesse pelo desenvolvimento e divulgação da cultura portuguesa.

5 — A coordenação da política relativa ao sistema educativo, independentemente das instituições que o compõem, incumbe a um ministério especialmente vocacionado para o efeito.

## Artigo 2.º

### (Princípios gerais)

1 — Todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República.

2 — É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

3 — No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, tendo em conta, designadamente, os seguintes princípios:

- a) O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas;
- b) O ensino público não será confessional;
- c) É garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas.

4 — O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.

5 — A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.

## Artigo 3.º

### (Princípios organizativos)

O sistema educativo organiza-se de forma a:

- a) Contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do Mundo;
- b) Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;

- c) Assegurar a formação cívica e moral dos jovens;
- d) Assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projectos individuais da existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas;
- e) Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida activa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação;
- f) Contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis, mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres;
- g) Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e acções educativas, de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes;
- h) Contribuir para a correcção das assimetrias de desenvolvimento regional e local, devendo incrementar em todas as regiões do País a igualdade no acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência;
- i) Assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que procuram o sistema educativo por razões profissionais ou de promoção cultural, devidas, nomeadamente, a necessidades de reconversão ou aperfeiçoamento decorrentes da evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos;
- j) Assegurar a igualdade de oportunidade para ambos os sexos, nomeadamente através das práticas de coeducação e da orientação escolar e profissional, e sensibilizar, para o efeito, o conjunto dos intervenientes no processo educativo;
- l) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adopção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

## CAPÍTULO II

### Organização do sistema educativo

## Artigo 4.º

### (Organização geral do sistema educativo)

1 — O sistema educativo compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar.

2 — A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar e ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

3 — A educação escolar compreende os ensinamentos básico, secundário e superior, integra modalidades especiais e inclui actividades de ocupação de tempos livres.

4 — A educação extra-escolar engloba actividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal.

## SECÇÃO I

### Educação pré-escolar

#### Artigo 5.º

##### (Educação pré-escolar)

1 — São objectivos da educação pré-escolar:

- Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades;
- Contribuir para a estabilidade e segurança afectivas da criança;
- Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança;
- Desenvolver a formação moral da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade;
- Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da socialidade;
- Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a actividade lúdica;
- Inculcar hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e colectiva;
- Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.

2 — A prossecução dos objectivos enunciados far-se-á de acordo com conteúdos, métodos e técnicas apropriados, tendo em conta a articulação com o meio familiar.

3 — A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.

4 — Incumbe ao Estado assegurar a existência de uma rede de educação pré-escolar.

5 — A rede de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional ou local e de outras entidades, colectivas ou individuais, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social.

6 — O Estado deve apoiar as instituições de educação pré-escolar integradas na rede pública, subvencionando, pelo menos, uma parte dos seus custos de funcionamento.

7 — Ao ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos pedagógico e técnico, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.

8 — A frequência da educação pré-escolar é facultativa, no reconhecimento de que à família cabe um papel essencial no processo da educação pré-escolar.

## SECÇÃO II

### Educação escolar

#### SUBSECÇÃO I

##### Ensino básico

#### Artigo 6.º

##### (Universalidade)

1 — O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de nove anos.

2 — Ingressam no ensino básico as crianças que completam 6 anos de idade até 15 de Setembro.

3 — As crianças que completam os 6 anos de idade entre 16 de Setembro e 31 de Dezembro podem ingressar no ensino básico se tal for requerido pelo encarregado de educação, em termos a regulamentar.

4 — A obrigatoriedade de frequência do ensino básico termina aos 15 anos de idade.

5 — A gratuidade no ensino básico abrange propinas, taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, frequência e certificação, podendo ainda os alunos dispor gratuitamente do uso de livros e material escolar, bem como de transporte, alimentação e alojamento, quando necessários.

#### Artigo 7.º

##### (Objectivos)

São objectivos do ensino básico:

- Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;
- Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as actividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detectando e estimulando aptidões nesses domínios;

- d) Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;
- e) Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;
- f) Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- g) Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas;
- h) Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afectiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- j) Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- l) Fomentar o gosto por uma constante actualização de conhecimentos;
- m) Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;
- n) Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;
- o) Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.

#### Artigo 8.º

##### (Organização)

1 — O ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos, organizados nos seguintes termos:

- a) No 1.º ciclo, o ensino é globalizante, da responsabilidade de um professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas;
- b) No 2.º ciclo, o ensino organiza-se por áreas interdisciplinares de formação básica e desenvolve-se predominantemente em regime de professor por área;
- c) No 3.º ciclo, o ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, integrando áreas vocacionais diversificadas, e desenvolve-se em regime de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas.

2 — A articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo

anterior, numa perspectiva de unidade global do ensino básico.

3 — Os objectivos específicos de cada ciclo integram-se nos objectivos gerais do ensino básico, nos termos dos números anteriores e de acordo com o desenvolvimento etário correspondente, tendo em atenção as seguintes particularidades:

- a) Para o 1.º ciclo, o desenvolvimento da linguagem oral e a iniciação e progressivo domínio da leitura e da escrita, das noções essenciais da aritmética e do cálculo, do meio físico e social, das expressões plástica, dramática, musical e motora;
- b) Para o 2.º ciclo, a formação humanística, artística, física e desportiva, científica e tecnológica e a educação moral e cívica, visando habilitar os alunos a assimilar e interpretar crítica e criativamente a informação, de modo a possibilitar a aquisição de métodos e instrumentos de trabalho e de conhecimento que permitam o prosseguimento da sua formação, numa perspectiva do desenvolvimento de atitudes activas e conscientes perante a comunidade e os seus problemas mais importantes;
- c) Para o 3.º ciclo, a aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica, indispensável ao ingresso na vida activa e ao prosseguimento de estudos, bem como a orientação escolar e profissional que faculte a opção de formação subsequente ou de inserção na vida activa, com respeito pela realização autónoma da pessoa humana.

4 — Em escolas especializadas do ensino básico podem ser reforçadas componentes de ensino artístico ou de educação física e desportiva, sem prejuízo da formação básica.

5 — A conclusão com aproveitamento do ensino básico confere o direito à atribuição de um diploma, devendo igualmente ser certificado o aproveitamento de qualquer ano ou ciclo, quando solicitado.

#### SUBSECÇÃO II

##### Ensino secundário

#### Artigo 9.º

##### (Objectivos)

O ensino secundário tem por objectivos:

- a) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida activa;
- b) Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;

- c) Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;
- d) Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;
- e) Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida activa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;
- f) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho;
- g) Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança.

#### Artigo 10.º

##### (Organização)

1 — Têm acesso a qualquer curso do ensino secundário os que completarem com aproveitamento o ensino básico.

2 — Os cursos do ensino secundário têm a duração de três anos.

3 — O ensino secundário organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida activa ou para o prosseguimento de estudos, contendo todas elas componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas adequadas à natureza dos diversos cursos.

4 — É garantida a permeabilidade entre os cursos predominantemente orientados para a vida activa e os cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos.

5 — A conclusão com aproveitamento do ensino secundário confere direito à atribuição de um diploma, que certificará a formação adquirida e, nos casos dos cursos predominantemente orientados para a vida activa, a qualificação obtida para efeitos do exercício de actividades profissionais determinadas.

6 — No ensino secundário cada professor é responsável, em princípio, por uma só disciplina.

7 — Podem ser criados estabelecimentos especializados destinados ao ensino e prática de cursos de natureza técnica e tecnológica ou de índole artística.

#### SUBSECÇÃO III

##### Ensino superior

#### Artigo 11.º

##### (Âmbito e objectivos)

1 — O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

#### 2 — São objectivos do ensino superior:

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- b) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade portuguesa, e colaborar na sua formação contínua;
- c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem património da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- g) Continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural.

3 — O ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

4 — O ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.

#### Artigo 12.º

##### (Acesso)

#### 1 — Têm acesso ao ensino superior:

- a) Os indivíduos habilitados com um curso secundário, ou equivalente, que, cumulativamente, façam prova de capacidade para a sua frequência;
- b) Os indivíduos maiores de 25 anos que, não possuindo aquela habilitação, façam prova especialmente adequada de capacidade para a sua frequência.

2 — A prova ou provas de capacidade referidas no número anterior são de âmbito nacional e específicas para cada curso ou grupo de cursos afins.



3 — O acesso a cada curso do ensino superior deve ter em conta as necessidades em quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do País, podendo ainda ser condicionado pela necessidade de garantir a qualidade do ensino.

4 — O Estado deve criar as condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de frequentar o ensino superior, de forma a impedir os efeitos discriminatórios decorrentes das desigualdades económicas e regionais ou de desvantagens sociais prévias.

### Artigo 13.º

#### (Graus e diplomas)

1 — No ensino superior são conferidos os seguintes graus:

- a) Bacharel;
- b) Licenciado;
- c) Mestre;
- d) Doutor.

2 — No ensino superior podem ainda ser atribuídos diplomas de estudos superiores especializados, bem como outros certificados e diplomas para cursos de pequena duração.

3 — No ensino universitário são conferidos os graus de licenciado, mestre e doutor e são atribuídos outros certificados e diplomas, sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º

4 — No ensino politécnico é conferido o grau de bacharel e são atribuídos diplomas de estudos superiores especializados, bem como outros certificados e diplomas para cursos de pequena duração.

5 — Têm acesso aos cursos de estudos superiores especializados os indivíduos habilitados com o grau de bacharel ou licenciado.

6 — O diploma de estudos superiores especializados é equivalente ao grau de licenciado para efeitos profissionais e académicos.

7 — Os cursos de estudos superiores especializados do ensino politécnico que formem um conjunto coerente com um curso de bacharelato precedente podem conduzir à obtenção do grau de licenciado.

8 — O ensino universitário e o ensino politécnico são articulados entre si pelo reconhecimento mútuo do valor da formação e competências adquiridas em cada unidade e ainda através de um sistema de créditos baseado na análise dos planos de estudo.

9 — A duração dos cursos superiores que conferem graus deve ser regulamentada de forma a garantir o nível científico da formação adquirida.

### Artigo 14.º

#### (Estabelecimentos)

1 — O ensino universitário realiza-se em universidades e em escolas universitárias não integradas.

2 — O ensino politécnico realiza-se em escolas superiores especializadas nos domínios da tecnologia, das artes e da educação, entre outros.

3 — As universidades podem ser constituídas por escolas, institutos ou faculdades diferenciados e ou por departamentos ou outras unidades, podendo ainda integrar escolas superiores do ensino politécnico.

4 — As escolas superiores do ensino politécnico podem ser associadas em unidades mais amplas, com designações várias, segundo critérios de interesse regional e ou de natureza das escolas.

### Artigo 15.º

#### (Investigação científica)

1 — O Estado deve assegurar as condições materiais e culturais de criação e investigação científicas.

2 — Nas instituições de ensino superior serão criadas as condições para a promoção da investigação científica e para a realização de actividades de investigação e desenvolvimento.

3 — A investigação científica no ensino superior deve ter em conta os objectivos predominantes da instituição em que se insere, sem prejuízo da sua perspectivação em função do progresso, do saber e da resolução dos problemas postos pelo desenvolvimento social, económico e cultural do País.

4 — Devem garantir-se as condições de publicação dos trabalhos científicos e facilitar-se a divulgação dos novos conhecimentos e perspectivas do pensamento científico, dos avanços tecnológicos e da criação cultural.

5 — Compete ao Estado incentivar a colaboração entre as entidades públicas, privadas e cooperativas no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, tendo particularmente em vista os interesses da colectividade.

#### SUBSECÇÃO IV

#### Modalidades especiais de educação escolar

### Artigo 16.º

#### (Modalidades)

1 — Constituem modalidades especiais de educação escolar:

- a) A educação especial;
- b) A formação profissional;
- c) O ensino recorrente de adultos;
- d) O ensino a distância;
- e) O ensino português no estrangeiro.

2 — Cada uma destas modalidades é parte integrante da educação escolar, mas rege-se por disposições especiais.

### Artigo 17.º

#### (Âmbito e objectivos da educação especial)

1 — A educação especial visa a recuperação e integração sócio-educativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais.

2 — A educação especial integra actividades dirigidas aos educandos e acções dirigidas às famílias, aos educadores e às comunidades.

3 — No âmbito dos objectivos do sistema educativo, em geral, assumem relevo na educação especial:

- a) O desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais;

- b) A ajuda na aquisição da estabilidade emocional;
- c) O desenvolvimento das possibilidades de comunicação;
- d) A redução das limitações provocadas pela deficiência;
- e) O apoio na inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes;
- f) O desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar;
- g) A preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida activa.

### Artigo 18.º

#### (Organização da educação especial)

1 — A educação especial organiza-se preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico, e com apoios de educadores especializados.

2 — A educação especial processar-se-á também em instituições específicas quando comprovadamente o exijam o tipo e o grau de deficiência do educando.

3 — São também organizadas formas de educação especial visando a integração profissional do deficiente.

4 — A escolaridade básica para crianças e jovens deficientes deve ter currículos e programas devidamente adaptados às características de cada tipo e grau de deficiência, assim como formas de avaliação adequadas às dificuldades específicas.

5 — Incumbe ao Estado promover e apoiar a educação especial para deficientes.

6 — As iniciativas de educação especial podem pertencer ao poder central, regional ou local ou a outras entidades colectivas, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social.

7 — Ao ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação especial, nomeadamente nos seus aspectos pedagógicos e técnicos, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.

8 — Ao Estado cabe promover, a nível nacional, acções que visem o esclarecimento, a prevenção e o tratamento precoce da deficiência.

### Artigo 19.º

#### (Formação profissional)

1 — A formação profissional, para além de complementar a preparação para a vida activa iniciada no ensino básico, visa uma integração dinâmica no mundo do trabalho pela aquisição de conhecimentos e de competências profissionais, por forma a responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica.

2 — Têm acesso à formação profissional:

- a) Os que tenham concluído a escolaridade obrigatória;
- b) Os que não concluíram a escolaridade obrigatória até à idade limite desta;
- c) Os trabalhadores que pretendam o aperfeiçoamento ou a reconversão profissionais.

3 — A formação profissional estrutura-se segundo um modelo institucional e pedagógico suficientemente flexível que permita integrar os alunos com níveis de formação e características diferenciados.

4 — A formação profissional estrutura-se por forma a desenvolver acções de:

- a) Iniciação profissional;
- b) Qualificação profissional;
- c) Aperfeiçoamento profissional;
- d) Reconversão profissional.

5 — A organização dos cursos de formação profissional deve adequar-se às necessidades conjunturais nacionais e regionais de emprego, podendo integrar módulos de duração variável e combináveis entre si, com vista à obtenção de níveis profissionais sucessivamente mais elevados.

6 — O funcionamento dos cursos e módulos pode ser realizado segundo formas institucionais diversificadas, designadamente:

- a) Utilização de escolas de ensino básico e secundário;
- b) Protocolos com empresas e autarquias;
- c) Apoios a instituições e iniciativas estatais e não estatais;
- d) Dinamização de acções comunitárias e de serviços à comunidade;
- e) Criação de instituições específicas.

7 — A conclusão com aproveitamento de um módulo ou curso de formação profissional confere direito à atribuição da correspondente certificação.

8 — Serão estabelecidos processos que favoreçam a recorrência e a progressão no sistema de educação escolar dos que completarem cursos de formação profissional.

### Artigo 20.º

#### (Ensino recorrente de adultos)

1 — Para os indivíduos que já não se encontram na idade normal de frequência dos ensinos básico e secundário é organizado um ensino recorrente.

2 — Este ensino é também destinado aos indivíduos que não tiveram oportunidade de se enquadrar no sistema de educação escolar na idade normal de formação, tendo em especial atenção a eliminação do analfabetismo.

3 — Têm acesso a esta modalidade de ensino os indivíduos:

- a) Ao nível do ensino básico, a partir dos 15 anos;
- b) Ao nível do ensino secundário, a partir dos 18 anos.

4 — Este ensino atribui os mesmos diplomas e certificados que os conferidos pelo ensino regular, sendo as formas de acesso e os planos e métodos de estudos organizados de modo distinto, tendo em conta os grupos etários a que se destinam, a experiência de vida entretanto adquirida e o nível de conhecimentos demonstrados.

5 — A formação profissional referida no artigo anterior pode ser também organizada de forma recorrente.



**Artigo 21.º****(Ensino a distância)**

1 — O ensino a distância, mediante o recurso aos *multimedia* e às novas tecnologias da informação, constitui não só uma forma complementar do ensino regular, mas pode constituir também uma modalidade alternativa da educação escolar.

2 — O ensino a distância terá particular incidência na educação recorrente e na formação contínua de professores.

3 — Dentro da modalidade de ensino a distância situa-se a universidade aberta.

**Artigo 22.º****(Ensino português no estrangeiro)**

1 — O Estado promoverá a divulgação e o estudo da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro mediante acções e meios diversificados que visem, nomeadamente, a sua inclusão nos planos curriculares de outros países e a criação e a manutenção de leitorados de português, sob orientação de professores portugueses, em universidades estrangeiras.

2 — Será incentivada a criação de escolas portuguesas nos países de língua oficial portuguesa e junto das comunidades de emigrantes portugueses.

3 — O ensino da língua e da cultura portuguesas aos trabalhadores emigrantes e seus filhos será assegurado através de cursos e actividades promovidos nos países de imigração em regime de integração ou de complementaridade relativamente aos respectivos sistemas educativos.

4 — Serão incentivadas e apoiadas pelo Estado as iniciativas de associações de portugueses e as de entidades estrangeiras, públicas e privadas, que contribuam para a prossecução dos objectivos enunciados neste artigo.

**SECÇÃO III****Educação extra-escolar****Artigo 23.º****(Educação extra-escolar)**

1 — A educação extra-escolar tem como objectivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência.

2 — A educação extra-escolar integra-se numa perspectiva de educação permanente e visa a globalidade e a continuidade da acção educativa.

3 — São vectores fundamentais da educação extra-escolar:

- a) Eliminar o analfabetismo literal e funcional;
- b) Contribuir para a efectiva igualdade de oportunidades educativas e profissionais dos que não frequentaram o sistema regular do ensino ou o abandonaram precocemente, designadamente através da alfabetização e da educação de base de adultos;
- c) Favorecer atitudes de solidariedade social e de participação na vida da comunidade;

- d) Preparar para o emprego, mediante acções de reconversão e de aperfeiçoamento profissionais, os adultos cujas qualificações ou treino profissional se tornem inadequados face ao desenvolvimento tecnológico;
- e) Desenvolver as aptidões tecnológicas e o saber técnico que permitam ao adulto adaptar-se à vida contemporânea;
- f) Assegurar a ocupação criativa dos tempos livres de jovens e adultos com actividades de natureza cultural.

4 — As actividades de educação extra-escolar podem realizar-se em estruturas de extensão cultural do sistema escolar, ou em sistemas abertos, com recurso a meios de comunicação social e a tecnologias educativas específicas e adequadas.

5 — Compete ao Estado promover a realização de actividades extra-escolares e apoiar as que, neste domínio, sejam da iniciativa das autarquias, associações culturais e recreativas, associações de pais, associações de estudantes e organismos juvenis, associações de educação popular, organizações sindicais e comissões de trabalhadores, organizações cívicas e confessionais e outras.

6 — O Estado, para além de atender à dimensão educativa da programação televisiva e radiofónica em geral, assegura a existência e funcionamento da rádio e da televisão educativas, numa perspectiva de pluralidade de programas, cobrindo tempos diários de emissão suficientemente alargados e em horários diversificados.

**CAPÍTULO III****Apoios e complementos educativos****Artigo 24.º****(Promoção do sucesso escolar)**

1 — São estabelecidas e desenvolvidas actividades e medidas de apoio e complemento educativos visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar.

2 — Os apoios e complementos educativos são aplicados prioritariamente na escolaridade obrigatória.

**Artigo 25.º****(Apoios a alunos com necessidades escolares específicas)**

Nos estabelecimentos de ensino básico é assegurada a existência de actividades de acompanhamento e complemento pedagógicos, de modo positivamente diferenciado, a alunos com necessidades escolares específicas.

**Artigo 26.º****(Apoio psicológico e orientação escolar e profissional)**

O apoio ao desenvolvimento psicológico dos alunos e à sua orientação escolar e profissional, bem como o apoio psicopedagógico às actividades educativas e ao sistema de relações da comunidade escolar, são realizados por serviços de psicologia e orientação escolar profissional inseridos em estruturas regionais escolares.

## Artigo 27.º

## (Acção social escolar)

1 — São desenvolvidos, no âmbito da educação pré-escolar e da educação escolar, serviços de acção social escolar, concretizados através da aplicação de critérios de discriminação positiva que visem a compensação social e educativa dos alunos economicamente mais carenciados.

2 — Os serviços de acção social escolar são traduzidos por um conjunto diversificado de acções, em que avultam a comparticipação em refeições, serviços de cantina, transportes, alojamento, manuais e material escolar, e pela concessão de bolsas de estudo.

## Artigo 28.º

## (Apoio de saúde escolar)

Será realizado o acompanhamento do saudável crescimento e desenvolvimento dos alunos, o qual é assegurado, em princípio, por serviços especializados dos centros comunitários de saúde em articulação com as estruturas escolares.

## Artigo 29.º

## (Apoio a trabalhadores-estudantes)

Aos trabalhadores-estudantes será proporcionado um regime especial de estudos que tenha em consideração a sua situação de trabalhadores e de estudantes e que lhes permita a aquisição de conhecimentos, a progressão no sistema do ensino e a criação de oportunidades de formação profissional adequadas à sua valorização pessoal.

## CAPÍTULO IV

## Recursos humanos

## Artigo 30.º

## (Princípios gerais sobre a formação de educadores e professores)

1 — A formação de educadores e professores assenta nos seguintes princípios:

- Formação inicial de nível superior, proporcionando aos educadores e professores de todos os níveis de educação e ensino a informação, os métodos e as técnicas científicas e pedagógicas de base, bem como a formação pessoal e social adequadas ao exercício da função;
- Formação contínua que complemente e actualize a formação inicial numa perspectiva de educação permanente;
- Formação flexível que permita a reconversão e mobilidade dos educadores e professores dos diferentes níveis de educação e ensino, nomeadamente o necessário complemento de formação profissional;
- Formação integrada quer no plano da preparação científico-pedagógica quer no da articulação teórico-prática;

- Formação assente em práticas metodológicas afins das que o educador e o professor vierem a utilizar na prática pedagógica;
- Formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e actuante;
- Formação que favoreça e estimule a inovação e a investigação, nomeadamente em relação com a actividade educativa;
- Formação participada que conduza a uma prática reflexiva e continuada de auto-informação e auto-aprendizagem.

2 — A orientação e as actividades pedagógicas na educação pré-escolar são asseguradas por educadores de infância, sendo a docência em todos os níveis e ciclos de ensino assegurada por professores detentores de diploma que certifique a formação profissional específica com que se encontram devidamente habilitados para o efeito.

## Artigo 31.º

## (Formação inicial de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário)

1 — Os educadores de infância e os docentes dos ensinos básico e secundário adquirem qualificação profissional em cursos específicos destinados à respectiva formação, de acordo com as necessidades curriculares do respectivo nível de educação e ensino, em escolas superiores de educação ou em universidades que disponham de unidades de formação próprias para o efeito, nos termos a seguir definidos:

- A formação dos educadores de infância e dos professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico realiza-se em escolas superiores de educação;
- A formação dos educadores e dos professores referidos na alínea anterior pode ainda ser realizada em universidades, as quais, para o efeito, atribuem os mesmos diplomas que os das escolas superiores de educação;
- A formação de professores do 3.º ciclo do ensino básico e de professores do ensino secundário realiza-se em universidades.

2 — A formação dos professores de disciplinas de natureza profissional, vocacional ou artística dos ensinos básico ou secundário adquire-se em cursos profissionais adequados, que se ministram em escolas superiores, complementados por uma formação pedagógica.

3 — Podem também adquirir qualificação profissional para professores do 3.º ciclo do ensino básico e para professores do ensino secundário os licenciados que, tendo as habilitações científicas requeridas para o acesso à profissionalização no ensino, obtenham a necessária formação pedagógica em curso adequado.

4 — Os cursos de formação de professores do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e de professores do ensino secundário serão cursos de licenciatura.

5 — Os cursos de licenciatura para formação de professores do 2.º ciclo do ensino básico realizados nas escolas superiores de educação organizam-se nos termos do n.º 7 do artigo 13.º

6 — As escolas superiores de educação e as instituições universitárias podem celebrar convénios entre si para a formação de educadores e professores.

### Artigo 32.º

(Qualificação para professor do ensino superior)

1 — Adquirem qualificação para a docência no ensino superior os habilitados com os graus de doutor ou de mestre, bem como os licenciados que tenham prestado provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, podendo ainda exercer a docência outras individualidades reconhecidamente qualificadas.

2 — Podem coadjuvar na docência do ensino superior os indivíduos habilitados com o grau de licenciado ou equivalente.

### Artigo 33.º

(Qualificação para outras funções educativas)

1 — Adquirem qualificação para a docência em educação especial os educadores de infância e os professores do ensino básico e secundário com prática de educação ou de ensino regular ou especial que obtenham aproveitamento em cursos especialmente vocacionados para o efeito realizados em escolas superiores que disponham de recursos próprios nesse domínio.

2 — Nas instituições de formação referidas no n.º 1 do artigo 31.º podem ainda ser ministrados cursos especializados de administração e inspeção escolares, de animação sócio-cultural, de educação de base de adultos e outros necessários ao desenvolvimento do sistema educativo.

3 — São qualificados para o exercício das actividades de apoio educativo os indivíduos habilitados com formação superior adequada.

### Artigo 34.º

(Pessoal auxiliar de educação)

O pessoal auxiliar de educação deve possuir como habilitação mínima o ensino básico ou equivalente, devendo ser-lhe proporcionada uma formação complementar adequada.

### Artigo 35.º

(Formação contínua)

1 — A todos os educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito à formação contínua.

2 — A formação contínua deve ser suficientemente diversificada, de modo a assegurar o complemento, aprofundamento e actualização de conhecimentos e de competências profissionais, bem como a possibilitar a mobilidade e a progressão na carreira.

3 — A formação contínua é assegurada predominantemente pelas respectivas instituições de formação inicial, em estreita cooperação com os estabelecimentos onde os educadores e professores trabalham.

4 — Serão atribuídos aos docentes períodos especialmente destinados à formação contínua, os quais poderão revestir a forma de anos sabáticos.

### Artigo 36.º

(Princípios gerais das carreiras de pessoal docente e de outros profissionais da educação)

1 — Os educadores, professores e outros profissionais da educação têm direito a retribuição e carreira compatíveis com as suas habilitações e responsabilidades profissionais, sociais e culturais.

2 — A progressão na carreira deve estar ligada à avaliação de toda a actividade desenvolvida, individualmente ou em grupo, na instituição educativa, no plano da educação e do ensino e da prestação de outros serviços à comunidade, bem como às qualificações profissionais, pedagógicas e científicas.

3 — Aos educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito de recurso das decisões da avaliação referida no número anterior.

## CAPÍTULO V

### Recursos materiais

#### Artigo 37.º

(Rede escolar)

1 — Compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população.

2 — O planeamento da rede de estabelecimentos escolares deve contribuir para a eliminação de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação e ensino a todas as crianças e jovens.

#### Artigo 38.º

(Regionalização)

O planeamento e reorganização da rede escolar, assim como a construção e manutenção dos edifícios escolares e seu equipamento, devem assentar numa política de regionalização efectiva, com definição clara das competências dos intervenientes, que, para o efeito, devem contar com os recursos necessários.

#### Artigo 39.º

(Edifícios escolares)

1 — Os edifícios escolares devem ser planeados na óptica de um equipamento integrado e ter suficiente flexibilidade para permitir, sempre que possível, a sua utilização em diferentes actividades da comunidade e a sua adaptação em função das alterações dos diferentes níveis de ensino, dos currículos e métodos educativos.

2 — A estrutura dos edifícios escolares deve ter em conta, para além das actividades escolares, o desenvolvimento de actividades de ocupação de tempos livres e o envolvimento da escola em actividades extra-escolares.

3 — A densidade da rede e as dimensões dos edifícios escolares devem ser ajustadas às características e necessidades regionais e à capacidade de acolhimento de um número equilibrado de alunos, de forma

a garantir as condições de uma boa prática pedagógica e a realização de uma verdadeira comunidade escolar.

4 — Na concepção dos edifícios e na escolha do equipamento devem ser tidas em conta as necessidades especiais dos deficientes.

5 — A gestão dos espaços deve obedecer ao imperativo de, também por esta via, se contribuir para o sucesso educativo e escolar dos alunos.

#### Artigo 40.º

(Estabelecimentos de educação e de ensino)

1 — A educação pré-escolar realiza-se em unidades distintas ou incluídas em unidades escolares onde também seja ministrado o 1.º ciclo do ensino básico ou ainda em edifícios onde se realizem outras actividades sociais, nomeadamente de educação extra-escolar.

2 — O ensino básico é realizado em estabelecimentos com tipologias diversas que abarcam a totalidade ou parte dos ciclos que o constituem, podendo, por necessidade de racionalização de recursos, ser ainda realizado neles o ensino secundário.

3 — O ensino secundário realiza-se em escolas secundárias pluricurriculares, sem prejuízo de, relativamente a certas matérias, se poder recorrer à utilização de instalações de entidades privadas ou de outras entidades públicas não responsáveis pela rede de ensino público para a realização de aulas ou outras acções de ensino e formação.

4 — A rede escolar do ensino secundário deve ser organizada de modo que em cada região se garanta a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses locais ou regionais.

5 — O ensino secundário deve ser predominantemente realizado em estabelecimentos distintos, podendo, com o objectivo de racionalização dos respectivos recursos, ser aí realizados ciclos do ensino básico, especialmente o 3.º.

6 — As diversas unidades que integram a mesma instituição de ensino superior podem dispersar-se geograficamente, em função da sua adequação às necessidades de desenvolvimento da região em que se inserem.

7 — A flexibilidade da utilização dos edifícios prevista neste artigo em caso algum se poderá concretizar em colisão com o n.º 3 do artigo anterior.

#### Artigo 41.º

(Recursos educativos)

1 — Constituem recursos educativos todos os meios materiais utilizados para conveniente realização da actividade educativa.

2 — São recursos educativos privilegiados, a exigirem especial atenção:

- a) Os manuais escolares;
- b) As bibliotecas e mediatecas escolares;
- c) Os equipamentos laboratoriais e oficinais;
- d) Os equipamentos para educação física e desportos;
- e) Os equipamentos para educação musical e plástica;
- f) Os centros regionais de recursos educativos.

3 — Para o apoio e complementaridade dos recursos educativos existentes nas escolas e ainda com o objectivo de racionalizar o uso dos meios disponíveis será incentivada a criação de centros regionais que disponham de recursos apropriados e de meios que permitam criar outros, de acordo com as necessidades de inovação educativa.

#### Artigo 42.º

(Financiamento da educação)

1 — A educação será considerada, na elaboração do Plano e do Orçamento do Estado, como uma das prioridades nacionais.

2 — As verbas destinadas à educação devem ser distribuídas em função das prioridades estratégicas do desenvolvimento do sistema educativo.

### CAPÍTULO VI

#### Administração do sistema educativo

#### Artigo 43.º

(Princípios gerais)

1 — A administração e gestão do sistema educativo devem assegurar o pleno respeito pelas regras de democraticidade e de participação que visem a consecução de objectivos pedagógicos e educativos, nomeadamente no domínio da formação social e cívica.

2 — O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das actividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico.

3 — Para os efeitos do número anterior serão adoptadas orgânicas e formas de descentralização e de desconcentração dos serviços, cabendo ao Estado, através do ministério responsável pela coordenação da política educativa, garantir a necessária eficácia e unidade de acção.

#### Artigo 44.º

(Níveis de administração)

1 — Leis especiais regulamentarão a delimitação e articulação de competências entre os diferentes níveis de administração, tendo em atenção que serão da responsabilidade da administração central, designadamente, as funções de:

- a) Concepção, planeamento e definição normativa do sistema educativo, com vista a assegurar o seu sentido de unidade e de adequação aos objectivos de âmbito nacional;
- b) Coordenação global e avaliação da execução das medidas da política educativa a desenvolver de forma descentralizada ou desconcentrada;

- c) Inspeção e tutela, em geral, com vista, designadamente, a garantir a necessária qualidade do ensino;
- d) Definição dos critérios gerais de implantação da rede escolar, da tipologia das escolas e seu apetrechamento, bem como das normas pedagógicas a que deve obedecer a construção de edifícios escolares;
- e) Garantia da qualidade pedagógica e técnica dos vários meios didácticos, incluindo os manuais escolares.

2 — A nível regional, e com o objectivo de integrar, coordenar e acompanhar a actividade educativa, será criado em cada região um departamento regional de educação, em termos a regulamentar por decreto-lei.

#### Artigo 45.º

(Administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino)

1 — O funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino, nos diferentes níveis, orienta-se por uma perspectiva de integração comunitária, sendo, nesse sentido, favorecida a fixação local dos respectivos docentes.

2 — Em cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos de educação e ensino a administração e gestão orientam-se por princípios de democraticidade e de participação de todos os implicados no processo educativo, tendo em atenção as características específicas de cada nível de educação e ensino.

3 — Na administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino devem prevalecer critérios de natureza pedagógica e científica sobre critérios de natureza administrativa.

4 — A direcção de cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos dos ensinos básico e secundário é assegurada por órgãos próprios, para os quais são democraticamente eleitos os representantes de professores, alunos e pessoal não docente, e apoiada por órgãos consultivos e por serviços especializados, num e noutro caso segundo modalidades a regulamentar para cada nível de ensino.

5 — A participação dos alunos nos órgãos referidos no número anterior circunscreve-se ao ensino secundário.

6 — A direcção de todos os estabelecimentos de ensino superior orienta-se pelos princípios de democraticidade e representatividade e de participação comunitária.

7 — Os estabelecimentos de ensino superior gozam de autonomia científica, pedagógica e administrativa.

8 — As universidades gozam ainda de autonomia financeira, sem prejuízo da acção fiscalizadora do Estado.

9 — A autonomia dos estabelecimentos de ensino superior será compatibilizada com a inserção destes no desenvolvimento da região e do País.

#### Artigo 46.º

(Conselho Nacional de Educação)

É instituído o Conselho Nacional de Educação, com funções consultivas, sem prejuízo das compe-

tências próprias dos órgãos de soberania, para efeitos de participação das várias forças sociais, culturais e económicas na procura de consensos alargados relativamente à política educativa, em termos a regular por lei.

### CAPÍTULO VII

#### Desenvolvimento e avaliação do sistema educativo

#### Artigo 47.º

(Desenvolvimento curricular)

1 — A organização curricular da educação escolar terá em conta a promoção de uma equilibrada harmonia, nos planos horizontal e vertical, entre os níveis de desenvolvimento físico e motor, cognitivo, afectivo, estético, social e moral dos alunos.

2 — Os planos curriculares do ensino básico incluem em todos os ciclos e de forma adequada uma área de formação pessoal e social, que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito.

3 — Os planos curriculares dos ensinos básico e secundário integram ainda o ensino da moral e da religião católica, a título facultativo, no respeito dos princípios constitucionais da separação das igrejas e do Estado e da não confessionalidade do ensino público.

4 — Os planos curriculares do ensino básico devem ser estabelecidos à escala nacional, sem prejuízo da existência de conteúdos flexíveis integrando componentes regionais.

5 — Os planos curriculares do ensino secundário terão uma estrutura de âmbito nacional, podendo as suas componentes apresentar características de índole regional e local, justificadas nomeadamente pelas condições sócio-económicas e pelas necessidades em pessoal qualificado.

6 — Os planos curriculares do ensino superior respeitam a cada uma das instituições de ensino que ministram os respectivos cursos estabelecidos, ou a estabelecer, de acordo com as necessidades nacionais e regionais e com uma perspectiva de planeamento integrado da respectiva rede.

7 — O ensino-aprendizagem da língua materna deve ser estruturado de forma que todas as outras componentes curriculares dos ensinos básico e secundário contribuam de forma sistemática para o desenvolvimento das capacidades do aluno ao nível da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português.

#### Artigo 48.º

(Ocupação dos tempos livres e desporto escolar)

1 — As actividades curriculares dos diferentes níveis de ensino devem ser complementadas por acções orientadas para a formação integral e a realização pessoal dos educandos no sentido da utilização criativa e formativa dos seus tempos livres.

2 — Estas actividades de complemento curricular visam, nomeadamente, o enriquecimento cultural e



cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade.

3 — As actividades de complemento curricular podem ter âmbito nacional, regional ou local e, nos dois últimos casos, ser da iniciativa de cada escola ou grupo de escolas.

4 — As actividades de ocupação dos tempos livres devem valorizar a participação e o envolvimento das crianças e dos jovens na sua organização, desenvolvimento e avaliação.

5 — O desporto escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.

#### Artigo 49.º

##### (Avaliação do sistema educativo)

1 — O sistema educativo deve ser objecto de avaliação continuada, que deve ter em conta os aspectos educativos e pedagógicos, psicológicos e sociológicos, organizacionais, económicos e financeiros e ainda os de natureza político-administrativa e cultural.

2 — Esta avaliação incide, em especial, sobre o desenvolvimento, regulamentação e aplicação da presente lei.

#### Artigo 50.º

##### (Investigação em educação)

A investigação em educação destina-se a avaliar e interpretar cientificamente a actividade desenvolvida no sistema educativo, devendo ser incentivada, nomeadamente, nas instituições de ensino superior que possuam centros ou departamentos de ciências da educação, sem prejuízo da criação de centros autónomos especializados neste domínio.

#### Artigo 51.º

##### (Estatísticas da educação)

1 — As estatísticas da educação são instrumento fundamental para a avaliação e o planeamento do sistema educativo, devendo ser organizadas de modo a garantir a sua realização em tempo oportuno e de forma universal.

2 — Para este efeito devem ser estabelecidas as normas gerais e definidas as entidades responsáveis pela recolha, tratamento e difusão das estatísticas da educação.

#### Artigo 52.º

##### (Estruturas de apoio)

1 — O Governo criará estruturas adequadas que assegurem e apoiem actividades de desenvolvimento curricular, de fomento da inovação e de avaliação do sistema e das actividades educativas.

2 — Estas estruturas devem desenvolver a sua actividade em articulação com as escolas e com as instituições de investigação em educação e de formação de professores.

#### Artigo 53.º

##### (Inspeção escolar)

A inspeção escolar goza de autonomia no exercício da sua actividade e tem como função avaliar e fiscalizar a realização da educação escolar, tendo em vista a prossecução dos fins e objectivos estabelecidos na presente lei e demais legislação complementar.

### CAPÍTULO VIII

#### Ensino particular e cooperativo

#### Artigo 54.º

##### (Especificidade)

1 — É reconhecido pelo Estado o valor do ensino particular e cooperativo, como uma expressão concreta da liberdade de aprender e ensinar e do direito da família a orientar a educação dos filhos.

2 — O ensino particular e cooperativo rege-se por legislação e estatuto próprios, que devem subordinar-se ao disposto na presente lei.

#### Artigo 55.º

##### (Articulação com a rede escolar)

1 — Os estabelecimentos do ensino particular e cooperativo que se enquadrem nos princípios gerais, finalidades, estruturas e objectivos do sistema educativo são considerados parte integrante da rede escolar.

2 — No alargamento ou no ajustamento da rede o Estado terá também em consideração as iniciativas e os estabelecimentos particulares e cooperativos, numa perspectiva de racionalização de meios, de aproveitamento de recursos e de garantia de qualidade.

#### Artigo 56.º

##### (Funcionamento de estabelecimentos e cursos)

1 — As instituições de ensino particular e cooperativo podem, no exercício da liberdade de ensinar e aprender, seguir os planos curriculares e conteúdos programáticos do ensino a cargo do Estado ou adoptar planos e programas próprios, salvaguardadas as disposições constantes do n.º 1 do artigo anterior.

2 — Quando o ensino particular e cooperativo adoptar planos e programas próprios, o seu reconhecimento oficial é concedido caso a caso, mediante avaliação positiva resultante da análise dos respectivos currículos e das condições pedagógicas da realização do ensino, segundo normas a estabelecer por decreto-lei.

3 — A autorização para a criação e funcionamento de instituições e cursos de ensino superior particular e cooperativo, bem como a aprovação dos respectivos planos de estudos e o reconhecimento oficial dos correspondentes diplomas, faz-se, caso a caso, por decreto-lei.

**Artigo 57.º****(Pessoal docente)**

1 — A docência nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo integrados na rede escolar requer, para cada nível de educação e ensino, a qualificação académica e a formação profissional estabelecidas na presente lei.

2 — O Estado pode apoiar a formação contínua dos docentes em exercício nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que se integram na rede escolar.

**Artigo 58.º****(Intervenção do Estado)**

1 — O Estado fiscaliza e apoia pedagógica e tecnicamente o ensino particular e cooperativo.

2 — O Estado apoia financeiramente as iniciativas e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo quando, no desempenho efectivo de uma função de interesse público, se integrem no plano de desenvolvimento da educação, fiscalizando a aplicação das verbas concedidas.

**CAPÍTULO IX****Disposições finais e transitórias****Artigo 59.º****(Desenvolvimento da lei)**

1 — O Governo fará publicar no prazo de um ano, sob a forma de decreto-lei, a legislação complementar necessária para o desenvolvimento da presente lei que contemple, designadamente, os seguintes domínios:

- a) Gratuitidade da escolaridade obrigatória;
- b) Formação de pessoal docente;
- c) Carreiras de pessoal docente e de outros profissionais da educação;
- d) Administração e gestão escolares;
- e) Planos curriculares dos ensinos básico e secundário;
- f) Formação profissional;
- g) Ensino recorrente de adultos;
- h) Ensino a distância;
- i) Ensino português no estrangeiro;
- j) Apoios e complementos educativos;
- l) Ensino particular e cooperativo;
- m) Educação física e desporto escolar;
- n) Educação artística.

2 — Quando as matérias referidas no número anterior já constarem de lei da Assembleia da República, deverá o Governo, em igual prazo, apresentar as necessárias propostas de lei.

3 — O Conselho Nacional de Educação deve acompanhar a aplicação e o desenvolvimento do disposto na presente lei.

**Artigo 60.º****(Plano de desenvolvimento do sistema educativo)**

O Governo, no prazo de dois anos, deve elaborar e apresentar, para aprovação na Assembleia da Repú-

blica, um plano de desenvolvimento do sistema educativo, com um horizonte temporal a médio prazo e limite no ano 2000, que assegure a realização faseada da presente lei e demais legislação complementar.

**Artigo 61.º****(Regime de transição)**

O regime de transição do sistema actual para o previsto na presente lei constará de disposições regulamentares a publicar em tempo útil pelo Governo, não podendo professores, alunos e pessoal não docente ser afectados nos direitos adquiridos.

**Artigo 62.º****(Disposições transitórias)**

1 — Serão tomadas medidas no sentido de dotar os ensinos básico e secundário com docentes habilitados profissionalmente, mediante modelos de formação inicial conformes com o disposto na presente lei, de forma a tornar desnecessária a muito curto prazo a contratação em regime permanente de professores sem habilitação profissional.

2 — Será organizado um sistema de profissionalização em exercício para os docentes devidamente habilitados actualmente em exercício ou que venham a ingressar no ensino, de modo a garantir-lhes uma formação profissional equivalente à ministrada nas instituições de formação inicial para os respectivos níveis de ensino.

3 — Na determinação dos contingentes a estabelecer para os cursos de formação inicial de professores a entidade competente deve ter em consideração a relação entre o número de professores habilitados já em exercício e a previsão de vagas disponíveis no termo de um período transitório de cinco anos.

4 — Enquanto não forem criadas as regiões administrativas, as competências e o âmbito geográfico dos departamentos regionais de educação referidos no n.º 2 do artigo 44.º serão definidos por decreto-lei, a publicar no prazo de um ano.

5 — O Governo elaborará um plano de emergência de construção e recuperação de edifícios escolares e seu apetrechamento, no sentido de serem satisfeitas as necessidades da rede escolar, com prioridade para o ensino básico.

6 — No 1.º ciclo do ensino básico as funções dos actuais directores de distrito escolar e dos delegados escolares são exclusivamente de natureza administrativa.

**Artigo 63.º****(Disposições finais)**

1 — As disposições relativas à duração da escolaridade obrigatória aplicam-se aos alunos que se inscreverem no 1.º ano do ensino básico no ano lectivo de 1987-1988 e para os que o fizerem nos anos lectivos subsequentes.

2 — Lei especial determinará as funções de administração e apoio educativos que cabem aos municípios.

3 — O Governo deve definir por decreto-lei o sistema de equivalência entre os estudos, graus e diplomas

do sistema educativo português e os de outros países, bem como as condições em que os alunos do ensino superior podem frequentar em instituições congêneres estrangeiras parte dos seus cursos, assim como os critérios de determinação das unidades de crédito transferíveis.

4 — Devem ser criadas condições que facilitem aos jovens regressados a Portugal filhos de emigrantes a sua integração no sistema educativo.

#### Artigo 64.º

(Norma revogatória)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto na presente lei.

Aprovada em 24 de Julho de 1986.

O Presidente da Assembleia da República, *Fernando Monteiro do Amaral*.

Promulgada em Guimarães em 23 de Setembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendada em 30 de Setembro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral do Pessoal

### Portaria n.º 600/86

de 14 de Outubro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, nos termos do § 1.º do artigo 158.º do Regulamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a nova redacção dada pelo Decreto n.º 433/72, de 3 de Novembro, que o mapa do pessoal assalariado da Embaixada de Portugal em Luanda, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1986, passe a ser o seguinte:

Embaixada de Portugal em Luanda:

- Um chanceler;
- Um secretário de 1.ª classe;
- Dois secretários de 2.ª classe;
- Três escriturários-dactilógrafos;
- Um consultor médico.
- Uma telefonista;
- Dois motoristas;
- Dois porteiros;
- Um zelador;
- Três guardas;
- Um contínuo;
- Um jardineiro;
- Três auxiliares de serviços.

Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assinada em 12 de Setembro de 1986.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Pedro José Rodrigues Pires de Miranda*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PISCAS E ALIMENTAÇÃO

### Decreto-Lei n.º 346/86

de 14 de Outubro

De acordo com o Regulamento CEE n.º 2730/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, a glicose e o xarope de glicose contendo em peso, no estado seco, 99 % ou mais de produto puro deverão ser submetidos ao mesmo regime de importação que a glicose com menor grau de pureza. As razões determinantes deste procedimento são transponíveis para a situação portuguesa.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º O regime previsto no Decreto-Lei n.º 62/86, de 25 de Março, para a glicose e o xarope de glicose classificados na posição pautal 17.02, B, II, da Pauta dos Direitos de Importação é extensível à glicose e ao xarope de glicose classificados na posição pautal 17.02, B, I, da mesma Pauta.

Art. 2.º Este diploma produz efeitos a partir de 1 de Março de 1986.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 11 de Setembro de 1986. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto* — *Fernando Augusto dos Santos Martins*.

Promulgado em Guimarães em 23 de Setembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 30 de Setembro de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

### Portaria n.º 601/86

de 14 de Outubro

Sob proposta das comissões instaladoras do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e da sua Escola Superior de Educação;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 59/86, de 21 de Março, e o disposto no Despacho n.º 78/MEC/86, de 3 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 15 de Abril de 1986;

Tendo em atenção o disposto na Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho;

Ao abrigo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de Agosto, e do disposto no



Motivo 4 — 283 400 exemplares *Nascimento de Cristo*, mestre do retábulo da capela-mor da Sé de Viseu, 1501-1506, óleo sobre madeira, Museu de Grão-Vasco;

Motivo 5 — 266 000 exemplares *A Virgem e o Menino*, autor desconhecido, escola flamenga dos séculos XV/XVI;

Motivo 6 — 272 400 exemplares *Sagrada Família*, autor desconhecido, primeira metade e do século XVI, Museu de Grão-Vasco;

Motivo 7 — 172 400 exemplares *Iluminura do Livro de Horas de D. Manuel I — Presépio (Portenor)*, século XVI, Museu Nacional de Arte Antiga;

Motivo 8 — 269 000 exemplares *Sagrada Família*, produção de Lisboa, século XVII, Museu Nacional do Azulejo;

Motivo 9 — 189 200 exemplares *Pai Natal*, João Machado (1989), Museu dos CTT;

Motivo 10 — 173 800 exemplares *Árvore de Natal*, João Machado (1989), Museu dos CTT.

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Assinada em 11 de Outubro de 1989.

O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *João Maria Leitão de Oliveira Martins*.

## MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL

### Despacho Normativo 96/89

O Decreto-Lei n.º 30/89, de 24 de Janeiro, veio sujeitar obrigatoriamente a licenciamento prévio a instalação e o funcionamento dos estabelecimentos que desenvolvem actividades de apoio social no âmbito da acção social exercida pela Segurança Social, prevendo no seu artigo 43.º que as normas que regulem as condições de instalação e funcionamento constem de diploma autónomo.

Assim, e tendo em conta os princípios estabelecidos naquele decreto-lei, são aprovadas as Normas Reguladoras das Condições de Instalação e Funcionamento dos Centros de Actividades de Tempos Livres com Fins Lucrativos, que se publicam em anexo a este despacho normativo.

Secretaria de Estado da Segurança Social, 11 de Setembro de 1989. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Arlindo Gomes de Carvalho*.

### NORMAS REGULADORAS DAS CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CENTROS DE ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES COM FINS LUCRATIVOS.

#### Norma I

##### Âmbito

1 — As presentes Normas visam regulamentar as condições de instalação e funcionamento dos centros de actividades de tempos livres com fins lucrativos em complemento das disposições constantes no Decreto-Lei n.º 30/89, de 24 de Janeiro.

2 — Para efeitos do número anterior, consideram-se centros de actividade de tempos livres os estabelecimentos que acolham um número igual ou superior a cinco crianças em simultâneo.

#### Norma II

##### Objectivos

São objectivos específicos dos centros de actividades de tempos livres:

- Proporcionar às crianças experiências que concorram para o seu crescimento como pessoa, satisfazendo as suas necessidades de ordem física, intelectual, afectiva e social;
- Criar um ambiente propício ao desenvolvimento da personalidade de cada criança, por forma a ser capaz de se situar e expressar num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um;
- Favorecer a inter-relação família-escola/comunidade-estabelecimento, em ordem a uma valorização, aproveitamento e recuperação de todos os recursos do meio.

#### Norma III

##### Condições gerais de localização e instalação

1 — A localização e instalação dos centros de actividades de tempos livres devem obedecer às seguintes condições gerais:

- Estar adequadamente afastados de zonas industriais poluentes, ruidosas ou insalubres e outras que pela sua natureza possam pôr em causa a integridade física ou psíquica das crianças, sem prejuízo da necessária facilidade de acesso dos pais;
- Dispor de espaços necessários e adequados ao número e à idade dos utentes e que assegurem as várias funções do estabelecimento;
- Ter boas condições de arejamento e, sendo possível, correcta exposição solar;
- Dispor de espaço exterior para actividades ao ar livre sempre que possível;
- Eliminar barreiras arquitectónicas em caso de frequência do estabelecimento por crianças com dificuldades de locomoção;
- Assegurar condições adequadas de acesso e de evacuação fácil e rápida em caso de emergência.

2 — A utilização de caves deve ser reservada apenas a serviços de apoio.

#### Norma IV

##### Compartimentos e espaços necessários

As instalações dos centros de actividades de tempos livres devem compreender nomeadamente os seguintes compartimentos e espaços, de harmonia com os requisitos definidos nas normas seguintes: salas de actividades, instalações sanitárias para as crianças, sala polivalente, área para alimentação, gabinetes e outros espaços.

#### Norma V

##### Salas de actividades

1 — As salas de actividades destinam-se às actividades pedagógicas e recreativas dos grupos.

2 — A área aproximada de cada sala deve ser de 2 m<sup>2</sup> por criança e destina-se a um número máximo de 20 crianças.

3 — Sempre que possível, deverá existir um espaço destinado a *ateliers* para algumas actividades específicas das crianças, uma pequena biblioteca ou sala de leitura.

#### Norma VI

##### Instalações sanitárias para as crianças

As instalações sanitárias devem ser equipadas com lavatórios na proporção de um para cinco crianças, cabinas com sanita na proporção de um para sete, uma base de chuveiro com chuveiro manual com água corrente quente e fria e torneira misturadora.

**Norma VII****Sala polivalente**

A sala polivalente destina-se nomeadamente ao convívio, reuniões de pais e outras, passagem de filmes, teatro, exposições, encontros vários e refeições das crianças.

**Norma VIII****Área para alimentação**

1 — A área para alimentação compreende:

- a) Uma copa, que se destina à preparação de pequenas refeições e para a actividade de culinária;
- b) Uma despensa.

2 — No caso de o estabelecimento confeccionar refeições, existirá uma cozinha devidamente apetrechada.

**Norma IX****Gabinetes**

1 — O gabinete do director técnico destina-se fundamentalmente a:

- a) Local de trabalho do director técnico do centro de actividades de tempos livres;
- b) Recepção e atendimento das crianças e familiares;
- c) Arquivos de carácter administrativo e do expediente relacionado com a gestão financeira e do pessoal do centro de actividades de tempos livres.

2 — O espaço destinado ao pessoal compreende um gabinete e instalações sanitárias com lavatório, sanita e chuveiro.

3 — Nos estabelecimentos com capacidade inferior a 20 crianças poderá existir uma sala, com a área mínima de 9 m<sup>2</sup>, que se destina simultaneamente a gabinete do director técnico e do pessoal administrativo.

**Norma X****Outros espaços**

1 — As instalações dos centros de actividades de tempos livres devem compreender ainda outros espaços, destinados a:

- a) Acolhimento e recepção das crianças e famílias;
- b) Vestiário, situado próximo do espaço de acolhimento e recepção, com suportes individuais para agasalhos, à altura das crianças, recipiente para chapéus-de-chuva e prateleiras para sacos e outros objectos;
- c) Núcleo administrativo, que eventualmente poderá situar-se no espaço de acolhimento e recepção;
- d) Espaço exterior destinado a actividades ao ar livre, devendo de preferência ser amplo, tratado, não oferecer perigo e estar equipado de acordo com os interesses das crianças.

2 — Quando o espaço exterior referido na alínea d) do n.º 1 não exista, pode ser suprido pela utilização de recintos públicos ou outros, situados na proximidade do estabelecimento, desde que ofereçam segurança para as crianças.

3 — Devem ainda ser previstos locais para arrumos de material de diversa natureza, em condições de conveniência e segurança, sem que o mesmo interfira com a funcionalidade dos espaços.

4 — Sempre que haja tratamento de roupas deverá existir uma área própria e independente.

**Norma XI****Acabamentos de pavimentos e paredes**

1 — O revestimento dos pavimentos deve ser de material com boas características de isolamento térmico, impermeável, facilmente lavável, não inflamável e durável.

2 — As paredes devem ser impermeáveis e laváveis até uma altura mínima de 1,50 m acima do pavimento.

**Norma XII****Equipamento e material pedagógico**

1 — Os diferentes espaços deverão ser equipados, qualitativa e quantitativamente, com o material necessário ao desenvolvimento das actividades e de acordo com os interesses das crianças.

2 — O equipamento a ser utilizado pelas crianças deve possuir as seguintes características:

- a) Ser adequado às diferentes idades;
- b) Ser robusto, oferecer segurança, conforto e proporcionar uma correcta postura;
- c) Ter formas simples e oferecer boas condições de higiene.

**Norma XIII****Condições de protecção e de segurança das instalações**

1 — As instalações devem ser equipadas com um sistema eficaz e seguro de arejamento permanente e as salas das crianças devem dispor de aquecimento regulável e que não liberte gases tóxicos.

2 — O aquecimento de águas deve, de preferência, ser feito através de sistema central de distribuição; nos casos em que tal não seja possível, deverão ser utilizados termoacumuladores.

**Norma XIV****Condições gerais de funcionamento do estabelecimento**

1 — Cada estabelecimento deve possuir um regulamento interno contendo normas respeitantes designadamente a:

- a) Condições de admissão das crianças;
- b) Os serviços a que as crianças têm direito, incluídos na mensalidade estabelecida;
- c) As condições de prestação de outros serviços não incluídos na mensalidade;
- d) Informação pormenorizada sobre o funcionamento do estabelecimento.

2 — No acto de inscrição, deve ser dado conhecimento do teor do regulamento do estabelecimento aos pais ou outros responsáveis.

3 — Compete ao estabelecimento fazer o seguro de cada criança, sendo imputável às famílias o pagamento dos respectivos prémios.

4 — O desenvolvimento das actividades deve processar-se com base:

- a) Na existência de um projecto educativo que corresponda não só aos objectivos do estabelecimento, bem como aos interesses dos utentes e da comunidade;
- b) Na existência de uma estreita colaboração entre a família e o estabelecimento, numa perspectiva de partilha de responsabilidades no processo educativo da criança.

5 — A programação do centro de actividades de tempos livres deve ter em conta os recursos da comunidade, fomentando actividades no exterior.

**Norma XV****Inscrição e registo individual das crianças**

1 — A frequência das crianças no estabelecimento é feita mediante inscrição prévia, com preenchimento de ficha administrativa, donde constem dados de identificação relativos às crianças e à família.

2 — Cabe ao estabelecimento organizar um processo individual, donde conste:

- a) Nome da escola que frequenta;
- b) Nome da professora e respectivo telefone;
- c) Declaração médica comprovativa de que a criança não sofre de doença infecto-contagiosa;
- d) Identificação do médico assistente;
- e) Estado vacinal e grupo sanguíneo;
- f) Todos os elementos resultantes das informações familiares, assim como o registo da observação sobre a evolução do desenvolvimento da criança.

**Norma XVI****Alimentação**

1 — Às crianças deverá ser fornecido um suplemento alimentar a meio da manhã e da tarde, para além do eventual fornecimento do almoço.

2 — A alimentação deve ser variada, bem confeccionada e adequada qualitativa e quantitativamente às idades das crianças.

3 — As ementas devem ser afixadas semanalmente em local bem visível do estabelecimento, por forma a serem consultadas pelos pais ou responsáveis pelas crianças.

4 — A existência de dietas especiais terá lugar em caso de prescrição médica.

#### Norma XVII

##### Saúde e higiene

1 — As crianças que apresentem sintomas de doença não devem permanecer no estabelecimento.

2 — Os estabelecimentos devem garantir a observação médica do pessoal, no mínimo anualmente, obtendo dessas observações documento comprovativo do seu estado sanitário.

3 — Os estabelecimentos devem funcionar em perfeitas condições de higiene e limpeza.

#### Norma XVIII

##### Pessoal dos estabelecimentos

1 — Sem prejuízo do que se encontrar estabelecido no respectivo instrumento de regulamentação colectiva de trabalho e demais legislação do trabalho, a organização do quadro de pessoal necessário ao normal funcionamento dos estabelecimentos, tendo em conta assegurar níveis adequados na qualidade da prestação de serviços, deve obedecer às orientações técnicas dos centros regionais de segurança social.

2 — O pessoal técnico, que terá as habilitações mencionadas na norma XIV, deve ser em número suficiente para assegurar as funções necessárias ao bom funcionamento do estabelecimento.

#### Norma XIX

##### Direcção técnica

1 — A direcção técnica do centro deverá ser assegurada por técnico com habilitações adequadas, nomeadamente educadores de infância, técnicos de educação pela arte, professores de educação física, assistentes sociais, professores primários e psicólogos, e com especial aptidão por esta área.

2 — Ao director técnico competirá, nomeadamente:

- a) Coordenar todas as actividades do centro, bem como a actuação do pessoal;
- b) Assegurar a colaboração com os serviços de saúde e outros, tendo em atenção o bem-estar geral das crianças;
- c) Promover a articulação com as famílias ou responsáveis pelas crianças;
- d) Promover a formação e actualização do pessoal tendo em vista o desempenho das funções exercidas.

3 — Consideram-se como necessários ao bom funcionamento de um centro de actividades de tempos livres os seguintes indicadores de pessoal:

- a) Um director técnico;
- b) Um elemento técnico por cada grupo de 20 crianças, no máximo;
- c) Um ou mais elementos de pessoal auxiliar, tendo em atenção as dimensões e características do estabelecimento;
- d) Uma cozinha, no caso de haver fornecimento de almoço.

4 — Os estabelecimentos facultarão o acesso do pessoal à frequência de acções de formação organizadas pelas entidades competentes.

5 — Sempre que o estabelecimento não preencha a lotação para o qual foi licenciado, o quadro do pessoal deverá se ajustado de acordo com as orientações técnicas do centro regional de segurança social.

#### Norma XX

##### Disposições transitórias

Os estabelecimentos actualmente em funcionamento deverão, no prazo máximo de um ano, adaptar-se às condições de instalação e funcionamento previstas nas presentes normas, podendo este prazo ser prorrogado por igual período nos casos em que o serviço licenciador o achar conveniente.

## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

### GOVERNO REGIONAL

Secretaria Regional da Economia

#### Decreto Regulamentar Regional n.º 34/89/A

O Decreto Legislativo Regional n.º 10/89/A, de 25 de Julho, que criou o Instituto de Investimento e Privatizações dos Açores, carece de regulamentação, conforme dispõe o seu artigo 2.º, n.º 1.

Assim:

O Governo Regional decreta, nos termos do artigo 229.º, n.º 1, alínea d), da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado o Estatuto do Instituto de Investimento e Privatizações dos Açores, anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

Art. 2.º O presente diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovado em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 23 de Agosto de 1989.

O Presidente do Governo Regional, *João Bosco Mota Amaral*.

Assinado em Angra do Heroísmo em 25 de Setembro de 1989.

Publique-se.

O Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, *Vasco Joaquim Rocha Vieira*.

#### Estatuto do Instituto de Investimento e Privatizações dos Açores

Artigo 1.º O Instituto de Investimento e Privatizações dos Açores, abreviadamente designado IIPA, é um instituto de direito público, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio.

Art. 2.º — 1 — O IIPA rege-se pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 10/89/A, de 25 de Julho, pelo presente Estatuto e, subsidiariamente, pelo regime jurídico das empresas públicas.

2 — Nas suas relações com terceiros aplicam-se ao IIPA as normas de direito privado.

3 — O IIPA desenvolve a sua actividade na dependência tutelar do Secretário Regional da Economia.

Art. 3.º O IIPA tem sede em Ponta Delgada e poderá criar delegações em qualquer local dentro do Território da Região Autónoma dos Açores e, bem assim, manter quaisquer formas locais de representação em território nacional ou no estrangeiro.

Art. 4.º São atribuições do IIPA:

- a) Colaborar com o Governo Regional na definição de políticas de desenvolvimento na área da economia;
- b) Propor regras e acompanhar a execução do processo regional de privatizações, nos termos que vierem a ser legalmente definidos;
- c) Desenvolver e gerir esquemas de apoio e incentivos financeiros ao investimento;
- d) Gerir as participações da Região Autónoma dos Açores no capital de sociedades que, para esse efeito, lhe vierem a ser cometidas;
- e) Adquirir, a título originário ou derivado, participações no capital de sociedades, bem como aliená-las, por qualquer forma;
- f) Fomentar o investimento privado regional;
- g) Colaborar no estudo e definição de medidas de incentivo e apoio às empresas dos sectores industrial, comercial e dos serviços;
- h) Estudar e propor medidas tendentes à criação de novas empresas, ao fortalecimento, modernização e aumento de competitividade das empresas existentes e à cooperação entre elas, tudo no âmbito da Região Autónoma;

Sociedade Europeia para o Financiamento de Material Ferroviário, adoptada em Berna, em 20 de Outubro de 1955.

A República Eslovaca tornou-se membro da Conferência Europeia dos Ministros dos Transportes (CEMT) em 16 de Fevereiro de 1994 e a sua adesão à Convenção começou a produzir efeitos, de harmonia com o artigo 11.º da Convenção, em 21 de Novembro de 2000. De acordo com o parágrafo c) da mesma disposição, a adesão à Convenção implica a adesão ao Protocolo Adicional de 20 de Outubro de 1955.

Portugal ratificou esta Convenção e o Protocolo em 25 de Julho de 1955, nos termos do Decreto-Lei n.º 40 629, a que se refere o aviso publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 218, de 10 de Outubro de 1956.

A Convenção e o Protocolo Adicional entraram em vigor relativamente a Portugal em 30 de Março de 1956.

Direcção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, 19 de Dezembro de 2000. — A Directora de Serviços, *Liliana Araújo*.

#### Aviso n.º 4/2001

Por ordem superior se torna público que, em 15 de Dezembro de 2000, em Lisboa, se procedeu à troca dos instrumentos de ratificação conforme previsto no artigo 30.º da Convenção entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Evasão Fiscal e respectivo Protocolo, assinados em Praia em 22 de Março de 1999.

A citada Convenção e o respectivo Protocolo foram aprovados pela Resolução da Assembleia da República n.º 63/2000, e ratificados pelo Decreto do Presidente da República n.º 33/2000, publicados no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 159, de 12 de Julho de 2000.

Nos termos do artigo 30.º, n.º 2, da citada Convenção, esta entrou em vigor em 15 de Dezembro de 2000.

20 de Dezembro de 2000. — O Director-Geral, *José Caetano de Campos de Andrada da Costa Pereira*.

### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

#### Decreto-Lei n.º 6/2001

de 18 de Janeiro

O Programa do Governo assume como objectivo estratégico a garantia de uma educação de base para todos, entendendo-a como início de um processo de educação e formação ao longo da vida, objectivo que implica conceder uma particular atenção às situações de exclusão e desenvolver um trabalho de clarificação de exigências quanto às aprendizagens cruciais e aos modos como as mesmas se processam.

De entre as medidas identificadas para a concretização do objectivo referido assume especial relevância a que se refere à necessidade de proceder a uma reorganização do currículo do ensino básico, no sentido de reforçar a articulação entre os três ciclos que o compõem, quer no plano curricular quer na organização de processos de acompanhamento e indução que assegurem, sem perda das respectivas identidades e objectivos, uma maior qualidade das aprendizagens. Nesta

reorganização assume particular relevo a consagração no currículo de três novas áreas curriculares não disciplinares, bem como a obrigatoriedade do ensino experimental das ciências, o aprofundamento da aprendizagem das línguas modernas, o desenvolvimento da educação artística e da educação para a cidadania e o reforço do núcleo central do currículo nos domínios da língua materna e da matemática.

A preparação desta intervenção legislativa de política educativa foi objecto de um longo e continuado trabalho com as escolas e com as comunidades educativas, de que se destaca o lançamento, no ano lectivo de 1996-1997, do projecto de reflexão participada sobre os currículos do ensino básico.

Realizado o diagnóstico, foram de imediato lançadas medidas de combate à exclusão no âmbito do ensino básico, nomeadamente os currículos alternativos, a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária e os cursos de educação e formação profissional inicial.

Paralelamente, foram lançadas outras medidas com impacto directo na qualidade das aprendizagens e na vida das escolas, designadamente o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, concebido como primeira etapa da educação básica, e o novo regime de autonomia, administração e gestão das escolas, o qual, de forma inovatória, assumiu como condição estrutural a plena inclusão do 1.º ciclo.

De todo este processo foi emergindo a necessidade de ultrapassar uma visão de currículo como um conjunto de normas a cumprir de modo supostamente uniforme em todas as salas de aula e de ser apoiado, no contexto da crescente autonomia das escolas, o desenvolvimento de novas práticas de gestão curricular. Neste sentido, ensaiando as potencialidades de um novo desenho curricular, as escolas foram convidadas a apresentar projectos de gestão flexível do currículo.

As escolas envolvidas neste projecto têm vindo a construir processos de gestão curricular no quadro de uma flexibilidade que procura encontrar respostas adequadas aos alunos e aos contextos concretos em que os professores trabalham diariamente. Tais projectos têm considerado como pressuposto fundamental a assunção pelas escolas de uma maior capacidade de decisão relativamente ao desenvolvimento e gestão das diversas componentes do currículo e a uma maior articulação entre elas, bem como um acréscimo de responsabilidade na organização das ofertas educativas.

O *Documento Orientador das Políticas para o Ensino Básico*, publicado pelo Ministério da Educação em 1998, sintetizou os aspectos a considerar na reorganização curricular do ensino básico, sublinhando que a escola precisa de se assumir como um espaço privilegiado de educação para a cidadania e de integrar e articular, na sua oferta curricular, experiências de aprendizagem diversificadas, nomeadamente mais espaços de efectivo envolvimento dos alunos e actividades de apoio ao estudo.

Em consonância com estas perspectivas e como resultado da reflexão e dos debates realizados, assim como da experiência adquirida, importa reequacionar a organização curricular do ensino básico.

O presente decreto-lei estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional, entendido como o conjunto de aprendizagens e competências, integrando os conhecimentos, as capacidades,

as atitudes e os valores, a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo para este nível de ensino.

No quadro do desenvolvimento da autonomia das escolas estabelece-se que as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, deverão ser objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão, o qual deverá ser desenvolvido, em função do contexto de cada turma, num projecto curricular de turma, concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos.

O diploma define os princípios orientadores a que deve obedecer a organização e gestão do currículo, nomeadamente a coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e a articulação destes com o ensino secundário, a integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua o elemento regulador do ensino e da aprendizagem e a existência de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, visando a realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização dos saberes, e estabelece os parâmetros a que deve obedecer a organização do ano escolar.

No âmbito da organização curricular do ensino básico, para além das áreas curriculares disciplinares, o diploma determina a criação de três áreas curriculares não disciplinares — área de projecto, estudo acompanhado e formação cívica.

O diploma consagra a educação para a cidadania, o domínio da língua portuguesa e a valorização da dimensão humana do trabalho, bem como a utilização das tecnologias de informação e comunicação como formações transdisciplinares, no âmbito do ensino básico, abordando de forma integrada a diversificação das ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, definindo um quadro flexível para o desenvolvimento de actividades de enriquecimento do currículo.

Especial relevância assumem as disposições relativas à avaliação das aprendizagens, entendida como um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelos alunos ao longo do ensino básico, bem como à avaliação do desenvolvimento do currículo nacional.

Foi ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido na alínea e) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## CAPÍTULO I

### Princípios gerais

#### Artigo 1.º

##### Objecto e âmbito

1 — O presente diploma estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do

ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional.

2 — Os princípios orientadores definidos no presente diploma aplicam-se às demais ofertas formativas relativas ao ensino básico, no âmbito do sistema educativo.

#### Artigo 2.º

##### Currículo

1 — Para efeitos do disposto no presente diploma, entende-se por currículo nacional o conjunto de aprendizagens e competências a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo para este nível de ensino, expresso em orientações aprovadas pelo Ministro da Educação, tomando por referência os desenhos curriculares anexos ao presente decreto-lei.

2 — As orientações a que se refere o número anterior definem ainda o conjunto de competências consideradas essenciais e estruturantes no âmbito do desenvolvimento do currículo nacional, para cada um dos ciclos do ensino básico, o perfil de competências terminais deste nível de ensino, bem como os tipos de experiências educativas que devem ser proporcionadas a todos os alunos.

3 — As estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, são objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão.

4 — As estratégias de concretização e desenvolvimento do currículo nacional e do projecto curricular de escola, visando adequá-los ao contexto de cada turma, são objecto de um projecto curricular de turma, concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma, em articulação com o conselho de docentes, ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos.

#### Artigo 3.º

##### Princípios orientadores

A organização e a gestão do currículo subordinam-se aos seguintes princípios orientadores:

- a) Coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e articulação destes com o ensino secundário;
- b) Integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua o elemento regulador do ensino e da aprendizagem;
- c) Existência de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, visando a realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização dos saberes;
- d) Integração, com carácter transversal, da educação para a cidadania em todas as áreas curriculares;
- e) Valorização das aprendizagens experimentais nas diferentes áreas e disciplinas, em particular, e com carácter obrigatório, no ensino das ciências, promovendo a integração das dimensões teórica e prática;
- f) Racionalização da carga horária lectiva semanal dos alunos;
- g) Reconhecimento da autonomia da escola no sentido da definição de um projecto de desenvolvimento do currículo adequado ao seu con-



texto e integrado no respectivo projecto educativo;

- h) Valorização da diversidade de metodologias e estratégias de ensino e actividades de aprendizagem, em particular com recurso a tecnologias de informação e comunicação, visando favorecer o desenvolvimento de competências numa perspectiva de formação ao longo da vida;
- i) Diversidade de ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, por forma a assegurar que todos possam desenvolver as competências essenciais e estruturantes definidas para cada um dos ciclos e concluir a escolaridade obrigatória.

#### Artigo 4.º

##### Organização do ano escolar

1 — O ano escolar é entendido como o período compreendido entre o dia 1 de Setembro de cada ano e o dia 31 de Agosto do ano seguinte.

2 — O ano lectivo corresponde a um mínimo de 180 dias efectivos de actividades escolares.

3 — O calendário escolar anual é definido por despacho do Ministro da Educação, ouvidos os parceiros educativos.

### CAPÍTULO II

#### Organização e gestão do currículo nacional

#### Artigo 5.º

##### Organização

1 — São aprovados os desenhos curriculares dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico constantes dos anexos I, II e III ao presente diploma e do qual fazem parte integrante.

2 — Os desenhos curriculares dos três ciclos do ensino básico integram áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, bem como, nos 2.º e 3.º ciclos, a carga horária semanal de cada uma delas.

3 — Para efeito do número anterior, consideram-se as seguintes áreas curriculares não disciplinares:

- a) Área de projecto, visando a concepção, realização e avaliação de projectos, através da articulação de saberes de diversas áreas curriculares, em torno de problemas ou temas de pesquisa ou de intervenção, de acordo com as necessidades e os interesses dos alunos;
- b) Estudo acompanhado, visando a aquisição de competências que permitam a apropriação pelos alunos de métodos de estudo e de trabalho e de capacidades que favoreçam uma cada vez maior autonomia na realização das aprendizagens;
- c) Formação cívica, espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, activos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e colectiva, na vida da turma, da escola e da comunidade.

4 — O desenvolvimento das áreas curriculares não disciplinares assume especificidades próprias, de acordo com as características de cada ciclo, sendo da responsabilidade do professor titular de turma, no caso do 1.º ciclo, e do conselho de turma, no caso dos 2.º e 3.º ciclos.

5 — As escolas, no âmbito da sua autonomia, devem desenvolver outros projectos e actividades que contribuam para a formação pessoal e social dos alunos, nas quais se inclui, nos termos da Constituição e da lei, a Educação Moral e Religiosa, de frequência facultativa.

6 — As orientações para as diversas áreas curriculares dos três ciclos do ensino básico, incluindo os conteúdos programáticos das áreas disciplinares, são homologadas por despacho do Ministro da Educação.

7 — No respeito pelos limites constantes dos desenhos curriculares a que se refere o n.º 1 do presente artigo, compete à escola, no desenvolvimento da sua autonomia e no âmbito do seu projecto curricular, definir as cargas horárias a atribuir às diversas componentes do currículo.

#### Artigo 6.º

##### Formações transdisciplinares

1 — A educação para a cidadania bem como a valorização da língua portuguesa e da dimensão humana do trabalho constituem formações transdisciplinares, no âmbito do ensino básico.

2 — Constitui ainda formação transdisciplinar de carácter instrumental a utilização das tecnologias de informação e comunicação, a qual deverá conduzir, no âmbito da escolaridade obrigatória, a uma certificação da aquisição das competências básicas neste domínio.

#### Artigo 7.º

##### Línguas estrangeiras

1 — As escolas do 1.º ciclo podem, de acordo com os recursos disponíveis, proporcionar a iniciação a uma língua estrangeira, com ênfase na sua expressão oral.

2 — A aprendizagem de uma língua estrangeira inicia-se obrigatoriamente no 2.º ciclo e prolonga-se no 3.º ciclo, de modo a proporcionar aos alunos o domínio da língua num crescendo de adequação e fluência.

3 — A aprendizagem de uma segunda língua estrangeira é obrigatória no 3.º ciclo.

#### Artigo 8.º

##### Língua portuguesa como segunda língua

As escolas devem proporcionar actividades curriculares específicas para a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua aos alunos cuja língua materna não seja o português.

#### Artigo 9.º

##### Actividades de enriquecimento do currículo

As escolas, no desenvolvimento do seu projecto educativo, devem proporcionar aos alunos actividades de enriquecimento do currículo, de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação.

**Artigo 10.º****Educação especial**

1 — Aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente é oferecida a modalidade de educação especial.

2 — Para efeitos do presente diploma, consideram-se alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente os alunos que apresentem incapacidade ou incapacidades que se reflectam numa ou mais áreas de realização de aprendizagens, resultantes de deficiências de ordem sensorial, motora ou mental, de perturbações da fala e da linguagem, de perturbações graves da personalidade ou do comportamento ou graves problemas de saúde.

3 — O disposto nos números anteriores é objecto de regulamentação própria.

**Artigo 11.º****Diversificação das ofertas curriculares**

1 — Visando assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e combater a exclusão, as escolas dispõem de dispositivos de organização e gestão do currículo, destinados especialmente a alunos que revelem insucesso escolar repetido ou problemas de integração na comunidade educativa, os quais, para além da formação escolar, podem conferir um certificado de qualificação profissional.

2 — Compete às escolas, no desenvolvimento da sua autonomia e no âmbito do seu projecto educativo, conceber, propor e gerir outras medidas específicas de diversificação da oferta curricular.

3 — As orientações relativas à diversificação das ofertas curriculares constam de despacho do Ministro da Educação ou de despacho conjunto dos Ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade quando, para além da certificação escolar, confirmam um certificado de qualificação profissional.

**CAPÍTULO III****Avaliação****Artigo 12.º****Avaliação das aprendizagens**

1 — A avaliação constitui um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelo aluno ao longo do ensino básico.

2 — Na avaliação das aprendizagens dos alunos intervem todos os professores envolvidos, assumindo particular responsabilidade neste processo o professor titular de turma, no 1.º ciclo, e os professores que integram o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos.

3 — A escola deve assegurar a participação dos alunos e dos pais e encarregados de educação no processo de avaliação das aprendizagens, em condições a estabelecer no respectivo regulamento interno.

4 — Podem, ainda, ter intervenção no processo de avaliação das aprendizagens dos alunos os serviços especializados de apoio educativo, os órgãos de administração e gestão da escola ou do agrupamento de escolas, bem como outras entidades, nomeadamente serviços centrais e regionais da administração da educação, de

acordo com o disposto na lei e no regulamento interno da escola.

5 — No âmbito da sua autonomia, compete à escola, em articulação com os serviços centrais e regionais da administração da educação, desenvolver e divulgar instrumentos de informação para os alunos, pais e encarregados de educação e demais elementos da comunidade educativa.

6 — As medidas de desenvolvimento do disposto no presente diploma em matéria de avaliação das aprendizagens dos alunos são aprovadas por despacho do Ministro da Educação.

**Artigo 13.º****Modalidades**

1 — A avaliação das aprendizagens compreende as modalidades de avaliação diagnóstica, de avaliação formativa e de avaliação sumativa.

2 — A avaliação diagnóstica realiza-se no início de cada ano de escolaridade, devendo articular-se com estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional.

3 — A avaliação formativa assume carácter contínuo e sistemático, recorre a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens e aos contextos em que ocorrem, tendo como uma das funções principais a regulação do ensino e da aprendizagem.

4 — A avaliação sumativa realiza-se no final de cada período lectivo, utiliza a informação recolhida no âmbito da avaliação formativa e traduz-se na formulação de um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos.

5 — No 1.º ciclo do ensino básico, a avaliação sumativa exprime-se de forma descritiva, incidindo sobre as diferentes áreas curriculares.

6 — Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, a avaliação sumativa exprime-se numa escala de 1 a 5 nas áreas curriculares disciplinares, assumindo formas de expressão qualitativa nas áreas curriculares não disciplinares.

**Artigo 14.º****Efeitos da avaliação**

1 — A evolução do processo educativo dos alunos no ensino básico assume uma lógica de ciclo, progredindo ao ciclo imediato o aluno que tenha desenvolvido as competências a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º do presente diploma.

2 — Em situações de não realização das aprendizagens definidas no projecto curricular de turma para um ano não terminal de ciclo que, fundamentadamente, comprometam o desenvolvimento das competências definidas para um ciclo de escolaridade, o professor titular de turma, no 1.º ciclo, ouvidos os competentes conselhos de docentes, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, poderá determinar a retenção do aluno no mesmo ano de escolaridade, excepto no caso do 1.º ano de escolaridade.

3 — Em situações de retenção, compete ao professor titular de turma, no 1.º ciclo, e ao conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, identificar as aprendizagens não realizadas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em

consideração na elaboração do projecto curricular da turma em que o referido aluno venha a ser integrado no ano escolar subsequente.

#### Artigo 15.º

##### Conclusão e certificação do ensino básico

1 — Aos alunos que concluíam com aproveitamento o ensino básico é passado o diploma do ensino básico pelo órgão de direcção executiva da respectiva escola.

2 — A requerimento dos interessados, podem, ainda, ser emitidas, pelo órgão de direcção executiva da escola, em qualquer momento do percurso escolar do aluno, certidões das habilitações adquiridas, as quais podem discriminar as disciplinas e áreas curriculares não disciplinares concluídas e respectivos resultados de avaliação.

#### Artigo 16.º

##### Avaliação do desenvolvimento do currículo nacional

O desenvolvimento do currículo nacional, bem como a aquisição pelos alunos das competências essenciais e estruturantes nos diversos ciclos do ensino básico, é objecto de avaliação, recorrendo a uma diversidade de técnicas e de instrumentos.

#### Artigo 17.º

##### Provas nacionais de aferição

1 — As provas nacionais de aferição constituem um dos instrumentos de avaliação do desenvolvimento do currículo nacional e destinam-se a fornecer informação relevante aos professores, às escolas e à administração educativa, não produzindo efeitos na progressão escolar dos alunos.

2 — O enquadramento do processo de realização das provas nacionais de aferição é objecto de despacho do Ministro da Educação, sendo a sua realização da responsabilidade de serviços centrais do Ministério da Educação.

### CAPÍTULO IV

#### Disposições finais e transitórias

#### Artigo 18.º

##### Formação de professores

1 — Na organização dos cursos de formação inicial de professores do ensino básico são respeitados os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo do ensino básico constantes do presente diploma, de acordo com os perfis de qualificação para a docência decorrentes do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo.

2 — A organização de acções de formação contínua de professores deve tomar em consideração as necessidades reais de cada contexto escolar, nomeadamente através da utilização de modalidades de formação centradas na escola e nas práticas profissionais, e dar uma particular atenção às áreas curriculares não disciplinares.

3 — A organização de acções de formação especializada de professores deve dar uma particular atenção às áreas de desenvolvimento curricular, de supervisão pedagógica e de orientação educativa.

#### Artigo 19.º

##### Grupos de docência e distribuição de serviço

1 — Por portaria do Ministro da Educação são reorganizados os grupos de docência, por forma a corresponder aos princípios orientadores da organização e da gestão do currículo constantes do presente diploma.

2 — Até à publicação da portaria a que se refere o número anterior, a distribuição de serviço aos docentes em cada escola deve obedecer a uma lógica de gestão integrada de recursos humanos, no respeito pelos princípios orientadores da organização e da gestão do currículo constantes do presente diploma.

3 — A adequação da componente lectiva dos docentes à nova organização da carga horária dos alunos, de acordo com o previsto nos anexos II e III ao presente diploma, é definida por despacho do Ministro da Educação, no respeito pelo disposto no artigo 77.º do Estatuto da Carreira Docente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro.

#### Artigo 20.º

##### Produção de efeitos

1 — O presente diploma produz efeitos no ano lectivo de 2001-2002 no que respeita a todos os anos de escolaridade dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

2 — O presente diploma produz efeitos a partir do ano lectivo de:

- a) 2002-2003 no que respeita ao 7.º ano de escolaridade;
- b) 2003-2004 no que respeita ao 8.º ano de escolaridade;
- c) 2004-2005 no que respeita ao 9.º ano de escolaridade.

3 — Os mecanismos de transição para os desenhos curriculares aprovados pelo presente diploma são definidos por despacho do Ministro da Educação.

#### Artigo 21.º

##### Norma revogatória

É revogado o Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, em tudo o que se refere ao ensino básico, de acordo com a calendarização definida no artigo anterior.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 2 de Novembro de 2000. — *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho — Guilherme d'Oliveira Martins — Joaquim Augusto Nunes Pina Moura — Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues — Augusto Ernesto Santos Silva — Alberto de Sousa Martins.*

Promulgado em 6 de Janeiro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 11 de Janeiro de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*



## ANEXO

## 1.º ciclo

Componentes do currículo	
Educação para a cidadania . . . . .	<p>Áreas curriculares disciplinares:</p> <p>Língua Portuguesa. Matemática. Estudo do Meio. Expressões: Artísticas; Físico-motoras.</p>
Formação pessoal e social . . . . .	<p>Áreas curriculares não disciplinares (a):</p> <p>Área do projecto. Estudo acompanhado. Formação cívica.</p> <p><i>Total: 25 horas.</i></p> <p>Educação Moral e Religiosa (b).</p> <p>Actividades de enriquecimento (c).</p>

(a) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação e constar explicitamente do projecto curricular de turma.

(b) Área curricular disciplinar de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º

(c) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º, incluindo uma possível iniciação a uma língua estrangeira, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas, nomeadamente no ensino das ciências.

## ANEXO II

## 2.º ciclo

Componentes do currículo		Carga horária semanal (× 90 min.) (a)		
		5.º ano	6.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Áreas curriculares disciplinares:			
	Línguas e Estudos Sociais . . . . .	5	5,5	10,5
	Língua Portuguesa. Língua Estrangeira. História e Geografia de Portugal.			
	Matemática e Ciências . . . . .	3,5	3,5	7
	Matemática. Ciências da Natureza.			
	Educação Artística e Tecnológica . . . . .	3	3	6
	Educação Visual e Tecnológica (b). Educação Musical.			
	Educação Física . . . . .	1,5	1,5	3
	Formação pessoal e social			
	Áreas curriculares não disciplinares (c) . . . . .	3	2,5	5,5
	Área de projecto. Estudo acompanhado. Formação cívica.			
	<i>Total . . . . .</i>	16	16	32
	A decidir pela escola . . . . .	0,5	0,5	1
	Educação Moral e Religiosa (d) . . . . .	0,5	0,5	1

Componentes do currículo			Carga horária semanal (× 90 min.) (a)		
			5.º ano	6.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Formação pessoal e social	Máximo global .....	17	17	34
		Actividades de enriquecimento (e).			

(a) A carga horária semanal refere-se ao tempo útil de aula e está organizada em períodos de 90 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo. Em situações justificadas, a escola poderá propor uma diferente organização de carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.

(b) A leccionação de Educação Visual e Tecnológica estará a cargo de dois professores.

(c) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação e constar explicitamente do projecto curricular de turma. A área de projecto e o estudo acompanhado são assegurados por equipas de dois professores de turma, preferencialmente de áreas científicas diferentes.

(d) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º

(e) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

## ANEXO III

## 3.º ciclo

Componentes do currículo		Carga horária semanal (× 90 min.) (a)			
		7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Áreas curriculares disciplinares:				
	Língua Portuguesa .....	2	2	2	6
	Línguas Estrangeiras .....	3	2,5	2,5	8
	LE1.				
	LE2.				
	Ciências Humanas e Sociais .....	2	2,5	2,5	7
	História.				
	Geografia.				
	Matemática .....	2	2	2	6
	Ciências Físicas e Naturais .....	2	2	2,5	6,5
	Ciências Naturais.				
	Físico-Química.				
Formação pessoal e social	Educação Artística:				
	Educação Visual .....	(c) 1	(c) 1	(d) 1,5	5,5
	Outra disciplina (oferta da escola) (b) .....				
	Educação Tecnológica .....	(c) 1	(c) 1		
	Educação Física .....	1,5	1,5	1,5	4,5
	Área curriculares não disciplinares (e) .....	2,5	2,5	2,5	7,5
	Áreas de projecto. Estudo acompanhado. Formação cívica.				
	Total .....	17	17	17	51
	A decidir pela escola .....	0,5	0,5	0,5	1,5
	Educação Moral e Religiosa (f)	0,5	0,5	0,5	1,5

Componentes do currículo			Carga horária semanal (x 90 min.) (a)			
			7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Formação pessoal e social	Máximo global .....	18	18	18	54
		Actividades de enriquecimento (g).				

(a) A carga horária semanal refere-se ao tempo útil de aula e está organizada em períodos de 90 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo. Em situações justificadas, a escola poderá propor uma diferente organização de carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.

(b) A escola deve oferecer outras disciplinas da área da Educação Artística (Educação Musical, Teatro, Dança, etc.).

(c) Nos 7.º e 8.º anos os alunos têm i) Educação Visual ao longo do ano lectivo e ii), numa organização equitativa ao longo de cada ano, uma outra disciplina da área da Educação Artística e Educação Tecnológica.

(d) No 9.º ano os alunos escolhem livremente uma única disciplina, entre as ofertas da escola nos domínios artístico e tecnológico.

(e) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação e constar explicitamente do projecto curricular de turma. A área de projecto e o estudo acompanhado são assegurados por uma equipa de dois professores da turma, preferencialmente de áreas científicas diferentes.

(f) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º

(g) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

### Decreto-Lei n.º 7/2001

de 18 de Janeiro

O Programa do Governo assume como objectivo central assegurar aos jovens na faixa etária dos 15-18 anos o acesso a formações de nível secundário, consagrando, consequentemente, o ensino secundário na sua dupla natureza de ciclo intermédio de prosseguimento de estudos e de ciclo de formação terminal. Tal objectivo pressupõe, entre outros aspectos, a reorganização da actual estrutura curricular e o reforço dos mecanismos e estruturas de orientação e informação, favorecendo, desse modo, a transição entre a escolaridade básica e os diferentes percursos de educação e de formação de nível secundário.

Na verdade, o ensino secundário ocupa um lugar determinante na construção do futuro dos indivíduos e das sociedades. Em Portugal, como noutros países da União Europeia e não só, tomou-se consciência de que o ensino secundário tem de responder melhor às necessidades educativas e formativas e às legítimas expectativas pessoais dos jovens e das famílias, assim como às necessidades e exigências da sociedade. Num país em que o nível de qualificações da população é ainda muito inferior ao dos nossos parceiros da União Europeia, as formações secundárias têm necessariamente de se assumir como relevantes, permitindo, nomeadamente, a melhoria das aprendizagens, a articulação mais estreita entre a educação, a formação e a sociedade, numa perspectiva de facilitar a transição para o mercado de trabalho, a obrigatoriedade do ensino experimental nas ciências, bem como a criação de condições que assegurem o acesso à educação e à formação ao longo da vida.

Estes e outros desafios, conjugados com um conjunto de problemas e desajustamentos detectados na organização curricular e no funcionamento do ensino e das formações secundárias, levaram o Ministério da Educação a iniciar, em 1997, um processo de revisão curricular cuja concretização, nas escolas, terá início no ano lectivo de 2002-2003 para todos os jovens que, nesse ano, ingressem no 10.º ano de escolaridade, estendendo-se progressivamente aos 11.º e 12.º anos de escolaridade nos anos lectivos subsequentes.

Este processo, tal como referido no *Documento Orientador das Políticas para o Ensino Secundário*, desenvol-

veu-se, tendo em conta que a escola ocupa um lugar central na concretização das políticas educativas, num quadro de crescente autonomia na gestão dos seus recursos humanos e materiais.

O lançamento da *Revisão Participada do Currículo*, a distribuição pública do *Documento Orientador das Políticas para o Ensino Secundário* e, sobretudo, a sua apresentação e discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE) e num número significativo de iniciativas promovidas por escolas secundárias, por associações profissionais de professores e por sociedades científicas assumiu especial relevância em todo o processo de revisão curricular.

Na sequência da clarificação dos problemas identificados no âmbito do processo de *Revisão Participada do Currículo*, e na linha do *Documento Orientador das Políticas para o Ensino Secundário*, o Ministério da Educação anunciou, em Julho de 1998, 10 medidas de revisão curricular, das quais 5 se referem ao ensino secundário, tendo como orientações centrais a articulação e consistência entre currículo e avaliação e a necessária compatibilidade com a educação básica. Com base nestas orientações iniciou-se o processo de elaboração de uma proposta de revisão curricular para o ensino secundário integrando contributos de documentos programáticos internacionais, de pareceres do Conselho Nacional de Educação e da análise das organizações curriculares do ensino secundário de diversos países, com especial destaque para os da União Europeia. Esta proposta foi divulgada junto dos parceiros sociais, das associações profissionais de professores, sociedades científicas e organizações profissionais diversas e realizaram-se dezenas de reuniões com as entidades referidas, onde a proposta apresentada foi analisada e discutida, tendo os pareceres recebidos permitido clarificar e melhorar a proposta apresentada.

Essa proposta assume a centralidade da escola, pois é aí que se pode e deve desenvolver o essencial das aprendizagens e da educação e formação dos alunos. Por isso, as escolas secundárias deverão ser capazes de criar ambientes de aprendizagem estimulantes, baseados em projectos claros, coerentes e com real valor educativo e formativo. Projectos que articulem o currículo definido a nível nacional com o contexto social, cultural e económico em que estão integradas, devendo, por isso

# Anexo B

## **Regulamento Interno da Academia**



**REGULAMENTO INTERNO 2009/2010**

# ACADEMIA MORANGOS

***Telheiras***

A elaboração do presente regulamento tem em conta o projecto pedagógico da *Academia Morangos Telheiras*, uma instituição de carácter particular que se destina a acolher crianças em idade escolar.

A *Academia Morangos Telheiras* tem como principal objectivo proporcionar o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afectiva e física, durante o afastamento parcial do seu meio familiar e através de um atendimento individualizado.

Com este documento pretende-se instituir regras normativas, atitudes, modos de funcionamento, direitos e deveres da instituição e para com a mesma.

Através da sua leitura torna-se evidente a sintonia necessária de todos os intervenientes no percurso escolar e processo educativo de cada criança.

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **NORMA I**

##### **Âmbito de Aplicação**

O estabelecimento designado por *Academia Morangos Telheiras*, pertencente à empresa *Crazytime, Lda* Franchisada do Grupo Morangos rege-se pelas normas seguintes.

#### **NORMA II**




##### **Legislação Aplicável**

A *Academia Morangos Telheiras* rege-se igualmente pelo Despacho Normativo n.º 96/89.

#### **NORMA III**





##### **Objectivos do Regulamento**

O presente Regulamento Interno de Funcionamento visa:

-  Promover o respeito pelos direitos e deveres das crianças e seus encarregados de educação e demais interessados;
-  Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento da Academia;
-  Promover a participação activa das crianças e seus encarregados de educação ao nível da gestão das respostas sociais.

## **NORMA IV**






### **Objectivos da Academia**

-  Desenvolver estratégias que responsabilizam o aluno a tornar-se autónomo e empenhado na construção do seu conhecimento;
-  Contribuir para o desenvolvimento das aptidões e capacidades dos alunos, motivando-os a atingir o mais alto nível de performance;
-  Desenvolver competências cognitivas e relacionais através da optimização do tempo dos alunos, do treino da inteligência e memória;
-  Realizar e promover o envolvimento dos alunos em acções e actividades de carácter social, cultural e recreativo através da instituição, com as suas famílias e com impacto na comunidade local.


## **NORMA V**




### **Serviços mínimos assegurados e actividades complementares desenvolvidas**

A *Academia Morangos Telheiras* assegura a prestação dos seguintes serviços, abrangidos pela mensalidade:

-  Frequência da Academia no horário determinado na ficha de inscrição;
-  Realização de actividades de acordo com o Projecto Pedagógico deste estabelecimento;
-  A prossecução das actividades tendo em conta os valores e princípios da Educação Básica veiculados pelo Ministério da Educação, assim como as orientações para a aquisição de competências gerais na Educação Básica;
-  Actividades de expressão plástica, dramática, musical e físico-motora;
-  Atendimento às famílias.



 A Academia Morangos providencia também outros bens e serviços não abrangidos pela mensalidade, que consequentemente serão considerados como despesas extra e como tal serão pagas à parte da mensalidade, nomeadamente:

-  Serviço de almoço, lanche e complemento de lanche;
-  Transporte das crianças;
-  Outros bens ou serviços específicos não enquadrados no ponto 1 da Norma V.

## **CAPÍTULO II**






### **PROCESSO DE SELECÇÃO E ADMISSÃO**




#### **DAS CRIANÇAS**

#### **NORMA VI**

##### **Condições de Admissão**

Para efeitos de admissão, o encarregado de educação da criança deverá candidatar-se através do preenchimento de uma ficha de identificação, que constitui parte integrante do processo da criança, devendo fazer prova das declarações efectuadas, mediante a entrega de cópia dos seguintes documentos:





-  Fotocópia da cédula de nascimento da criança;
-  Fotocópia do cartão de assistência médica ou outro subsistema de saúde a que a criança pertença;
-  Boletim individual de saúde devidamente actualizado com as vacinas obrigatórias do Plano Nacional de Vacinação;
-  Fotocópias dos bilhetes de identidade dos pais, ou da pessoa responsável pela entrada e saída da criança no estabelecimento;
-  Fotocópia do cartão de contribuinte fiscal dos pais ou encarregados de educação;

-  Declaração médica comprovativa de saúde e ausência de doença infecto-contagiosa;
-  Em situações especiais pode ser solicitada a certidão da sentença judicial que determinou a regulação do Poder Paternal ou a Tutela da criança;
-  3 Fotografias (tipo passe) da criança.

## **NORMA VII**




### **CrITÉRIOS de Selecção**







Constituem critérios de prioridade face à selecção das crianças:

-  Crianças que frequentaram a Academia no ano lectivo transacto;
-  Crianças cujos irmãos já frequentem o estabelecimento;
-  Crianças que sejam filhos de funcionários;
-  Ordem de inscrição na lista de espera, que compreende a identificação das crianças por data de entrada das candidaturas.

## **NORMA VIII**

### **Admissão**

-  Após a recepção da candidatura, a mesma é analisada pela Gerência e pela Coordenação Pedagógica da Academia, a quem compete realizar o estudo/diagnóstico da criança (através de entrevista ao encarregado de educação).
-  No acto da admissão, proceder-se-á á:
-  Elaboração do Processo Individual da criança, que compreenderá o Processo Administrativo, Processo Educativo, Processo Clínico e Processo Psicossocial;

-  Emissão do Cartão de Identificação do Aluno;
-  Pagamento da Inscrição e do valor do seguro infantil de acidentes pessoais. O valor da inscrição e seguro não poderá ser devolvido.
-  Entrega de cópia deste Regulamento ao encarregado de educação da criança.
  
-  Em caso de alteração dos dados apresentados no acto da inscrição, estes deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Gerência da *Academia Morangos Telheiras*, no sentido de manter o processo individual da criança actualizado
  
-  A renovação de matrícula será feita durante o mês de Maio, mediante o preenchimento da ficha de inscrição e actualização dos restantes documentos, assim como do pagamento da mensalidade e seguro anual.
  
-  As crianças que frequentam a Academia encontram-se cobertas por um seguro de acidentes pessoais, de acordo com os valores máximos da respectiva apólice

### **CAPÍTULO III**









#### **INSTALAÇÕES E REGRAS DE FUNCIONAMENTO**

#### **NORMA IX**

##### **Instalações**









A Academia Morangos *Telheiras* está sedeadada Rua

As suas instalações são compostas pelas seguintes áreas funcionais:

-  área de recepção e acolhimento das crianças e dos seus familiares;
-  área administrativa;
-  área de instalações para o pessoal;
-  salas de actividades;
-  cozinha;
-  instalações sanitárias;
-  arrumos de material;
-  área exterior para actividades.


## **NORMA X**

### **Refeições**

-  As refeições serão servidas no refeitório.
-  O horário das refeições será o seguinte:
-  Almoço – 12h 30min.
-  Lanche – 16h 00min.
-  Complemento ao Lanche – 18h 00min.
-  As ementas semanais estão afixadas no placar da área de recepção e podem ser alteradas por motivo imprevisto.
-  Poderá ser fornecida uma dieta alimentar específica, caso seja dado conhecimento à direcção.
-  Não se aceita qualquer outro tipo de alimentação confeccionada ou trazida de casa proveniente do exterior da Academia que seja trazida pelo encarregado de educação/família da criança.

## **NORMA XI**

### **Dias e Horário de Funcionamento**


-  A Academia encontra-se aberta durante todo o ano no seguinte horário:
- das 8:30h às 19:30h





- durante os meses de Julho e Agosto encerra às 19:00

 A Academia estará encerrada nas seguintes datas:

- Feriados Nacionais;
- Feriados Municipais;
- Terça-feira de Carnaval;
- Dia 24 de Dezembro;
- Dia 31 de Dezembro.

 As visitas de estudos serão programadas ao longo do ano lectivo. Os pais serão sempre informados atempadamente da sua realização, sendo-lhes solicitada a devida autorização por escrito assim como os custos adicionais das actividades.

 As reuniões de pais e encarregados de educação serão feitas com a direcção pedagógica, o/a professor(a) da sala e um membro da gerência. A comunicação relativa ao dia e hora será feita com a devida antecedência.

 Os pais e encarregados de educação receberão fichas de informação e observação da criança para que assim possam acompanhar o percurso e progressos do educando.

## **NORMA XII**

### **Quadro de Pessoal**










O Quadro de Pessoal – Organigrama – da *Academia Morangos Telheiras* encontra-se afixado no placar da área de recepção (contendo a indicação do n.º de funcionários, formação, conteúdo funcional e horário de acordo com a legislação em vigor).

## **CAPÍTULO IV**












### **DIREITOS E DEVERES**

#### **NORMA XIII**

#### **Direitos e Deveres das Crianças**










-  Encontrar um clima de afecto, convívio, apoio, delicadeza, lealdade pelos agentes educativos;
-  Ter instalações acolhedoras e sempre limpas;
-  Usufruir de meios adequados de formação e desenvolvimento num bom ambiente de trabalho nas salas de actividades;
-  Ter refeições bem confeccionadas com real valor nutritivo e em quantidade suficiente;
-  Durante a sua permanência na Academia as crianças serão divididas em grupos, de acordo com as suas idades, ficando ao cuidado dos seus professores;
-  Embora se tomem todas as precauções para evitar acidentes, em situação de emergência, a criança será levada de imediato para o Centro de Saúde ou para o Hospital, de acordo com a indicação médica, sendo o seu encarregado de educação avisado o mais rapidamente possível;
-  Sempre que a criança apresentar sintomas de qualquer doença ou adoecer subitamente, será retirada da Academia a título preventivo e será entregue aos pais;
-  A criança deve respeitar os colegas e todos aqueles que, no exercício das suas funções contribuem para o êxito da sua tarefa e acatar as advertências dos educadores e funcionários;
-  Não é permitido o uso de telemóveis pelas crianças nas instalações da Academia. Qualquer contacto com os pais ou com a criança deverá ser efectuado pelo número de telefone fixo das instalações, salvo em situação excepcional autorizada pela gerência.


**NORMA XIV**  
**Direitos e Deveres dos Encarregados**  
**de Educação**

-  Esperar da Academia um serviço de qualidade;
-  Ser esclarecido sobre os objectivos de apoio, desenvolvimento e aprendizagem do seu educando;
-  Ser periodicamente informado da evolução do seu educando;
-  Contactar periodicamente com os professores ou responsável pedagógico dentro do horário pré-estabelecido;
-  Respeitar todos aqueles que, no exercício das suas funções, contribuem para a formação do seu educando;
-  Proceder ao cumprimento das normas de funcionamento previstas neste regulamento interno;
-  Estar presente nas reuniões de pais;
-  Liquidar mensalmente, dentro do prazo estabelecido, despesas por bens ou serviços prestados às crianças;
-  Comunicar por escrito à Gerência a saída da criança da academia, com 30 dias seguidos de antecedência, em relação ao último dia de pagamento do mês imediato, sob pena de terem de proceder ao pagamento desse mesmo mês;
-  Comunicar à Gerência qualquer doença, entregando sempre o documento com as indicações do médico, para que se possa agir em situação de crise, bem como, quaisquer medicamentos ou dietas que sejam prescritos à criança, com a indicação do nome da criança, da hora, dose e período de vigência da administração;
-  Deverão entregar, anualmente, à gerência uma declaração médica comprovativa de que a criança não é portadora de doenças infecto-contagiosas e, em qualquer altura que a criança sofra de doença infecto-contagiosa só poderá regressar ao estabelecimento quando acompanhada de declaração médica comprovativa de que se encontra totalmente recuperada;







## **NORMA XV**

### **Direitos e Deveres dos Professores/Técnicos de Educação**

-  Orientar o desenvolvimento de estratégias de estudo com o grupo;
-  Apoiar na elaboração de trabalhos individuais/grupo para a escola;
-  Elaborar sínteses e fichas de revisão de preparação para os testes em todas as disciplinas;
-  Orientar o trabalho do grupo de alunos através do dossier pedagógico dos Espaços Morangos;
-  Fornecer informação periódica aos encarregados de educação sobre a evolução do aluno;
-  Aconselhar os encarregados de educação em situação de recurso de nota de classificação interna de disciplina ou exame (equivalência à frequência/nacional);
-  Zelar pela verificação do caderno diário e auxiliar na execução dos trabalhos de casa;
-  Permitir a elaboração de trabalhos para a escola, com os materiais disponíveis na Academia;
-  Permitir o acesso aos suportes multimédia – novas tecnologias, informação, actividades lúdicas e didácticas:





Internet	Jornais
Livros	Filmes Didácticos
Revistas	Jogos
-  Encontrar na sua actividade de professor um ambiente de convívio, de apoio e confiança;



-  Colaborar activamente na construção de uma autêntica comunidade educativa;
-  Não usar telemóveis pessoais nas instalações da Academia. Qualquer contacto com os pais ou com a criança deverá ser efectuado pelo número de telefone fixo das instalações, salvo em situação excepcional autorizada pela gerência;
-  Ser informado de quaisquer circunstâncias relativas ao aluno que possibilitem a melhoria do exercício da acção educativa;
-  Estar disponível para dialogar com os encarregados de educação;
-  Comunicar aos pais e orientá-los sempre que seja detectada alguma dificuldade no desenvolvimento da criança;
-  Participar em Cursos de Acção/Formação e Aperfeiçoamento.



## **NORMA XVI**






### **Direitos e Deveres dos Colaboradores**

-  Ter consciência de que, como membro da comunidade, têm um papel importante na educação integral dos alunos;
-  Ter em conta que, numa educação harmoniosa, todos os espaços e tempos são oportunidades de educar;
-  Tratar os alunos com a máxima correcção, paciência e justiça;
-  Participar em cursos de formação e de aperfeiçoamento;

## **NORMA XVII**





### **Direitos da Academia Morangos Telheiras**

-  Ser informado relativamente às características e necessidades de cada criança;
-  Ter sempre conhecimento actualizado do estado de saúde, da informação médica e da prescrição medicamentosa de cada criança;


-  Dispor de informação relevante para a identificação da criança e do seu encarregado de educação, ou do seu representante legal se for caso disso, bem como os contactos de familiares;
-  Receber o pagamento das inscrições e das mensalidades, da parte dos encarregados e educação das crianças que frequentam a Academia;
-  Receber o pagamento de eventuais despesas tidas com as crianças relativamente a bens ou serviços não incluídos na mensalidade;
-  Ser informado da saída de uma criança da Academia, com 30 dias seguidos de antecedência, relativamente ao último dia de pagamento do mês imediato;
-  Reunir com o encarregado de educação da criança ou com o seu representante e/ou com seus familiares, para tratar assuntos relativos à criança.


## **NORMA XVIII**

### **Deveres da Academia Morangos Telheiras**

-  Proceder à elaboração do Processo Individual de todas as crianças;
-  Respeitar as crianças na sua individualidade, independência/dependência e formas de estar na vida;
-  Providenciar a todas as crianças um atendimento e acolhimento personalizados, de acordo com as suas necessidades bio e psicossociais;
-  Proceder à prestação de todos os serviços que estão previstos às crianças, nomeadamente: alimentação; organização de actividades de acordo com o Projecto Pedagógico do Espaço Morangos; prestação de cuidados de higiene; realização de actividades de expressão plástica, musical, motora e dramática, atendimento aos seus encarregados de educação e familiares; organização de actividades

culturais, recreativas, de animação e de convívio intergeracional, familiar e social;

 Proceder à emissão dos recibos referentes ao custo total, das inscrições, das mensalidades e de outros bens e serviços, pagos pelos encarregados de educação das crianças ou pelos seus representantes legais;

 Proceder à afixação de documentos, em local visível e acessível, nomeadamente do Alvará, Organigrama, Horário de Funcionamento, Horário de Funcionários, Regulamento Interno, Mapa de Ementas e Preçário de Mensalidades.

# Anexo C

## **Exemplos de Planificações Semanais**

## Semana de 02 a 06 de Novembro de 2009



Dias da Semana	Actividades	Objectivos	Materiais
Segunda-feira e Terça-Feira (02 e 03 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Realização de uma actividade de mímica;</li> <li>➤ Realização de Jogos Tradicionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Fomentar o trabalho individual e de grupo;</li> <li>• Estimular a imaginação e a criatividade;</li> <li>• Fomentar o espírito crítico;</li> <li>• Criar dinâmicas de grupo;</li> <li>• Desenvolver a capacidade de concentração;</li> <li>• Estimular a capacidade de trabalhar em equipa;</li> <li>• Desenvolver a inter-ajuda;</li> <li>• Criar quadros de convívio e de interacção grupal;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Lápis de cor;</li> <li>✓ Borrachas.</li> </ul>
Quarta-Feira (04 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Realização de Artes Plásticas: "<b>Pinturas às cegas</b>" e "<b>Pinturas ao som da música</b>".</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Preparar os alunos para os testes escolares;</li> <li>• Fomentar o espírito crítico;</li> <li>• Possibilitar o contacto com diversos materiais;</li> <li>• Dar a conhecer novas técnicas de pintura;</li> <li>• Dar a conhecer a importância dos sentidos (visão e audição);</li> <li>• Estimular o trabalho autónomo;</li> <li>• Criar dinâmicas de grupo;</li> <li>• Fomentar a imaginação e a criatividade;</li> <li>• Estimular o trabalho individual;</li> <li>• Criar momentos de lazer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Tela;</li> <li>✓ Tintas;</li> <li>✓ Lápis de cor;</li> <li>✓ Lenço.</li> </ul>
Quinta-feira (05 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Apresentação de um PowerPoint sobre as Drogas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Desenvolver o trabalho individual;</li> <li>• Proporcionar o conhecimento e a partilha de opiniões sobre a temática das drogas;</li> <li>• Estimular o espírito crítico e a capacidade de concentração;</li> <li>• Promover a sensibilização e a reflexão sobre diversas temáticas.</li> <li>• Promover o debate;</li> <li>• Promover quadros de convívio e de lazer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Projector;</li> <li>✓ Computador;</li> <li>✓ Pen-drive.</li> </ul>
Sexta-feira (06 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Realização de jogos de lógica: <b>Concurso de Bantumi</b>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Preparar os alunos para os testes escolares;</li> <li>• Fomentar o trabalho individual;</li> <li>• Desenvolver a destreza mental;</li> <li>• Estimular a imaginação e a criatividade;</li> <li>• Desenvolver a capacidade de concentração e de rapidez de raciocínio;</li> <li>• Desenvolver o pensamento lógico-matemático;</li> <li>• Fomentar o trabalho de grupo;</li> <li>• Promover a coesão e o espírito de grupo;</li> <li>• Estimular a concentração;</li> <li>• Fomentar a competição saudável;</li> <li>• Criar quadros de convívio e de interacção grupal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Feijões;</li> <li>✓ Taças/recipientes.</li> </ul>

## Semana de 09 a 13 de Novembro de 2009



Dias da Semana	Actividades	Objectivos	Materiais
Segunda-feira (09 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas e preparação para os testes;</li> <li>➤ Realização de exercícios de expressão dramática.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Preparar os alunos para os testes escolares;</li> <li>• Desenvolver a competência escrita;</li> <li>• Estimular a imaginação e a criatividade;</li> <li>• Estimular o trabalho autónomo;</li> <li>• Fomentar o trabalho de grupo;</li> <li>• Promover a coesão e o espírito de grupo;</li> <li>• Criar quadros de convívio e de interacção grupal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Folhas brancas.</li> </ul>
Terça-Feira (10 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Artes Plásticas: <b>Técnica do Pontirismo.</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Preparar os alunos para os testes escolares;</li> <li>• Estimular o trabalho autónomo;</li> <li>• Fomentar o espírito crítico;</li> <li>• Criar dinâmicas de grupo;</li> <li>• Fomentar a imaginação e a criatividade;</li> <li>• Dar a conhecer novas técnicas de pintura;</li> <li>• Possibilitar o contacto com diversos materiais;</li> <li>• Promover quadros de convívio e de interacção grupal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Lápis de cor;</li> <li>✓ Canetas de feltro.</li> </ul>
Quarta-feira (11 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Atelier de Culinária: <b>Confeção de Pãezinhos;</b></li> <li>➤ Realização de jogos de equipa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Preparar os alunos para os testes escolares;</li> <li>• Fomentar o trabalho individual e autónomo;</li> <li>• Fomentar o espírito crítico;</li> <li>• Criar dinâmicas de grupo;</li> <li>• Estimular a capacidade de trabalhar em equipa;</li> <li>• Desenvolver a agilidade e coordenação motora, bem como a destreza física;</li> <li>• Estimular o espírito de equipa e a inter-ajuda;</li> <li>• Fomentar a competição saudável;</li> <li>• Promover quadros de convívio e de interacção grupal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Bolas;</li> <li>✓ Andas;</li> <li>✓ Cordas;</li> <li>✓ Baldes;</li> <li>✓ Farinha;</li> <li>✓ Fermento;</li> <li>✓ Açúcar;</li> <li>✓ Água.</li> </ul>
Quinta-feira e Sexta-feira (12 e 13 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Realização de jogos de lógica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Fomentar o trabalho individual;</li> <li>• Fomentar o espírito crítico;</li> <li>• Criar dinâmicas de grupo;</li> <li>• Desenvolver a capacidade de concentração e de rapidez de raciocínio;</li> <li>• Desenvolver o pensamento lógico-matemático;</li> <li>• Estimular a capacidade de trabalhar em equipa;</li> <li>• Desenvolver a capacidade de comunicação e de escuta;</li> <li>• Fomentar a destreza e a agilidade;</li> <li>• Possibilitar o contacto com diversos materiais;</li> <li>• Fomentar a imaginação e a criatividade;</li> <li>• Desenvolver o espírito de equipa e a inter-ajuda;</li> <li>• Promover quadros de convívio e de interacção grupal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Canetas.</li> </ul>



## Semana de 16 a 20 de Novembro de 2009

Dias da Semana	Actividades	Objectivos	Materiais
Segunda-feira e Terça-Feira (16 e 17 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas e preparação para os testes;</li> <li>➤ Elaboração de quadros de pintores famosos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Preparar os alunos para os testes escolares;</li> <li>• Proporcionar o contacto com diversos materiais;</li> <li>• Criar meios para estimular a criatividade e a imaginação;</li> <li>• Estimular o trabalho autónomo;</li> <li>• Fomentar o trabalho de grupo;</li> <li>• Promover a coesão e o espírito de grupo;</li> <li>• Criar quadros de convívio e de interacção grupal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Canetas de Filtro;</li> <li>✓ Cola;</li> <li>✓ Lápis de Cor;</li> <li>✓ Tesouras.</li> </ul>
Quarta-feira (18 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Jogos com música.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Preparar os alunos para os testes escolares;</li> <li>• Estimular a imaginação e a criatividade;</li> <li>• Desenvolver a competência escrita;</li> <li>• Desenvolver a capacidade de concentração, a fluidez verbal e a astúcia mental;</li> <li>• Desenvolver o sentido ritmo nas crianças e nos jovens;</li> <li>• Estimular o trabalho autónomo;</li> <li>• Fomentar o trabalho de grupo;</li> <li>• Promover a coesão e o espírito de grupo;</li> <li>• Criar quadros de convívio e de interacção grupal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Rádio;</li> <li>✓ Cd's.</li> </ul>
Quinta-feira (19 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Apresentação de um PowerPoint sobre o Bullying.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Fomentar o trabalho individual;</li> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Desenvolver o trabalho individual;</li> <li>• Proporcionar o conhecimento e a partilha de opiniões sobre a temática do Bullying;</li> <li>• Criar dinâmicas de grupo;</li> <li>• Estimular o espírito crítico e a capacidade de concentração;</li> <li>• Promover a sensibilização e a reflexão sobre diversas temáticas.</li> <li>• Promover o debate;</li> <li>• Promover quadros de convívio e de lazer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Projector;</li> <li>✓ Computador;</li> <li>✓ Pen-drive.</li> </ul>
Sexta-feira (20 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Torneio de hóquei.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Fomentar o trabalho individual;</li> <li>• Fomentar o espírito crítico;</li> <li>• Criar dinâmicas de grupo;</li> <li>• Fomentar a destreza e a agilidade;</li> <li>• Fomentar a competição saudável;</li> <li>• Desenvolver a capacidade de comunicação e de escuta;</li> <li>• Estimular a capacidade de trabalhar em equipa;</li> <li>• Fomentar a imaginação e a criatividade;</li> <li>• Estimular o espírito de entreajuda;</li> <li>• Promover quadros de convívio e de interacção grupal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Balizas;</li> <li>✓ Stick;</li> <li>✓ Bolas.</li> </ul>

## Semana de 23 a 27 de Novembro de 2009

Dias da Semana	Actividades	Objectivos	Materiais
Segunda-feira e Terça-Feira (23 e 24 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Realização de pinturas;</li> <li>➤ Actividade de expressão dramática: "<b>Teatro de fantoches</b>".</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Preparar os alunos para os testes escolares;</li> <li>• Fomentar o trabalho individual e de grupo;</li> <li>• Estimular a imaginação e a criatividade;</li> <li>• Fomentar o espírito crítico;</li> <li>• Possibilitar o contacto com diversos materiais;</li> <li>• Desenvolver a capacidade de concentração;</li> <li>• Estimular a capacidade de trabalhar em equipa e desenvolver a inter-ajuda;</li> <li>• Criar quadros de convívio e de interacção grupal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Lápis de cor;</li> <li>✓ Borrachas;</li> <li>✓ Tintas coloridas;</li> <li>✓ Pincéis;</li> <li>✓ Papel Colorido.</li> </ul>
Quarta-Feira (25 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Torneio de Dodgeball.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Preparar os alunos para os testes escolares;</li> <li>• Fomentar o espírito crítico;</li> <li>• Estimular a capacidade de trabalhar em equipa;</li> <li>• Desenvolver a capacidade de comunicação e de escuta;</li> <li>• Fomentar a destreza e a agilidade;</li> <li>• Estimular a cooperação e o espírito de entreajuda;</li> <li>• Fomentar a competição saudável;</li> <li>• Estimular o trabalho autónomo;</li> <li>• Criar dinâmicas de grupo;</li> <li>• Estimular o trabalho individual;</li> <li>• Promover quadros de convívio e de interacção grupal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Bolas.</li> </ul>
Quinta-feira (26 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Confeção de um Bolo de Bolacha.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Preparar os alunos para os testes escolares;</li> <li>• Desenvolver o trabalho individual;</li> <li>• Classificar os alimentos e analisar a transformação dos ingredientes;</li> <li>• Medir a quantidade e o volume dos ingredientes;</li> <li>• Possibilitar a manipulação de diferentes alimentos;</li> <li>• Fomentar o trabalho de grupo e em equipa;</li> <li>• Promover quadros de convívio e de lazer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Ovos;</li> <li>✓ Açúcar;</li> <li>✓ Bolacha;</li> <li>✓ Café</li> <li>✓ Margarina;</li> <li>✓ Batedeira.</li> </ul>
Sexta-feira (27 de Novembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Realização de jogos de tabuleiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Preparar os alunos para os testes escolares;</li> <li>• Fomentar o trabalho individual;</li> <li>• Estimular a imaginação e a criatividade;</li> <li>• Desenvolver o pensamento, a destreza mental e a capacidade de concentração;</li> <li>• Fomentar o trabalho de grupo e a inter-ajuda;</li> <li>• Promover a coesão e o espírito de grupo;</li> <li>• Fomentar a competição saudável;</li> <li>• Criar quadros de convívio e de interacção grupal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Jogos de tabuleiro diversos.</li> </ul>



## Semana de 30 de Novembro a 04 de Dezembro de 2009

<b>Dias da Semana</b>	<b>Actividades</b>	<b>Objectivos</b>	<b>Materiais</b>
Segunda-feira e Terça-Feira (30 de Novembro e 01 de Dezembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas e preparação para os testes;</li> <li>➤ Actividade de Artes Plásticas;</li> <li>➤ Torneio de Badmington.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Preparar os alunos para os testes escolares;</li> <li>• Criar dinâmicas de grupo;</li> <li>• Fomentar a destreza e a agilidade;</li> <li>• Fomentar a competição saudável;</li> <li>• Desenvolver a capacidade de comunicação e de escuta;</li> <li>• Proporcionar o contacto com diversos materiais;</li> <li>• Desenvolver o pensamento, a destreza mental e a capacidade de concentração;</li> <li>• Criar meios para estimular a criatividade e a imaginação;</li> <li>• Fomentar o trabalho autónomo e de grupo;</li> <li>• Promover a coesão e o espírito de grupo;</li> <li>• Criar quadros de convívio e de interacção grupal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Lápis de cor;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Colas;</li> <li>✓ Tesouras;</li> <li>✓ Cartolinas;</li> <li>✓ Tintas;</li> <li>✓ Pena;</li> <li>✓ Raquetes;</li> <li>✓ Rede.</li> </ul>
Quarta-feira (02 de Dezembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Conclusão do visionamento e do debate do PowerPoint sobre a Adolescência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Fomentar o trabalho individual;</li> <li>• Desenvolver o trabalho individual;</li> <li>• Proporcionar o conhecimento e a partilha de opiniões sobre a temática da Adolescência;</li> <li>• Criar dinâmicas de grupo;</li> <li>• Estimular o espírito crítico e a capacidade de concentração;</li> <li>• Promover a sensibilização e a reflexão sobre diversas temáticas.</li> <li>• Promover o debate;</li> <li>• Promover quadros de convívio e de lazer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Projector;</li> <li>✓ Computador;</li> <li>✓ Pen-drive.</li> </ul>
Quinta-feira (03 de Dezembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Confeção de Mousse de Chocolate.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Fomentar o trabalho individual e de grupo;</li> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Criar dinâmicas de grupo;</li> <li>• Fomentar a imaginação e a criatividade;</li> <li>• Classificar os alimentos e analisar a transformação dos ingredientes;</li> <li>• Medir a quantidade e o volume dos ingredientes;</li> <li>• Possibilitar a manipulação de diferentes alimentos;</li> <li>• Estimular o relacionamento interpessoal;</li> <li>• Promover quadros de convívio e de lazer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Batedeira;</li> <li>✓ Chocolate;</li> <li>✓ Ovos;</li> <li>✓ Açúcar.</li> </ul>
Sexta-feira (04 de Dezembro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolvimento de técnicas de estudo;</li> <li>➤ Realização de exercícios sobre as diferentes disciplinas;</li> <li>➤ Torneio de Futebol.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar e auxiliar os alunos nos estudos;</li> <li>• Preparar os alunos para os testes escolares;</li> <li>• Desenvolver a criatividade e a imaginação;</li> <li>• Fomentar o espírito crítico e o trabalho individual;</li> <li>• Criar dinâmicas de grupo;</li> <li>• Desenvolver a agilidade e coordenação motora, bem como a destreza física;</li> <li>• Fomentar a agilidade e a competição saudável;</li> <li>• Estimular o espírito de entreajuda e a capacidade de trabalhar em equipa;</li> <li>• Promover quadros de convívio e de interacção grupal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fichas;</li> <li>✓ Canetas;</li> <li>✓ Folhas brancas;</li> <li>✓ Bolas;</li> <li>✓ Balizas.</li> </ul>

# Anexo D

## **Exemplos de Actividades de Formação Cívica**

# DROGAS...

uma vez pode mudar a tua vida!



## Drogas

- São substâncias utilizadas para produzir alterações/mudanças nas sensações, no grau de consciência e no estado emocional.
- Podem provocar dependência física e psicológica



## Tipos de Drogas

- |                        |                         |
|------------------------|-------------------------|
| • <u>Drogas Legais</u> | • <u>Drogas Ilegais</u> |
| -- Álcool              | -- Canabinóides         |
| -- Tabaco              | -- Cocaína              |
|                        | -- Ecstasy              |
|                        | -- Lsd                  |
|                        | -- Crack                |
|                        | -- Heroína              |
|                        | -- Anfetaminas          |

## Álcool

- Causa desinibição e euforia.
- Seguem-se sonolência, visão turva, diminuição das capacidades de reacção e atenção, problemas de estômago e intestino.
- Aumenta a ocorrência de acidentes domésticos, laborais e de condução, violência, abusos e negligência infantil, conflitos familiares, incapacidade prematura e morte.
- Muitas vezes, é visto pelos jovens como um meio **único** de diversão.



## Tabaco

- A nicotina do tabaco é das drogas que mais dependência provocam.
- Problemas de saúde provocados por outras substâncias presentes no cigarro:
  - Alterações do sono;
  - Problemas de estômago e intestinos;
  - Dores de cabeça;
  - Problemas respiratórios (cancro pulmão);
  - Problemas de coração.



## Tabaco



## Canabinóides

- É de fácil acesso e usada por cada vez mais jovens.
- Pode ser fumada, inalada ou ingerida.
- Doses elevadas podem provocar ansiedade, alucinações, ilusões e sensações de paranóia.
- O consumo em excesso leva à apatia, desinteresse geral, isolamento, dificuldade em memorizar e concentrar-se.



## Cocaína

- Aspecto de um pó branco e cristalino.
- A cocaína é extraída das folhas do arbusto da coca.
- Doses elevadas e consumo continuado provocam insónia, agitação, ansiedade, agressividade, alucinações, delírios.
- Alguns consumidores injectam a droga directamente na corrente sanguínea, o que eleva o risco de uma paragem cardíaca irreversível, causada por uma overdose.



## Ecstasy

- Aparece sob a forma de pastilhas, cápsulas ou comprimidos.
- Função alucinante e estimulante.
- Utilizado em bares e discotecas causando sensação de energia inesgotável, desinibição.
- Causa extrema desidratação.
- A longo prazo provoca cansaço, depressão, impotência, irritação e insónia e até lesões cerebrais irreversíveis.



## Lsd

- Provoca alucinações (auditivas e visuais), forte sentimento de bem-estar e alteração da percepção da realidade.
- Provocam ansiedade, hiperactividade, aumento da temperatura, dilatação das pupilas.
- O seu consumo habitual pode levar à psicose e provocar flashbacks (reviver a alucinação numa altura em que não se tenha consumido Lsd).



## Crack

- Consumido sob a forma de vapores.
- Tem a mesma origem que a cocaína e resulta de uma alteração do processo de fabrico.
- Provoca depressão, violência, agressividade e pode levar à prática de delitos (mesmos efeitos que a cocaína, em proporções mais elevadas).





## Heroína

- Pode ser injectada, fumada ou inalada.
- Os efeitos duram entre 4 a 6 horas.
- Inicialmente podem sentir-se náuseas e vômitos que são depois substituídos por sensação de bem-estar, excitação, euforia e prazer.
- O abuso leva à apatia, sonolência, diminuição da atenção, problemas do coração, baixa temperatura corporal e morte.

## Heroína



## Anfetaminas



- Efeitos estimulantes (speed), que duram entre 6 a 12 horas.
- Inicialmente provoca hiper-actividade, aumento do grau de confiança.
- Posteriormente: sede, transpiração, desidratação, diarreia, taquicardia, aumento da tensão arterial, náuseas, má disposição, dor de cabeça, tonturas, vertigens, sono.
- Leva à perda de peso, exaustão, fadiga e depressão.

Drogas	Dependência Física	Dependência Psíquica
Tabaco	+	++
Álcool	++++	+++
Canabinóides	-	++
LSD	-	+
Anfetaminas	++	+++
Ecstasy	-	+
Cocaína	-	++++
Heroína	++++	++++
Crack	-	++++

Legenda: inexistente (-); ligeira (+); média (++); forte (+++); muito forte (++++)

## Dados Estatísticos

- 26 milhões de pessoas no mundo usam drogas pesadas (ONU).
- 200 mil pessoas são mortas pelo uso.
- 20% dos pacientes que começam o tratamento dão continuidade a ele.
- Portugal é o 4º maior consumidor de álcool da U.E..
- Portugal é o país com mais consumidores de drogas injectáveis infectados com HIV.
- Cannabis é a droga mais consumida na U.E.
- Consumo de Cocaína aumenta em Portugal.






# Bullying

## Violência na Escola



## O que é o Bullying?



- Forma do comportamento agressivo que é usualmente maldosa, deliberada e com frequência persistente.
- Algumas vezes dura semanas, meses ou anos e é difícil para as vítimas defenderem-se a si próprias.


## O que é o Bullying?



- Identifica-se pela intencionalidade de magoar alguém, que é vítima e alvo do acto agressivo.
- As agressões têm tendência a desencadear, agravar e a perpetuar situações de agressão, em que as vítimas estejam numa posição indefesa.



## Formas de Bullying

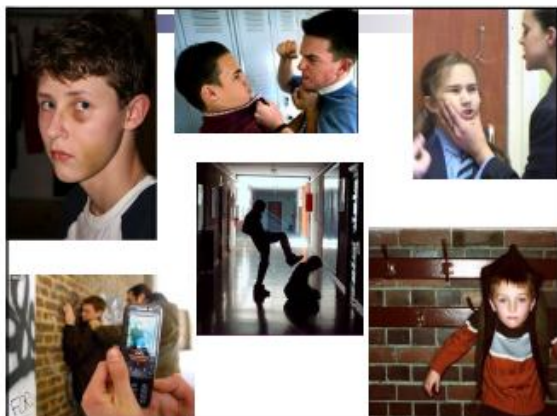


- **Violência Verbal**
  - Chamar nomes, gozar constantemente a mesma pessoa, rir à custa dos outros...
- **Violência Emocional**
  - Excluir de actividades do grupo ou espalhar rumores...
- **Violência Física**
  - Dar pontapés, bater, morder, beliscar, puxar os cabelos, espancar...

## Formas de Bullying

- **Violência Racista**
  - Usar expressões e gestos ofensivos ou trocar das tradições culturais dos outros...
- **Violência Sexual**
  - Fazer comentários impróprios, contacto físico indesejado e sexualmente abusivo...
- **Cyber-Violência**
  - Usar os SMS, o E-mail, o Chat para intimidar ou insultar...





## Vítimas de Bullying

- **Os diferentes**  
(Cor de cabelo, cor de pele, deficiências)
- **Os indefesos**  
(os que choram, os que mostram medo)
- **Os que se isolam do grupo**



## Os Agressores/Bullies

- Usam força para resolver seus problemas
- Hostis (inimigos, desagradáveis)
- Intolerantes
- Preocupação com a auto-imagem
- Empenho em acções obsessivas ou rígidas
- Querem controlar e mandar nos outros
- Julgam-se os maiores e mais espertos
- Exercem pressão sobre outrem

## Bullying – Dados Estatísticos

- Pico da agressividade: 11 anos.
- Rapazes revelam mais comportamentos agressivos. Recorrem a formas directas de agressão, mais espectaculares e visíveis para todos.
- Quem agride são os mais velhos e os mais novos tendem a ser vítimas.
- Depois dos 8 anos, é mais comum entre as raparigas a agressão indirecta (mais difícil de detectar e identificar agressores, e mais subtil)  
→ Exemplo: levantar rumores sobre um colega).
- Raparigas são mais vezes vítimas e menos vezes agressoras.

## Bullying – Dados Estatísticos

- Num estudo realizado dos 6 aos 12 anos foi observado um aumento crescente de retaliações (vinganças) indirectas de acordo com o aumento da idade.



- As práticas agressivas acontecem mais vezes nos recreios onde a supervisão quase não existe.

## Bullying...

- Podes fazer algo para evitar!
- Respeita para seres respeitado!
- Não te escondas!
- Ajuda quem precisa!





## Debate

- ❖ O que será importante fazer para prevenir a violência na escola?
- ❖ O que deves fazer para ajudar as vítimas de práticas agressivas?
- ❖ O que fazer aos agressores?

## Bullying – O que fazer?

Vídeo